



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE DIREITO

**MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, JUSTIÇA
E CIDADANIA**

FERNANDO CARIA LEAL NETO

**APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E
CRIMINALIDADE NO BAIRRO NORDESTE DE AMARALINA
– SALVADOR/BA**

Salvador, BA
2016

FERNANDO CARIA LEAL NETO

**APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E
CRIMINALIDADE NO BAIRRO NORDESTE DE AMARALINA
– SALVADOR/BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Segurança Pública Justiça e Cidadania, Faculdade de Direito, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Segurança Pública, sob a orientação do Professor Doutor Estélio Gomberg.

Salvador, BA
2016

L433

Leal Neto, Fernando Caria,

Apropriação dos espaços de interação social e criminalidade no bairro do Nordeste de Amaralina – Salvador/BA / por Fernando Carial Leal Neto. – 2016.

118 f.

Orientador: Doutor Estélio Gomberg.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Direito, 2016.

1. Espaços públicos. 2. Crime-Salvador (BA) I. Universidade Federal Bahia

CDD- 345.02

FERNANDO CARIA LEAL NETO

**APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL E
CRIMINALIDADE NO BAIRRO NORDESTE DE AMARALINA
– SALVADOR/BA**

Área de Concentração: Segurança Pública
Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Segurança Pública

BANCA EXAMINADORA

Dr. Estélio Gomberg (Orientador)_____

Doutor em Saúde Pública
Universidade Federal da Bahia

Dr^a. Ana Cristina de Souza Mandarin_____

Doutora em Comunicação e Cultura
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dr^a. Adrianyce Angélica Silva de Sousa_____

Doutora em Serviço Social
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Marília e Eduardo, pelo investimento, paciência e carinho durante toda a minha vida, e aos meus irmãos, Daniela e Jorge, pois mesmo que não estejamos sempre próximos, o carinho e a atenção prevalecem.

Ao amigo Geovane Peixoto, pelo material cedido e por me incentivar a realizar este Mestrado, sendo o grande responsável por me dar ciência do edital de seleção.

Ao amigo Antonio Sá da Silva, com quem tive a primeira conversa a respeito do Curso e sempre me incentivou a participar da seleção.

Aos amigos Maurício Requião e Anna Carla Fracalossi, pela motivação ao longo do processo, quando a energia faltava.

Às amigas Viviane Sena, Anastácia Amaral e Girlene Amaral, que me prestaram ajuda fundamental na realização das entrevistas.

Aos professores da Faculdade Baiana de Direito, pelo excelente ambiente de trabalho, cujo convívio tornou possíveis diversas amizades.

Aos queridos funcionários da Faculdade Baiana de Direito, profissionais dedicados e sempre dispostos a auxiliar, aqui representados nas pessoas de Lônia Behrens e Susã Lira.

Aos amigos e colegas do Mestrado, com quem aprendi muito através do convívio e dos debates em sala, em especial Rubenilton Andrade e César Pacheco pela ajuda nesta pesquisa.

Aos professores do Mestrado, pelas lições, pelos debates enriquecedores e por sua abnegação e resiliência na construção e funcionamento do Curso.

A Ana Carolina Mascarenhas, amiga querida que sempre me incentivou a cursar o Mestrado e com quem tenho o prazer de conviver quase diariamente desde 2008, quando ingressei na Faculdade Baiana de Direito. Pessoa fundamental na minha trajetória pela forma como me acolheu, pelas contribuições essenciais na construção deste trabalho, pela amizade e companheirismo em todos os momentos desta convivência que extrapola o ambiente de trabalho.

A Paula Gomes, meu amor, pela constante motivação, pela paciência e compreensão extremas em razão do meu distanciamento prolongado e das ausências necessárias para que o meu projeto pessoal fosse concretizado.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Estélio Gomberg, pessoa de leveza e cordialidade ímpares, agradeço pela paciência, disponibilidade, dedicação ao Curso e pelas valiosas contribuições para esta dissertação.

RESUMO

A presente dissertação dispôs a identificar e analisar as questões em torno dos problemas causados pela urbanização desordenada, na perspectiva da segregação socioespacial, da desorganização social e da fragilização do controle social informal, que podem concorrer para tornar a comunidade vulnerável a determinadas práticas delituosas. Como consequência, examinou-se a percepção da comunidade acerca da atuação da Base Comunitária de Segurança instalada no Nordeste de Amaralina, em especial quanto à melhoria na sensação de segurança dentro do Bairro. A abordagem metodológica foi de natureza qualitativa, uma vez que foram abordadas as relações das pessoas com os espaços públicos abertos, a questão da exclusão socioespacial, o crime e sua prevenção através de intervenções urbanísticas que reforcem o controle social informal. E dentro da ótica da Segurança Pública, esta abordagem levou em consideração, após a contextualização socioespacial do Nordeste de Amaralina, o desenvolvimento das interações sociais ocorridas a partir da implementação da Base Comunitária de Segurança, em 27 de setembro de 2011. Em termos teóricos, a pesquisa trabalhou a noção de cidade, suas funções e o delineamento da concepção de espaços de interação comunitária, abordou as relações entre o processo de urbanização e a criminalidade. Nesse sentido, a partir das concepções de desorganização social e cidade criminógena, oriundas da Escola Sociológica de Chicago, foram trazidas algumas contribuições teóricas de prevenção ao crime a partir do espaço público. São elas, a ideia de “Olhos na rua”, a do Desenho Ambiental – CPTED, e a política de territorialização que vem sendo adotada no Brasil, caracterizada pela ocupação das comunidades com bases comunitárias, na Bahia, ou Unidades de Polícia Pacificadora, no Rio de Janeiro. O resultado da investigação trouxe indicativos de baixa interação social entre os moradores das diversas áreas do Nordeste de Amaralina, mesmo após a instalação das Bases Comunitárias de Segurança. Além disso, em relação à configuração espacial e à luz das teorias apresentadas, foi identificada a necessidade de intervenções profundas no sentido de facilitar a sociabilidade e a circulação das pessoas, interna e externamente.

PALAVRAS-CHAVE: Espaços públicos – desorganização social – segregação socioespacial – controle social informal – crime – Nordeste de Amaralina

ABSTRACT

This work sets out to identify and analyze the issues surrounding the problems caused by unplanned urbanization, from the perspective of socio-spatial segregation, social disorganization and weakening of informal social control, which can contribute to make the community vulnerable to certain criminal activities. As a consequence, it examines the perception of the community about the Security Community's Base activities installed in the Northeast of Amaralina, especially in improving the sense of security in the neighborhood. The methodological approach is qualitative, since people relations will be addressed with the open public spaces, the issue of socio-spatial exclusion, crime and its prevention through urban interventions that enhance informal social control. And from the standpoint of Public Security, this approach will take into account, after the socio-contextualization of the Northeast Amaralina, the development of social interactions that occur from the Security Community's Base implementation, on September 27 of 2011. In theory, research works the city of sense, their functions and the design of the design of community interaction spaces, deals with the relationship between urbanization and crime. In this sense, from the conceptions of social disorganization and criminogenic city arising from the Chicago School of sociology, are brought some theoretical contributions of crime prevention from the public space. They are the idea of "eyes on the street", the Environmental Design - CPTED, and territorial policy that has been adopted in Brazil, characterized the occupation of communities with community bases, in Bahia, or Pacifying Police Units in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: public spaces - social disorganization - socio-spatial segregation - informal social control - crime - Northeast Amaralina

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AISP	Áreas Integradas de Segurança Pública
AMNA	Áreas Integradas de Segurança Pública
CAENA	Centro Avançado de Empreendedorismo do Nordeste de Amaralina
BCS	Base Comunitária de Segurança
CIAM:	Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna
CPTED	<i>Crime Prevention Through Environmental Design</i>
CSU	Centro Social Urbano
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
CVP	Crimes Violentos contra o patrimônio
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOUOS	Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PNDH-3	Programa Nacional de Direitos Humanos
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RNA	Região Nordeste de Amaralina
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Mapa de Salvador – RNA destacada em elipse	83
Figura 2	Igreja e antiga residência dos Amaral (visão interna do quartel)	85
Figura 3	Limites dos bairros que compõem a RNA	86
Figura 4	Bairro Nordeste de Amaralina em destaque	86
Figura 5	Foto aérea RNA, Itaigara, Pituba, Amaralina e Rio Vermelho	87
Figura 6	Foto aérea 2, Itaigara, Pituba, RNA e Amaralina	88
Figura 7	foto aérea RNA – borda atlântica	89
Figura 8	Foto aérea RNA borda centro	90
Figura 9	Foto aérea – locais das BCS's da RNA	100
Figura 10	Foto aérea região do CSU	101

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1	Taxa de ocupação – RNA	92
Gráfico 1	Rendimento nominal domiciliar per capita: Santa Cruz e Nordeste de Amaralina	93
Quadro 2	CVLI - AISP 15 Nordeste	95
Quadro 3	CVP - AISP 15 Nordeste	96

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I	
1 A CIDADE: SUAS FUNÇÕES SOCIAIS E OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL	25
1.1 BREVE HISTÓRICO DAS CIDADES	25
1.2 DA NOÇÃO CONTEMPORÂNEA DA CIDADE	34
1.3 FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE	39
1.4 OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL	42
CAPÍTULO II	
2 DAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E CRIMINALIDADE	53
2.1 A TEORIA ECOLÓGICA DA ESCOLA DE CHICAGO E A NOÇÃO DE CIDADE CRIMINÓGENA	53
2.2 A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, O ENFRAQUECIMENTO DOS LAÇOS SOCIAIS E A CRIMINALIDADE	62
2.3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA POLÍTICAS DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE	74
CAPÍTULO III	
3 OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO E A BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA DO NORDESTE DE AMARALINA	83
3.1 O NORDESTE DE AMARALINA	83
3.2 O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E AS BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA NA RNA	97
3.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE	102
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

A presente proposta de pesquisa está vinculada à Linha de Pesquisa 1 – Políticas e Gestão em Segurança Pública - do Mestrado Profissional em Segurança Pública, Justiça e Cidadania da Universidade Federal da Bahia. Possui relevância prática e trata de tema atual, como será demonstrado a seguir.

No que concerne à adequação, o tema possui aderência à linha de pesquisa enunciada porque se dispõe a analisar e identificar de que forma os problemas de urbanização, notadamente no aspecto socioespacial, podem concorrer para tornar a comunidade vulnerável a determinadas práticas delituosas, por conta da fragilização do controle social informal. Além disso, foi examinada a percepção da comunidade acerca da base Comunitária de Segurança instalada no Nordeste de Amaralina quanto à sua efetiva inserção.

A possibilidade de sugestão de ações objetivas de urbanização, visando à apropriação dos espaços pela comunidade também é uma forma de contribuição de natureza prática. Nesse sentido, importante destacar que a gestão da segurança pública não pode estar amarrada à concepção meramente repressiva e punitiva. Não é razoável que as políticas públicas de segurança estejam dissociadas de intervenções de natureza diversa, predominantemente inclusivas e preventivas, obviamente desde que seja demonstrada essa correlação.

Trata-se, portanto, de tema relacionado à política pública de desenvolvimento urbano do Bairro Nordeste de Amaralina, na Cidade de Salvador, Bahia, com vistas ao enfrentamento da criminalidade sob a ótica da prevenção através do fortalecimento da sociabilidade, das interações sociais na comunidade.

Quanto à atualidade, esta se manifesta sob dois aspectos.

O primeiro deles é que a Prefeitura Municipal da Cidade de Salvador prepara dois projetos relacionados ao planejamento urbano, com audiências públicas em andamento. No momento está em discussão a proposta do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), um dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade como veículo de materialização das funções sociais da cidade. Outro diploma legal da esfera municipal é a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (LOUOS), que provavelmente será discutida após a aprovação do PDDU.

O segundo aspecto é que o tema tem crescente importância devido ao êxito de experiências similares em diversas localidades, a exemplo de Bogotá, na

Colômbia, e ainda de alguns estudos realizados em determinadas cidades brasileiras, sobre o processo de urbanização, ocupação dos espaços e criminalidade, a exemplo de Belém/Pará e Belo Horizonte/Minas Gerais.

Os processos examinados neste trabalho passam pelo reconhecimento de que o crescimento urbano é um fenômeno que teve grande impulsão a partir da Revolução Industrial, gerando o intenso desenvolvimento das cidades e trazendo uma grande quantidade de pessoas na busca de oportunidades de trabalho e de crescimento econômico nas zonas mais industrializadas.

As cidades, entretanto, foram acolhendo novos habitantes, mas em muitos casos sem o devido planejamento estrutural. Com isso, a expansão urbana nas grandes cidades foi marcada, em regra, pelo aumento exponencial da densidade populacional num curto lapso de tempo, caracterizada ainda pelo intenso processo de exclusão socioeconômica que resultou na segregação espacial das classes menos abastadas para áreas carentes de intervenções de infraestrutura urbana, como saneamento básico, vias pavimentadas, iluminação adequada, espaços de interação comunitária, entre outras.

Com o adensamento populacional, os espaços disponíveis tornaram-se cada vez mais escassos, favorecendo o seu manejo pelos setores econômicos mais influentes da sociedade, acarretando a majoração dos preços pela especulação imobiliária e segregando ainda mais a grande parcela da população.

Esse quadro de segregação socioespacial, associado à ausência de políticas estatais de ordenamento dos espaços e de serviços basilares, tende a desgastar a sociabilidade entre os membros da comunidade, que podem acabar perdendo a sensação de pertencimento ao local. Tais fatores contribuem para a fragilização do controle social informal, tornando o local mais suscetível a determinados tipos de crimes.

Buscando remediar esse quadro, alguns Estados como a Bahia e Rio de Janeiro implementaram programas inspirados na ideia de policiamento comunitário, as Bases Comunitárias de Segurança e as Unidades de Polícia Pacificadora, respectivamente. Sucede que diversos problemas relacionados à atuação da Polícia nas comunidades vêm sendo percebidos, de modo que é necessário questionar se a concepção e a execução do programa têm obtido o êxito esperado quanto à prevenção da violência e a integração à comunidade.

A partir da visão da cidade contemporânea, o presente trabalho propôs o estudo das relações dos habitantes do Nordeste de Amaralina, em Salvador, Bahia, com os espaços coletivos de convívio e interação social situados na comunidade. E dentro da ótica da Segurança Pública, esta abordagem levará em consideração o desenvolvimento das interações sociais ocorridas a partir da implementação da Base Comunitária de Segurança, em 27 de setembro de 2011. Esta data serve, ainda, para delimitação temporal do estudo.

O problema que norteou a pesquisa, portanto, foi: os habitantes do Nordeste de Amaralina passaram a frequentar mais os espaços de convívio social da comunidade após a implementação da Base Comunitária de Segurança?

Quanto aos objetivos, antes de enunciá-los é importante destacar as premissas que os norteiam.

Em linhas gerais, serão apresentados aspectos conceituais e estudos sobre a cidade contemporânea, suas funções sociais, a produção e apropriação de espaços para interação comunitária, além das relações entre espaço e criminalidade.

Outra premissa que deve ser aqui indicada é que a instalação de uma Base Comunitária da Polícia Militar tem entre os seus objetivos a integração harmônica com a comunidade local, bem como a transmissão de uma sensação de segurança aos moradores e a inibição da prática delituosa, que aprofundaremos abaixo.

Diante do que foi exposto acima, destaca-se que o objetivo geral deste trabalho foi examinar se ocorre a apropriação pela comunidade do Nordeste de Amaralina dos espaços de interação coletiva após a implementação da Base Comunitária de Segurança, em setembro de 2011.

Quanto aos objetivos específicos, foram estabelecidos: identificar os principais espaços de interação social da comunidade; aferir a percepção da comunidade sobre a efetividade da Base Comunitária de Segurança; e propor modalidades de intervenções urbanas pensadas pela comunidade para fomentar as interações sociais no Nordeste de Amaralina.

A escolha do tema deu-se, em primeiro lugar, pela curiosidade de apreender como a urbanização não planejada, marcadamente excludente, afeta, especialmente, o cotidiano das comunidades mais carentes, interferindo na sociabilidade entre os seus habitantes e, eventualmente, tornando-as mais vulneráveis a determinados tipos de crime. Por outro lado, estudos vêm demonstrando que ações de urbanização inclusivas podem contribuir para a redução

dos índices de criminalidade. Como exemplos, serão trazidos os trabalhos de Brandão (2009), em Belém, sobre urbanização e violência, e de Lima (2010), em Belo Horizonte, em estudo sobre espaço e criminalidade em “favelas” da cidade sob a ótica da segregação e do controle socioespaciais.

Além disso, a área de afinidade técnica deste Pesquisador, que é bacharel em Direito, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil - secção Bahia, está situada no campo das Ciências Criminais, em especial o Direito Processual Penal. Entretanto, em que pese tratar-se de área mais instrumental do Direito, o interesse em transcender a esfera jurídica, enveredando pelo âmbito multidisciplinar da Criminologia, do Urbanismo e da Sociologia Urbana, pode propiciar um ganho de compreensão acerca das relações entre organização do espaço, segregação socioespacial e o crime.

O Nordeste de Amaralina foi a localidade eleita em razão da atividade profissional que vem exercendo no setor privado de educação superior. Inicialmente porque a Faculdade Baiana de Direito e Gestão funciona em Amaralina, um dos bairros mais próximos ao Nordeste. E mais ainda, na sua atuação como Coordenador de Extensão e Iniciação Científica, já desenvolveu projeto na Escola Estadual Cupertino de Lacerda, que possui 635 alunos nas séries finais do Ensino Fundamental. Além da proximidade geográfica, é possível desenvolver novos estudos e ações tendo como ponto de partida a presente dissertação de mestrado.

Esta pesquisa foi buscar a absorção do conjunto de fatores inerentes ao seu objeto, desenvolvida a partir dos elementos principais que nortearam toda a abordagem, especificamente o problema da pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos.

A escolha dos métodos a serem aplicados é decorrente do objeto de pesquisa, especialmente quanto aos aspectos quantitativos e qualitativos.

Nesse sentido, a forma de abordagem eleita é exclusivamente a qualitativa. Segundo CASTRO (2006), esta forma de abordagem dos dados preocupa-se com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações. Em uma pesquisa que examinou as relações das pessoas com os espaços públicos de interação social, a questão da exclusão socioespacial, o crime e sua prevenção, é preciso compreender as relações sob uma perspectiva menos matemática.

Os obstáculos enfrentados durante a pesquisa de campo não foram poucos.

Um deles foi a dificuldade de obtenção de dados atualizados acerca do número de habitantes, do seu perfil socioeconômico e da configuração espacial do Nordeste de Amaralina, suas ruas, praças, equipamentos esportivos e demais espaços necessários, no entendimento do pesquisador, à promoção das interações comunitárias e da comunidade com as pessoas de fora. Os dados disponíveis mais atuais foram os dos Censos do IBGE, de 2000 e 2010.

Talvez o obstáculo mais relevante para a pesquisa tenha sido a grande resistência dos moradores na participação das entrevistas. Estas seriam realizadas com 20 moradores e seriam originalmente semi-estruturadas, ou seja, sem um roteiro previamente definido, fator que confere ao pesquisador maior liberdade em cada uma das situações ocorridas (LAKATOS; MARCONI, 2009).

Sucedeu que foram tentados contatos com a Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina, AMNA, por telefone e correio eletrônico, ambos sem êxito. Também houve contato com representantes do Centro Avançado de Empreendedorismo do Nordeste de Amaralina – CAENA. Alguns deles tentaram a colaboração de moradores da região, mas retornaram o contato dizendo que as pessoas estavam receosas e preferiam não participar das entrevistas. Buscou-se, então, a aplicação de entrevistas estruturadas, com as perguntas estruturadas previamente (LAKATOS; MARCONI, 2009) e, portanto, escritas. Parte delas foi encaminhada por correio eletrônico. A outra metade ocorreu pelo preenchimento manual das questões. Foram enviadas mensagens para quatro grupos distintos de moradores, parte deles próxima a funcionários da Faculdade onde o pesquisador exerce a sua atividade profissional. A outra parte, por intermédio de moradores do local. Apenas dois dos grupos responderam, cada um deles com apenas cinco entrevistas respondidas, totalizando 10 entrevistas.

Em razão do quadro de insegurança do local, materializado até por esta recusa dos moradores às entrevistas, houve receio do pesquisador quanto à própria segurança, notadamente em relação ao acesso desacompanhado ou em certos horários e locais mais centrais da comunidade, fator que restringiu muito a aplicação das entrevistas e eventual observação do ambiente.

O seu compromisso é o de produzir uma pesquisa comprometida com os parâmetros de um diálogo racional que, ao fim, possa propor algumas sugestões a respeito do enfrentamento do problema.

Para tanto, foi utilizada como ferramenta metodológica, primeiramente, a revisão de literatura, que para LAVILLE e DIONNE (1999, p. 112) significa uma revisão de “todos os trabalhos disponíveis, objetivando selecionar tudo o que possa servir em sua pesquisa”. Com a revisão de literatura é que se chega aos saberes e pesquisas já produzidos sobre o tema investigado. É o que vai conferir, em última análise, o maior substrato teórico a uma pesquisa. Nesse sentido, esta pesquisa buscou o maior número de referências teóricas qualificadas, nacionais e estrangeiras. As outras ferramentas aqui utilizadas foram a análise de dados obtidos através de levantamentos da Polícia Militar, além do levantamento primário dos dados, como já enunciado, por meio da realização de entrevistas com moradores do Nordeste de Amaralina.

Em relação às fontes de pesquisa, optou-se pelas fontes bibliográfica e documental como principais recursos. A pesquisa documental foi empreendida recorrendo-se aos dados referentes ao crescimento urbano do Nordeste de Amaralina, aos índices das espécies de crimes mais recorrentes desde 2011 e a mapas da localidade. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, foi feita com base em materiais já elaborados, constituindo-se de livros, artigos científicos, dicionários (LAVILLE; DIONNE, 1999), bem como textos e artigos publicados em sítios da internet.

O estudo da cidade é o ponto de partida dos fundamentos teóricos do trabalho. Assim sendo, é necessário trabalhar a noção de cidade ao longo do tempo, iniciando pela Grécia e o conceito de *polis*, da cidade-estado que gozava de autonomia em todas as esferas e onde se desenrolava o ambiente político, a atividade mercantil e a vida cívica como um todo (BONINI, 1998). A essa concepção deve ser conjugada ideia de *civitas*, da qual decorre diretamente a palavra cidade e de onde derivam outras como cidadania, cidadão e civismo. A ideia de cidade aqui abordada está mais relacionada à palavra *urbe*, que produziu palavras que expressam mais o fenômeno da vida num ambiente coletivo, a exemplo de urbanismo, urbano (BERNARDI, 2006).

É importante destacar que a formulação de um conceito de cidade enfrenta grandes obstáculos, uma vez que exprime a mesma significação para espaços de dimensões territoriais e populacionais muito díspares, com atividades econômicas das mais variadas, que não raro sofrem influência da localização geográfica. A cidade ao longo da história revelou-se extremamente mutável, sendo bastante

comum a sua adjetivação de acordo com as peculiaridades temporais, econômicas e geográficas. Exemplos são denominações como cidade de fronteira, cidade grega, cidade portuária, cidade industrial, cidade corporativa, cidade contemporânea, entre outras. Acima de tudo, a cidade deve ser vista como resultado das relações do ser humano com o ambiente, um “produto social”.

Da noção mais contemporânea da cidade surge também a necessidade de identificar as suas funcionalidades, que terá como inspiração as cartas dos urbanistas europeus. No âmbito nacional, essas funcionalidades foram incorporadas sob a denominação de funções sociais da cidade, que serão abordadas a partir da Constituição Federal e do Estatuto da Cidade.

Também será necessário explorar a conceituação de espaço, que passará obrigatoriamente pela visão de autores como Henri Lefebvre (*apud* DELGADO, 2015), Y-Fu Tuan (1980), Milton Santos (2006).

Reconhecendo a complexidade no tocante ao espaço, Lefebvre (*apud* DELGADO, 2015) o compreende como fruto das interações sociais, desenvolvendo quatro linhas de abordagem, das quais duas serão objeto de exame por estarem conectadas com o tema da presente dissertação: o espaço enquanto produto da sociedade e o espaço socialmente produzido, apropriado e transformado pela sociedade.

Y-Fu Tuan (1980) trabalha com o conceito de Topofilia, que num sentido mais abrangente significa o laço afetivo de um ser humano em relação ao meio ambiente, mas que para o nosso estudo diz respeito aos sentimentos de pertencimento a determinado lugar, uma identidade da pessoa, por exemplo, ao bairro onde habita. Para o autor chinês, a conceituação do espaço geográfico precisa considerar os sentimentos de determinados grupos em relação ao espaço.

Santos (2006) emprestará ao trabalho a sua visão de cidade corporativa, marcada pelo viés socioeconômico em que os detentores do poder econômico exercem maior influência sobre a ocupação dos espaços, obtendo grandes lucros com a escassez dos espaços e empurrando cada vez mais a parcela da população menos favorecida para locais sem as devidas condições de moradia, urbanização e mobilidade.

Quanto às relações entre espaço e criminalidade, terá início a partir do conceito criminológico de crime enunciado por Tangerino (2007), pelo qual é considerado um problema social e comunitário, que tem como características uma

incidência massiva na população, de natureza aflitiva e dolorosa, persistindo o problema no tempo-espaço, mas cujas causas e propostas de soluções não sejam um consenso. A verdade é que o fenômeno do crime é dotado de grande complexidade, motivo pelo qual não há uma teoria criminológica sequer que explique as causas da totalidade dos crimes.

Tendo em vista a proposta de estudar a relação entre espaço e crime, um dos suportes doutrinários é oriundo da Escola de Chicago, que se ocupou desta relação desde a sua criação, em 1890.

A expressão conhecida como desorganização social, cunhada pela Escola de Chicago e utilizada especialmente pela Teoria da Ecologia Criminal, cria ambiente favorável ao aumento de certo tipo de criminalidade. Isto se manifesta quando os laços sociais são fragilizados em razão de alguns fatores, tais como a intensa mobilidade interna dos seus habitantes (mudança frequente de residência), a pouca interação em espaços públicos e comunitários, a exemplo de praças, quadras de esportes, associação de moradores, centros sociais urbanos, etc. Essa realidade dificulta o estabelecimento de vínculos mais profundos entre os habitantes daquele local (vizinhos, igreja, escola, etc), fragilizando o seu papel no controle social informal.

A teoria da desorganização social tenta apontar a causalidade da criminalidade a partir da industrialização, do crescimento demográfico exponencial e do crescimento desordenado do ambiente urbano. Tais fatores, segundo a teoria, rompem a estabilidade da vida social até então organizada e com regras de conduta sedimentadas, acarretando o esfacelamento das regras nos períodos em que ocorrem súbitas transformações urbanas (TANGERINO, 2007; SHECAIRA, 2014). Este fenômeno concorre para o enfraquecimento ou ao desaparecimento dos padrões de regulação.

Aqui é importante ressaltar que a utilização da desorganização social e demais elementos da Teoria Ecológica funciona como ponto de partida, comportando evoluções demonstradas aos longos dos capítulos. Não se defende aqui o determinismo do ambiente urbano sobre os indivíduos, sobre o crime, mas apenas é reconhecida certa influência do ambiente desestruturado sobre certos tipos de crime, em especial os patrimoniais, como furtos e roubos e o tráfico de drogas.

Nos dias atuais, importante frisar, persiste a desorganização urbana em considerável parte das nações, notadamente aquelas não desenvolvidas e as

denominadas “em desenvolvimento”, a exemplo do Brasil. Entretanto, não há que se restringir à abordagem exclusivamente pelo viés ecológico. Atualmente o paradigma da sociologia urbana é o socioespacial, com inspiração marxista, mais voltado ao estudo da transformação do espaço a partir dos conflitos sociais (KONZEN, 2011). A visão, em síntese, é de que não há uma neutralidade nos espaços. Ao contrário, eles refletem a vida social.

Com essa perda de laços e a desigualdade em crescimento acentuado, os pequenos conflitos foram se agravando e tornando-se mais constantes e severos. Juntamente com esse quadro socioespacial, os índices de criminalidade foram aumentando, ensejando o aprofundamento dos estudos acerca da correlação entre a desordem urbana e a criminalidade.

Em que pese não ser acertada a afirmação de que a desorganização social e a urbanização difusa, não planejada ou ordenada pelo Poder Público, sejam determinantes para a prática delituosa, não há como negar que tais fatores contribuem para situações criminógenas, bem como acabam por favorecer a prática de determinadas espécies de delitos.

No que tange às políticas públicas voltadas à segurança pública, o Brasil não se notabiliza pelo viés preventivo e por ações programáticas. Não se verifica um planejamento adequado das políticas, apesar de diagnósticos aparentemente corretos dos problemas que resultam em crimes (SILVA JÚNIOR, 2010).

Aqui é importante destacar que o primeiro Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado no primeiro mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso adotou o foco na retomada do controle dos índices de criminalidade mediante a imposição da política da lei e ordem¹. Um dos problemas detectados à época foi a desconsideração de ações de natureza preventiva, que atuassem sobre outros fatores geradores de situações delituosas. Os resultados, portanto, foram muito tímidos.

Adorno (2000, p. 131), ao analisar esta política de segurança ressalta que “a despeito do propósito ambicioso de seu programa e do conjunto de medidas que foram sendo adotadas, os quatro anos do governo FHC não conheceram dias de tranqüilidade no domínio da segurança pública. As tendências de crescimento dos crimes e da violência mantiveram-se elevadas”.

¹ <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-no-Brasil/i-programa-nacional-de-direitos-humanos-pndh-1996.html>

Apesar dos exemplos anteriores, a atual política de segurança pública ainda enfatiza as ações de repressão e situa a Polícia no papel institucional central, medida que não vem conseguindo dar solução ou mesmo reduzir os índices de criminalidade. Como já percebido em diversos estudos, nacionais e estrangeiros, as ações repressivas e baseadas unicamente na intervenção policial não devem ser as únicas medidas de segurança pública.

Nesse contexto é que, timidamente, vêm surgindo vertentes de natureza preventiva. Buscam elas atuar em fatores que, direta ou indiretamente, concorrem para a quebra dos laços sociais, comunitários, que funcionam como controle social informal das condutas humanas. Como já dito, tal fragilização de laços contribui diretamente para o aumento do crime em determinados locais. Sucede que nem todas as iniciativas são bem sucedidas por conta de erros de concepção, de planejamento ou de execução do poder público.

Exemplo de iniciativas que têm se revelado pouco eficazes, é a ocupação territorial de comunidades com elevados indicadores de crimes, ou territorialização. A ideologia por trás do policiamento comunitário nada tem a ver com o militarismo. Ao contrário, a formação do policial comunitário pressupõe elevada capacidade de interação com a comunidade e habilidade para mediar conflitos. Pode ser entendido como uma concepção de policiamento voltado à resolução de problemas e não de repressão. Será vista, portanto, a noção de policiamento comunitário, com seus princípios e influências, nos âmbitos nacional e internacional.

Tendo em vista a apresentação do tema e do problema, além da indicação dos objetivos, da metodologia pela qual foi desenvolvida a pesquisa e os seus referenciais teóricos, cumpre agora delimitar os pontos abordados em seus capítulos de desenvolvimento.

No capítulo inicial foi trabalhada a noção de cidade, suas funções e o delineamento da concepção de espaços de interação comunitária. Sendo assim, primeiramente foi traçado um breve histórico da cidade, com vistas à melhor compreensão do conceito contemporâneo de cidade. Tal conceito foi examinado sob a influência das cartas dos urbanistas europeus e sob a ótica das funções sociais. Todos os conteúdos anteriores fornecerão subsídio para o fechamento do capítulo com a análise sobre a formação e apropriação dos espaços comunitários.

O capítulo seguinte abordou as relações entre o processo de urbanização e a criminalidade. A partir das concepções de desorganização social e cidade

criminógena, oriundas da Escola Sociológica de Chicago, nos Estados Unidos, além de outros estudos, nacionais e estrangeiros, que investigaram as formas pelas quais os processos de segregação socioespacial, de desorganização e ocupação dos espaços contribuem para a ocorrência de delitos, em especial pelo enfraquecimento dos laços sociais entre os membros da comunidade, fator esse que impede o controle social informal. E como fechamento, abordará a política estatal da territorialização do combate à criminalidade em comunidades carentes. Tal política é caracterizada pela ocupação das comunidades com bases comunitárias, no caso da Bahia, ou unidades de polícia pacificadora, no Rio de Janeiro.

O capítulo final de desenvolvimento trouxe a contextualização do bairro Nordeste de Amaralina sob os aspectos histórico-geográfico, urbanístico e socioeconômico, bem como a apresentação dos índices recentes de determinados tipos de crimes a partir da implementação da base comunitária de segurança, em setembro de 2011. A seguir, foi mencionado o histórico de implementação da referida unidade de segurança, suas características e ações desenvolvidas no sentido de integrar-se à comunidade. Por fim, foram enunciados os dados da pesquisa de campo, acompanhados da respectiva análise, à luz dos conceitos trabalhados ao longo da dissertação.

1. A CIDADE: SUAS FUNÇÕES SOCIAIS E OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL

1.1. BREVE HISTÓRICO DAS CIDADES

Segundo Mumford (*apud* ABIKO *et al*, 2015), os gregos formaram as suas cidades mais calcadas numa concepção humanista do que nas características de base religiosa, que eram alicerçadas no poder quase divino dos governantes e que vinham predominando nas sociedades da época. Diz o referido Autor:

*[...] suas cidades eram cortadas mais próximo da medida humana e foram libertadas das pretensões paranóicas de monarcas quase divinos, com todas as compulsões e arregimentações acompanhantes do militarismo e da burocracia. Os gregos derrubaram, quando, aliás, ainda mal as haviam desenvolvido, as duras divisões em casta e ocupação, que se haviam introduzido com a própria civilização” (Apud ABIKO *et al*, 2015, p. 14).*

A concepção de cidade na antiguidade grega passou por diversas fases e com várias características. Para o recorte do presente trabalho, serão trazidas as passagens históricas mais relacionadas ao urbanismo e aos espaços destinados às interações sociais.

A cidade, portanto, era entendida como a comunidade de cidadãos associados em razão da comunhão das identidades moral, política e religiosa. Dizia respeito predominantemente ao meio urbano, mas de alguma forma a noção contemplava o campo (ABIKO *et al*, 2015).

Para Benevolo (*apud* ABIKO *et al*, 2015), essa convivência civil pode ser percebida por quatro fatos.

O primeiro deles é a inexistência de zonas fechadas ou independentes no âmbito urbano. A cidade era um todo unitário. Ainda que houvesse muros, não havia subdivisões. As habitações eram similares do ponto de vista arquitetônico, variando apenas as dimensões. A ausência de estratificação ou segregação na distribuição das casas pelo espaço era outro aspecto distintivo da cidade grega. Havia espaços de interação social, a exemplo da praça do mercado, da *ágora*, que era o espaço público onde ocorriam assembleias, debates (*Apud* ABIKO *et al*, 2015).

Corresponde ao segundo fato o zoneamento em três áreas, determinadas de acordo com a finalidade. Assim, havia a zona de moradia; a zona sagrada, onde ficavam templos dos deuses; e a zona de áreas públicas, onde eram realizadas as

reuniões, as assembleias, onde estava estabelecida a atividade comercial, bem como as áreas de esportes, entre outras (*Apud ABIKO et al, 2015*).

O terceiro fato é a análise do conjunto da cidade grega. Trata-se de “um organismo artificial inserido no ambiente natural”, mas há um respeito à harmonia entre os elementos artificiais da construção e os elementos naturais da paisagem, preservadas ao máximo. Este equilíbrio entre a natureza e a arte arquitetônica é outro fato distintivo das cidades gregas (*apud ABIKO et al, 2015*).

O quarto e último fato apontado é a limitação de crescimento. Conforme foi havendo o aumento populacional, as soluções encontradas pelos gregos não foram no sentido do adensamento habitacional ou da expansão dos limites urbanos. Ao contrário, a preferência foi a criação de uma nova “cidade” equivalente ou maior que a original, no que denominavam “*paleópolis*, a cidade velha; *néapolis*, a cidade nova”. Havia ainda a possibilidade de migração de parte da população para alguma colônia distante (*BENEVOLO apud ABIKO et al, 2015*).

Por esses fatores é que o modelo grego serviu e ainda serve, de alguma forma, como inspiração para outras cidades.

No aspecto urbanístico, por exemplo, as cidades romanas sofreram grande influência grega, tendo preocupação com os espaços públicos de interação e com a infraestrutura urbana, como aquedutos, esgotos, pavimentação, entre outros aspectos. Merece destaque outra característica marcante das cidades romanas, a posição central destinada ao ordenamento dos eixos viários (*MARSHALL, 2000*).

O padrão romano considerava uma urbanização planejada. Sendo assim, habitações e equipamentos públicos eram construídos preferencialmente em locais planos, em uma praça especial (*MILAZZO, 2008*).

As habitações romanas possuíam dois padrões mais comuns, conhecidos como *domus* e *insulae*. As primeiras eram habitações familiares, térreas, que variavam as dimensões de acordo com o poder econômico dos seus habitantes, o *status* de cada família. As *insulae* eram habitações de caráter mais coletivo, configurando-se em edifícios de alguns andares e que muitas vezes eram alugados (*apud ABIKO et al, 2015*).

No que se refere aos ambientes públicos voltados à interação da população, o *forum*, era o local destinado às reuniões, à participação na vida política romana. No *forum* atuavam, inclusive, os magistrados e o sistema de justiça romano. Também

havia o mercado, que era uma “praça rodeada por edificações públicas ligadas por colunas inspiradas nos pórticos das *ágoras gregas*” (*apud* ABIKO *et al*, 2015, p. 25).

Após o advento da queda do Império Romano Ocidental, toda a sua influência sobre a organização política e institucional foi sendo dissipada. Esse fenômeno teve como efeito o desaparecimento de grande parte das cidades da forma como foram concebidas (ABIKO *et al*, 2015).

Com as invasões bárbaras e o surgimento do cristianismo veio a Idade Média. Neste período, a Igreja acabou assumindo um papel central nas relações de poder, substituindo o vazio do império, mantendo, entretanto, as mesmas raízes da cultura ocidental.

É importante chamar atenção para a controvérsia em relação ao momento em que surgiram as cidades medievais, notadamente no aspecto da localização geográfica. As divergências são no sentido de distinguir a base de desenvolvimento das cidades situadas na Europa Ocidental, Mediterrânea e Central, pois os seus vetores de desenvolvimento foram distintos.

Inicialmente predominava o sistema feudal de produção, cuja base era essencialmente agrária, fazendo com que a sociedade fosse mais estática, não dada a deslocamentos territoriais e ocupando vastas áreas. Também tinha como característica a separação das classes em três camadas bem definidas: os nobres; o clero; e os servos (ABIKO *et al*, 2015). Não havia mobilidade entre as classes e o senhor feudal detinha a propriedade legítima da terra, a posse do servo, além de deter exclusivamente o poder militar, político e judiciário. Já o servo era “contemplado” com a posse útil da terra, ou seja, podia usar a terra para subsistência, mas sem esquecer de destinar a maior parte da produção ao senhor feudal (ARRUDA *apud* ABIKO *et al*, 2015).

Para Arruda (*Apud* ABIKO *et al*, 2015, p. 29-30), o sistema feudal, de base servil, possuía as seguintes características:

[...] produção autossuficiente, pois se destinava ao consumo e não à troca; uma sociedade estamental, onde cada indivíduo estava preso a seu *status*, sem poder sair, por causa das obrigações; um poder político local, monopolizado pelos senhores feudais e, por isso, descentralizado em relação ao rei.

Com o fim das invasões bárbaras, a sensação de segurança favoreceu o maior deslocamento das pessoas, a circulação de bens de consumo, de mercadorias, enfraquecendo o modo feudal de produção. Com o contexto social

mais seguro, houve uma maior distribuição da produção e a população passou a crescer consideravelmente, elevando o mercado de consumo e o número de pessoas interessadas em desenvolver outras atividades (*Apud ABIKO et al, 2015*).

Para Goitia (*Apud ABIKO et al, 2015, p. 30*),

[...] a cidade da época medieval, propriamente dita, só aparece em começos do 'século XI, e desenvolve-se principalmente nos séculos XII e XIII. Até esse momento, a organização feudal e agrária da sociedade domina completamente. Frente a esta, o crescimento das cidades é originado principalmente pelo desenvolvimento de grupos específicos, do tipo mercantil e artesão. (...) Com o desenvolvimento do comércio nos séculos XI e XII, vai-se constituindo uma sociedade burguesa que é composta não só de viajantes, mas também por outra gente fixada permanentemente nos centros onde o tráfico se desenvolve: portos, cidades de passagem, mercados importantes, vilas de artesãos, etc.

Nas cidades mediterrâneas vieram se estabelecer pessoas que tinham habilidades relacionadas ao “comércio marítimo, como armadores de barco, fabricantes de aparelhos de velejar, de barris, de embalagens diversas, e até geógrafos que desenham os mapas marítimos, etc” (*GOITIA Apud ABIKO et al, 2015, p. 30*). Houve uma redistribuição espacial da população, pois uma grande parte saiu do meio rural para as cidades litorâneas visando à mudança de seu *status* social, de servo para mercador (*ARRUDA apud ABIKO et al, 2015*).

Acontece que as cidades fortificadas com muros eram insuficientes para absorver o aumento da pressão demográfica. Surgiram daí os subúrbios, que foram construídos no entorno do que passou a ser o núcleo da cidade, que era a cidade original. O subúrbio passou a ser maior, inclusive. A cada novo grupo de construções que era erguido, correspondia um novo conjunto de muros (*BENEVOLO apud ABIKO et al, 2015*).

Pelas configurações de poder e o grau de interrelação interna, a cidade é caracterizada pelo isolamento, privilegiando os interesses da população urbana. E, mesmo entre os habitantes da zona urbana, somente os membros das famílias mais abastadas e influentes é que detinham o poder de decisão sobre os rumos políticos (*BENEVOLO apud ABIKO et al, 2015*).

O processo de diferenciação entre as classes sociais daquele período é apontado por Zmitrowicz (*apud ABIKO et al, 2015*) como fruto da atuação da nobreza. Esta potencializou as suas vantagens buscando concentrar ainda mais a riqueza e gerando o empobrecimento dos camponeses, que ficaram ainda mais vulneráveis e tiveram uma série de direitos retirados, a exemplo da possibilidade de migração para outras cidades em busca de novas oportunidades.

Dando um salto temporal, a cidade industrial surgiu com o advento da Revolução Industrial, que iniciou na Inglaterra e se difundiu pela Europa a partir de 1850. O modo de produção da sociedade foi profundamente alterado porque a indústria caminhou rumo à mecanização e automatização (ABIKO *et al*, 2015). Aos poucos, o homem foi sendo preterido pela utilização de máquinas nas linhas de produção. A cidade sofreu uma intensa mudança em relação aos períodos imediatamente anteriores.

Naquela época, as condições sanitárias já eram melhores, de modo que a expectativa de vida das pessoas já era maior. A industrialização provoca, em um primeiro momento, a distribuição da população pelo território, mas também o seu adensamento nas regiões fabris, em razão das oportunidades de trabalho assalariado (ABIKO *et al*, 2015).

No ambiente rural, houve uma repartição das terras comuns situadas nas cercanias das aldeias, racionalizando o uso do solo, mas quem cultivava perdeu os ganhos substancialmente, exigindo trabalho forçado para uma contrapartida meramente de subsistência. Sofria a concorrência da recém empoderada indústria têxtil, que inclusive estava situada em regiões próximas ao campo (ABIKO *et al*, 2015).

A Revolução Industrial é a materialização primeira do modo de produção capitalista, caracterizado pela atividade comercial voltada à acumulação de riqueza, pela existência de uma massa de trabalhadores assalariados e pela avidez do consumo.

A industrialização permitiu um grande desenvolvimento tecnológico, em especial pela geração de energia hidráulica ou por máquinas a vapor. Também os meios de transporte tiveram o reflexo da industrialização, com a invenção da locomotiva e das ferrovias para escoar a produção mais rapidamente (ABIKO *et al*, 2015).

Por outro lado, a já mencionada migração do campo para as cidades industriais ocorreu em volume muito superior ao que as cidades poderiam suportar e acomodar em boas condições. Os alojamentos ficavam em áreas vazias ou juntamente às habitações já existentes nas áreas periféricas ao núcleo central das cidades (ABIKO *et al*, 2015).

Não havia planejamento da ocupação territorial, de modo que habitações e oficinas dividiam as mesmas áreas. Com isso, antigos problemas sanitários tornaram

a aparecer e se agravar. A produção de detritos e dejetos elevou-se exponencialmente, mas sem a devida engenharia para o seu escoamento. O resultado é que o lixo e o esgoto se acumulavam nas ruas.

Como visto, a cidade industrial foi marcada grandes contradições. Apesar do elevado desenvolvimento tecnológico e os seus impactos positivos na engenharia, na geração de energia e nos transportes, houve uma intensa produção de desigualdade, uma vez que a finalidade do capital era justamente a acumulação de riqueza através da exploração do trabalho humano. Não havia grande preocupação com o bem-estar dos trabalhadores, suas condições de moradia e trabalho eram precárias e, com o tempo, os salários atendiam minimamente a fins de sobrevivência. Enquanto isso, os detentores dos meios de produção concentravam ainda mais a riqueza produzida (ABIKO *et al*, 2015).

No contexto ilustrado acima, obviamente restaram prejudicadas as zonas públicas de convívio social. Se na Grécia e em Roma havia espaços diversos com essa proposta, percebendo a necessidade do convívio para a formação de uma identidade comunitária, na cidade industrial as preocupações eram distintas.

Analisando o contexto urbano brasileiro, é possível perceber que o seu processo de urbanização é muito recente. Do final da sociedade colonial até o fim do século XIX a maior parte da população habitava o interior do país. As cidades centrais não possuíam grande adensamento populacional. O Brasil era, ainda, um país com base de produção essencialmente agrária. A partir de 1920 é que se inicia a explosão populacional nas cidades que atualmente são os grandes centros urbanos. A população urbana triplicou entre 1920 e 1940 (SANTOS, 2013).

A urbanização brasileira, segundo Santos (2013), pode ser dividida em dois regimes bem definidos: o período entre o final do século XIX e até a década de 1940; e o pós Segunda Guerra Mundial, em especial depois dos anos 1940-1950. O primeiro foi marcado pela oscilação da população nas áreas urbanas, enquanto que o segundo regime foi marcado pela intensa atividade econômica industrial e de serviços, com forte influência nas dinâmicas sociais.

A ênfase neste trabalho se dá na segunda metade do século XX, notadamente a partir de 1980, quando há um acentuado processo de segregação socioespacial em razão da escassez de oportunidades de emprego, da intensa migração para as metrópoles e das limitações espaciais. Desse modo, escreve MARICATO (2003, p. 152),

a extensão das periferias urbanas (a partir dos anos de 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles) tem sua expressão mais concreta na segregação espacial ou ambiental configurando imensas regiões nas quais a pobreza é homoganeamente disseminada.

Há uma grave explosão da ocupação irregular das terras urbanas. Sobram para a classe trabalhadora apenas aqueles espaços privados rejeitados pelo mercado imobiliário, porque situados em áreas desvalorizadas, como encostas de morros, à margem de rios e córregos, sujeitas a enchentes, ou em áreas industriais muito afetadas pela poluição decorrente da produção e da estrutura de saneamento insuficiente, ou em áreas públicas, como as de proteção ambiental (MARICATO, 2003).

Em Salvador, mesmo nos dias atuais o padrão de ocupação da cidade preserva o que se observava nos levantamentos anteriores do IBGE, realizados em 1991 e 2000. Há um progressivo esvaziamento e deterioração do velho centro, formado pelo Pelourinho, Campo da Pólvora, Rua Chile, Avenida Sete de Setembro, entre outras localidades, e um deslocamento da ocupação para o novo coração econômico da metrópole, região situada nos bairros do Iguatemi e Caminho das Árvores, que concentra o maior número de escritórios de empresas, setor público, *shoppings*, estação rodoviária e em breve duas estações do metrô (CARVALHO; PEREIRA, 2014).

A ocupação das elites se caracteriza pela auto segregação no que se pode entender como “enclaves”, que são os condomínios fechados, os condomínios-clubes e até mesmo em bairros planejados, que se caracterizam pelo isolamento em relação à cidade (CALDEIRA, 2011). Daí é possível aplicar a denominação não apenas às construções de alto padrão, mas também a todas aquelas que tenham como objetivo o auto isolamento (CALDEIRA, 2011). As áreas de padrão superior de Salvador não apenas permaneceram com as mesmas características, como passaram a ter o elemento de verticalização das habitações, como é possível verificar nos bairros da Vitória, Graça e Barra, em que antigas “mansões passaram a ser substituídas por elevados e luxuosos condomínios verticais fechados” (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 119).

Importante dizer que a ocupação espacial de Salvador tem as áreas ditas superiores, situadas predominantemente na orla atlântica, habitadas pelos mais ricos. “As camadas médias ocupam as áreas em torno do centro histórico

expandido, e as camadas populares as áreas do miolo e do subúrbio ferroviário” (CARVALHO; PEREIRA, 2014, p. 119).

Para CARVALHO e PEREIRA (2008), a análise dos padrões de apropriação dos espaços em Salvador confirma que os empresários, dirigentes e trabalhadores intelectuais habitam parte da região central, como a região do Campo Grande, Graça e Canela, e o trecho da orla atlântica, tendo com exceção a região do Nordeste de Amaralina, que começou como uma invasão e tornou-se um conjunto de quatro bairros populares e elevada densidade demográfica. A região acaba por interromper a “mancha” de habitações de alto padrão da orla atlântica (CARVALHO; PEREIRA, 2008).

Nesta faixa territorial está concentrada grande parte da população branca de Salvador, especificamente em bairros como

Barra, Graça, Campo Grande/Canela e Pituba, onde os brancos chegam a 69,1%, 69,7%, 68,5% e 65,7%, enquanto os pretos não passam de 5,9%, 4,4%, 7,0% e 5,0%”. Os pretos e pardos habitam majoritariamente “áreas do tipo popular ou popular-inferior do Miolo e do Subúrbio (como Cajazeiras, Fazenda Grande, Tancredo Neves, Coutos, Plataforma, Periperi, Lobato ou Paripe), de uns poucos enclaves do centro e da orla, como Engenho Velho da Federação, Alto das Pombas, Liberdade, Nordeste de Amaralina e Bairro da Paz, por exemplo (CARVALHO; PEREIRA, 2008, p. 94).

Nos locais onde estão concentrados a população negra e segmentos mais vulneráveis, houve uma variação do perfil populacional no período compreendido entre 1991 e 2000, mas que não ocorreu na mesma direção. Em bairros como Plataforma, Pau da Lima e Nordeste de Amaralina, por exemplo, houve variação negativa, aumentando a proporção de habitantes pobres e indigentes. Respectivamente, o número de moradores pobres foi de 45,1%, 40% e 42%. No Nordeste de Amaralina os percentuais de indigentes e pessoas sem atividade remunerada, nessa ordem, foram 18,4% e 28,2% (CARVALHO; PEREIRA, 2014). Tais números refletem mas uma situação grave de empobrecimento no bairro, pois cerca de 46% dos moradores não desenvolve atividade remunerada, estabelecendo um padrão de vulnerabilidade elevado.

Neste aspecto socioeconômico, vale ressaltar que a Cidade de Salvador, pelo Censo 2010 do IBGE, tinha o seu PIB situado na 10ª posição entre os municípios brasileiros (MELLO E SILVA *et al*, 2014). Apesar de ser a terceira cidade mais

populosa do país, em razão de não abrigar atividade industrial em grande escala, o seu PIB acaba sendo inferior ao de cidades muito menos populosas, como Manaus, Guarulhos e Fortaleza. Comparada com a cidade de maior PIB *per capita* do país, São Paulo, o PIB *per capita* soteropolitano equivale a 34,8% do paulistano (MELLO E SILVA et al, 2014).

Não obstante os dados sobre o PIB, no que se refere a desenvolvimento humano a cidade está muito aquém de alguma equivalência. Com 0,759, Salvador encontrava-se na 383ª posição entre os municípios brasileiros (MELLO E SILVA et al, 2014).

Considerando as pessoas a partir dos 10 anos de idade, o estudo indica uma distribuição de renda *per capita* bastante heterogênea. Aqui é importante enfatizar que o estudo de referência não se ateve apenas à população economicamente ativa, uma vez que pessoas menores de 16 anos não podem exercer trabalho convencional, excetuada a hipótese de aprendiz, a partir dos 14 anos de idade.

Nesse contexto, a média de até 1 (um) salário mínimo abrange cerca de 28,8% da população pesquisada. Com rendimentos de 1 a 10 salários mínimos estavam 31,3% da população da já mencionada faixa etária. Já no patamar mais acima, apenas 2,5% da população possuía rendimentos de mais de 10 salários mínimos. Entre os dados coletados pelo IBGE, um número que chama a atenção. Cerca de 37,4% estão relacionados no rol das pessoas sem rendimento (MELLO E SILVA et al, 2014), o que revela um processo de empobrecimento em curso na Cidade.

É possível inferir que os dados acima são expressão do processo histórico que teve início como segregação racial e culminou na segregação socioespacial, fortemente influenciada pelo desnível do poderio econômico entre as elites e a população menos abastada, em regra trabalhadores, pescadores e pessoas com menor grau de instrução.

Como apontam FERNANDES e CARVALHO (2014, p. 175),

a diferenciação dos espaços urbanos e seus efeitos sobre a vida dos moradores das cidades tem despertado o interesse dos pesquisadores desde os primeiros estudos da Escola de Chicago, considerada responsável pelo nascimento da Sociologia Urbana como disciplina científica.

A tradição de discutir sobre os espaços urbanos no Brasil é recente e acontece numa perspectiva socioespacial. Em certa medida, trata-se de uma

incorporação de fundamentos da teoria ecológica da Escola de Chicago (FERNANDES; CARVALHO, 2014).

Nesta linha de pensamento, os referidos autores apontam a existência de um processo cíclico entre o “acirramento da segregação socioespacial, os recentes processos de segmentação e o aumento da violência urbana”. Desta conexão ponderam que “a violência urbana acirra as diferenças e, conseqüentemente, aumenta as distâncias sociais ao criar uma cultura do medo que criminaliza os mais pobres e incentiva um comportamento defensivo e segregacionista” (FERNANDES; CARVALHO, 2014, p. 177).

Essa discussão sobre os espaços urbanos tomou novo fôlego a partir da “difusão do paradigma das cidades globais”, que se propõe a alterar a relação das pessoas com a cidade e na cidade (CARVALHO; PEREIRA, 2008). Para tanto, será preciso rever uma série de conceitos acerca das relações inerentes ao setor produtivo e a forma como o Poder Público e a sociedade enxergam a cidade.

1.2 DA NOÇÃO CONTEMPORÂNEA DA CIDADE

O breve exame sobre a noção de cidade tem início na Grécia, com o conceito de *polis*, entendida como “uma cidade autônoma e soberana, cujo quadro institucional é caracterizado por uma ou várias magistraturas, por um conselho e por uma assembleia de cidadãos (*politai*)” (BONINI, 1998, p. 949).

A *polis* passou por diversas fases, mas um dos seus elementos característicos era o aspecto interrelacional com o que se pode denominar de atores sociais da época, o *ghenos*, que era o conjunto das pessoas ligadas a um tronco familiar comum; a *fratria*, que era a associação de famílias relacionadas através da defesa e assistência mútuas; e a tribo, que era a coletividade de *fratrias* (BONINI, 1998). As relações decorrentes dos grupos acima é que, nos aspectos político e econômico, movia a *polis*.

À noção de cidade-estado, que gozava de autonomia em todas as esferas e onde se desenrolava o ambiente político, a atividade mercantil e a vida cívica como um todo, deve ser conjugada ideia de *civitas*, da qual decorre diretamente a palavra cidade e de onde derivam outras como cidadania, cidadão e civismo. A ideia de cidade aqui abordada está mais relacionada à palavra *urbe*, que produziu

palavras que expressam mais o fenômeno da vida num ambiente coletivo, a exemplo de urbanismo, urbano, entre outras (BERNARDI, 2006).

Para Weber (*Apud* BERNARDI, 2006, p. 17), a conceituação da cidade deve ser considerada sob duas dimensões. Parte do aspecto material, pelo qual é denominada como “estabelecimento compacto de prédios próximos uns dos outros”. A segunda dimensão diz respeito à atividade econômica dos atores sociais. Para ele, é o local onde “la mayor parte de sus habitantes viven de la industria y del comercio y no de la agricultura”. Este conceito econômico percebe a cidade como um conjunto de subsistemas administrativos, comerciais, industriais e socioculturais no sistema nacional geral (SILVA, 1981).

Para TUAN (1980), os primeiros centros urbanos surgiram não apenas como “resposta às forças econômicas e comerciais”, mas como expressão da necessidade de criação do que ele chama “espaço sagrado, modelado segundo o cosmo”.

É importante destacar que a formulação de um conceito de cidade enfrenta grandes obstáculos, uma vez que exprime a mesma significação para espaços de dimensões territoriais e populacionais muito díspares, com atividades econômicas das mais variadas, que não raro sofrem influência da localização geográfica. A cidade ao longo da história revelou-se extremamente mutável, sendo bastante comum a sua adjetivação de acordo com as peculiaridades temporais, econômicas e geográficas. Exemplos são denominações como cidade de fronteira, cidade grega, cidade portuária, cidade industrial, cidade corporativa, cidade contemporânea, entre outras. Acima de tudo, a cidade deve ser vista como resultado das relações do ser humano com o ambiente, um “produto social”.

O conceito de cidade, portanto, acaba por sofrer diversas variações, fruto das peculiaridades de cada país. No Brasil, o conceito adotado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é o de uma “comunidade urbana caracterizada como sede de município, independentemente do número de habitantes” (SHECAIRA, 2014, p. 142-3). Para a teoria ecológica, que será substrato teórico deste trabalho, a cidade é “um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição” (SHECAIRA, 2014, p. 143). O que se pretende dizer é que a simples delimitação ou definição geográfica é insuficiente para traduzir o que se entende por cidade. Não podem ser ignorados, em sua compreensão, os aspectos sociológicos e culturais inerentes à sua população.

Da Europa partiram diversas iniciativas oriundas dos seus urbanistas, iniciada por Le Corbusier, com a Carta de Atenas de 1933, primeira iniciativa de criar uma sistematização de princípios e valores inspiradores de um novo modelo de cidade que contemplasse a harmonização do espaço com as relações sociais que o produzem e que dele se nutrem (BERNARDI, 2006).

Daquela iniciativa, que acabou frustrada alguns anos após, o Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), entidade composta por várias associações de urbanistas de países europeus, como a França, Alemanha, Itália, Reino Unido, entre outros², elaborou a Carta Europeia de Urbanismo, na cidade de Barcelona, em 2013 (BERNARDI, 2006).

A nova carta absorveu as concepções anteriormente introduzidas pela Nova Carta de Atenas, de 2003, que funcionava como um “instrumento orientador e prospectivo de bons princípios da prática urbanística para as cidades do século XXI” (CARVALHO, 2009, p. 103) e que estava sustentada em três princípios orientadores: a Coerência Social, a Coerência Econômica e a Coerência Ambiental.

A coerência social, agora denominada coesão social, trazendo valores como o equilíbrio social, por meio do qual as pessoas devem ser vistas enquanto indivíduos, com direitos humanos que devem ser protegidos, como também no seu contexto comunitário, perante a comunidade à qual pertencem. Por esta concepção, as cidades devem estar interligadas com o escopo de propiciar oportunidades que reduzam as desigualdades sociais, fazendo-se necessária uma “maior coesão social que permita garantir um maior nível de segurança e um maior sentido de segurança nas cidades” (Carta Europeia de Urbanismo, 2013)

Também o respeito e fomento em relação ao multiculturalismo é uma das preocupações da cidade contemporânea para os urbanistas europeus, pois reconhecem como um fator de facilitação dos processos de integração.

Ademais, entre vários outros aspectos, a Carta reconhece a identidade social, fortemente vinculada à identidade das cidades e territórios, aquela sensação de pertencimento dos indivíduos à comunidade, expressa a diversidade cultural e social, que será enriquece com a introdução de novas identidades por via da imigração. Aqui, no particular, é uma situação vivenciada atualmente em razão da crise humanitária na Síria, que vem provocando um êxodo para os países europeus.

² <http://www.ectp-ceu.eu/index.php/fr/about-us/membres-53>

A coerência econômica passou a se chamar integração econômica e conectividade. Assim, as atividades econômicas desenvolvidas nas cidades europeias, em razão da formação do bloco Euro, estão necessariamente interligadas. E com elevada intensidade e interdependência. Por conta desta característica, ao mesmo tempo em que ganham em competitividade internacional, passam a ser mais sensíveis e vulneráveis às questões e crises locais e exteriores, vide a crise econômica grega e seus reflexos nas economias dos demais países, apenas para citar um exemplo. A integração maior entre as cidades, em redes, entre o urbano e o rural, são algumas das chaves sugeridas.

Por fim, a coerência ambiental é entendida agora como conectividade ambiental. Há uma ênfase na gestão ambiental dos recursos naturais voltada ao conceito de sustentabilidade. O ambiente urbano precisa ser sustentável para assegurar qualidade de vida à população. Além disso, há o reconhecimento de que a qualidade do meio ambiente urbano constitui elemento impactante na harmonia social e para a vitalidade cultural, contribuindo também para o desenvolvimento econômico da cidade (CARVALHO, 2009).

Para CARVALHO (2009, p. 103), a Carta de Atenas de 2003 introduziu uma visão comum dos europeus, sob a perspectiva urbanística, de que as cidades do futuro

conservarão a sua riqueza cultural e a sua diversidade resultantes da sua história (continuidade histórica), ligadas entre si por uma variedade de redes de transporte (movimento e acesso) e contribuirão de maneira decisiva para o bem-estar dos seus habitantes e num sentido mais lato de todos os que a utilizam (cidade para todos) e por fim permanecerão criativas e competitivas e procurarão simultaneamente a complementaridade e a cooperação, isto é, o seu desenvolvimento econômico.

A construção desta cidade do futuro começa com as bases lançadas para ajustar o curso da cidade atual.

A cidade ocidental contemporânea, naturalmente reflexo do sistema capitalista, tem os seus espaços definidos em função das relações sociais que o moldam, das relações de poder que o permeiam no plano representativo.

Para TUAN (1980), o estilo de vida de um povo é o resultado da convergência das suas “atividades econômicas, sociais e ultraterrenas”. Destas atividades ou relações é que são produzidos os padrões espaciais e estes padrões, numa relação dialética, cíclica, influenciarão as mesmas atividades no futuro.

As diversas transformações ocorridas mais recentemente, em todos os planos (social, econômico e político) e âmbitos (local, regional, nacional e global) podem ser associadas em parte aos grandes avanços no campo tecnológico, desencadeando uma onda de modernização profunda no campo de trabalho (JESUS JÚNIOR, 2005), manifestada em muito pela redução da presença humana no processo industrial em favor da robotização.

Tal fato teve o condão de agravar problemas como o desemprego, uma vez que boa parte da população economicamente ativa, pelo rápido avanço tecnológico, acaba não conseguindo qualificar-se adequadamente na mesma velocidade demandada pelo mercado de trabalho (JESUS JÚNIOR, 2005). Nos países com déficits educacionais históricos, como o Brasil, a situação agrava-se dramaticamente. Mesmo as políticas de ampliação do acesso ao ensino superior, como PROUni e FIES, possuem limitações e até então não priorizam as vocações regionais.

Como resultado desse processo, há um agravamento dos processos de exclusão socioeconômica e segregação espacial da população. A ocupação periférica do espaço é associada à sua marginalização pelo Poder Público, não contemplando direitos básicos desses grupos nas políticas públicas. Nesse contexto é que surge um terreno fértil para a violência, que acaba por reproduzir os conflitos humanos nas suas relações com o espaço (JESUS JÚNIOR, 2005).

Indo adiante, SILVA (2010, p. 113) lembra que a cidade contemporânea deve exercer “funções específicas para seus moradores”. As funções sociais da cidade, ainda que sob outras denominações, sempre existiram em maior ou menor escala. O referido Autor menciona ainda que o “espalhamento dos moradores dentro da cidade definiu também a forma de apropriação dos espaços urbanos”.

A cidade contemporânea, como se pode perceber, é marcada por contradições. Ao mesmo tempo em que está caracterizada pela exclusão social e pela segregação socioespacial, resultado do processo produtivo do sistema capitalista, busca se reinventar a partir da percepção dos problemas que a tornam insustentável. Assim é que a cidade do Século XXI já inicia movimentos no sentido de tornar-se mais inclusiva e equilibrada em termos socioeconômicos. O percurso é longo, mas já há indicativos e, ao menos, ferramentas que possibilitam o pleno exercício das suas funções sociais, que serão vistas a seguir.

1.3 AS FUNÇÕES SOCIAIS DA CIDADE

A concepção mais atual de espaço extrapola a mera noção de lugar, de superfície. Ao contrário, possui um forte conteúdo social, no sentido de ser o local apropriado a promover interações entre a comunidade. O planejamento urbano, portanto, deve observar a função social de tais espaços públicos, quando da sua elaboração e produção.

Para melhor compreensão, faz-se necessário entender primeiramente o significado das funções sociais da cidade.

A função de uma atividade social é definida por Radcliffe-Brown como “o papel que ela faz na vida social como um todo e, por isso, a contribuição que ela leva à manutenção da continuidade estrutural” (Apud ABBAGNANO, 1982, p. 451)

A partir desta definição é possível assimilar melhor o que vêm a ser as funções sociais da cidade. O papel da cidade, percebida como um ambiente de interações sociais das espécies mais diversas, deve ser o de promover tais interações.

Nesse sentido, a Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 182, estabelece:

A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Percebe-se que a Constituição Federal deixa em aberto quais seriam as funções sociais da cidade. Como será visto a seguir, não há um consenso ou um rol fechado. Tal pensamento de funcionalidade foi inicialmente extraído do documento conhecido como Carta de Atenas, de 1933.

Entre o final da década de 1920 e o ano de 1956, excetuando-se o período de 1937 e 1946 (Segunda Guerra Mundial), foram realizados na Europa os Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Ao todo foram dez eventos destinados a discutir academicamente a arquitetura moderna.

O I CIAM aconteceu em 1928, em La Sarraz, Suíça, sendo destinado à sua fundação enquanto fórum de discussões sobre a concepção de cidade moderna pela ótica da arquitetura e do urbanismo. O Congresso que teve maior repercussão geral foi o realizado em 1933, em Atenas, pois produziu a Carta de Atenas, documento

redigido pelos membros do referido Congresso trazendo diretrizes voltadas a dotar a cidade moderna de funcionalidade.

Como bem ilustram Bernardi e Garcias (2008, p. 5), a cidade moderna, resultado daquele contexto, foi pensada “sob a ótica do planejamento, da funcionalidade, com espaços bem definidos para a habitação, trabalho, lazer e circulação”. Assim foi possível extrair daquele documento que as funções sociais da cidade eram quatro: a habitação, o trabalho, o lazer e a circulação.

A despeito de não trazer inovações quanto às espécies acima indicadas, que já eram observadas, em dada medida, pelas cidades, a principal contribuição foi justamente o fomento à discussão sobre a urbanização e os fins próprios das cidades.

Em 1956, o CIAM teve o seu final. Para Silvio Colin (2010, p. 7),

Os resultados de trinta anos de atividade internacional não foram nem eficazes nem meritórios. A quebra do CIAM deve ser creditada, em primeiro lugar, a seus principais colaboradores, cuja propensão acadêmica de uma estrutura formal foi imposta ao programa de trabalho.

Mais recentemente, em 1998, o Conselho Europeu de Urbanistas (CEU), formado por associações e instituições de urbanismo de diversos países europeus³, propôs uma nova Carta de Atenas, consolidada em 2003 sob o nome Carta Constitucional de Atenas 2003 – A visão das Cidades para o Século XXI do Conselho Europeu de Urbanistas (BERNARDI, 2006).

Esta nova Carta pensa as cidades de forma interligada, como redes de cidades, propondo novas estruturas sociais e econômicas que sejam mais eficientes na mitigação de problemas como a exclusão social, a pobreza, a criminalidade e o desemprego. Além disso, considera que os problemas de acesso aos bens sociais, tais como educação e saúde, devem ser resolvidos necessariamente com a participação da comunidade (BERNARDI, 2006).

Num comparativo com a visão do século passado, contida na Carta de Atenas de 1933, essa nova forma de ver as cidades trouxe uma substancial ampliação das funções sociais da cidade, que passaram a ser dez, sendo enunciadas sob a forma conceitual.

Para Kanashiro (2004, p. 36), as funções sociais da cidade trazidas pela Carta de 2003, enunciadas sob a forma de recomendações voltadas à atuação do urbanista, são as seguintes:

³ <http://www.ectp-ceu.eu/index.php/fr/about-us/membres-53>.

uma cidade para todos, envolvimento real, contato humano, continuidade do caráter, benefícios de novas tecnologias, aspectos ambientais, atividades econômicas, movimento e acesso, variedade e diversidade, saúde e segurança.

Importante destacar que pela primeira vez, portanto, os urbanistas europeus reconhecem como função da cidade a necessidade de promoção da segurança como uma das formas de assegurar o equilíbrio social.

Nos fundamentos da Carta, os urbanistas europeus indicam que não se pode deixar de enfrentar as disparidades acentuadas pela liberalização dos mercados, pela grande competição no contexto do mundo globalizado, pois o seu prolongamento ensejará uma ruptura “do tecido econômico e social”. Por isso é que as soluções para problemas sociais como a exclusão, a criminalidade e a violência devem ser pensadas a partir da participação tanto do Poder Público quanto da sociedade (ALVES, 2015).

Saindo da Europa e retornando ao contexto brasileiro, a menção às funções sociais da cidade, como já visto, está contida no art. 182 da Constituição Federal de 1988. O *caput* do referido artigo vinculou as políticas de desenvolvimento urbano, uma vez que estabeleceu como finalidade das políticas urbanas o ordenamento das funções sociais da cidade e a garantia de qualidade de vida aos seus habitantes. Contudo, o texto não explicitou quais seriam as funções sociais da cidade, deixando essa lacuna no ordenamento jurídico nacional e uma incerteza quanto às políticas municipais de desenvolvimento urbano.

Quase uma década e meia após, em 10 de julho de 2001, foi sancionada a Lei 10.257, denominada Estatuto da Cidade, que entrou em vigor noventa dias após, nos termos do seu art. 58. Neste diploma legal, em seu art. 2º, há indicação de diretrizes que acabam conduzindo à identificação das funções sociais da cidade, com base nas cartas dos urbanistas europeus.

Diz o referido dispositivo que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

“I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o **direito** à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à **infraestrutura urbana**, ao transporte e aos **serviços públicos**, ao trabalho e **ao lazer**, para as presentes e futuras gerações;

[...]

V – **oferta de equipamentos urbanos e comunitários**, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais (grifos nossos).

Aqui foram transcritos apenas os incisos mais adequados aos objetivos do presente trabalho. A ênfase recai sobre os aqueles que mencionam as obrigações do Poder Público, destinadas à concreção de alguns dos fins da cidade. Entre eles o de propiciar o lazer, produzir os espaços públicos comunitários abertos e o contato humano ou as interações sociais decorrentes desse contato.

Verifica-se, portanto, que para viabilizar algumas das funções sociais da cidade, como o lazer, o contato humano, entre outras, é imperativa a oferta de espaços e equipamentos comunitários de convívio e socialização. É preciso ressaltar, contudo, que a produção desses espaços deve observar os interesses e necessidades da população, bem como as peculiaridades locais. Sendo assim, a formatação de espaços desconectados dos anseios da comunidade leva, provavelmente, à subutilização e à degradação desses equipamentos.

1.4 OS ESPAÇOS DE INTERAÇÃO SOCIAL

Como já afirmado, o presente trabalho propõe também a investigação das formas pelas quais a ausência ou abandono dos espaços de interação social interferem ou contribuem para a ocorrência de determinados crimes.

Um dos aspectos relevantes é justamente a relação entre os habitantes de uma comunidade carente, no caso o Nordeste de Amaralina, com os espaços destinados à interação social, tais como praças, jardins, equipamentos esportivos e de ginástica, anfiteatros, entre outros. A perspectiva, portanto, é a do exame dos espaços públicos ou daqueles que, embora privados, exerçam uma função social e por isso tenham fins públicos.

Para que a compreensão do tema se torne mais fácil, serão abordados neste item conceitos sobre o espaço, e, por fim, a noção de espaço público adotada.

Na lição de HARVEY (2012), dada a sua complexidade, o espaço pode ser compreendido sob três acepções ou sentidos, que não necessariamente se excluem: espaço absoluto; espaço relativo; e espaço relacional.

O aspecto absoluto diz respeito ao sentido mais de espaço físico, concretamente falando. Para COSTA (2014, p. 73),

[...] refere-se ao espaço do mapeamento cadastral, da localização e posição, da propriedade privada, das cidades, de um condomínio fechado, das fronteiras e barreiras físicas, de entidades delimitadas como o Estado ou uma unidade administrativa.

O segundo sentido, espaço relativo, possui uma faceta mais abstrata. É uma dimensão situada mais na esfera mental (BRAGA, 2007), que diz respeito às distâncias. Através deste sentido é que são traçadas as vias urbanas, os acessos aos equipamentos públicos, com o objetivo de reduzir distâncias, de facilitar a mobilidade urbana.

O espaço relacional é a terceira e última dimensão pela qual o espaço pode ser percebido, segundo HARVEY (2012). Diz respeito às relações que acontecem no entorno do espaço, dando-lhe sentido de existência.

Em leitura marxista, CORRÊA (Apud BRAGA, 2007, p. 69) assevera que “[...] o espaço é social e é inseparável do tempo. Os atores principais seriam os proprietários dos meios de produção e o Estado, que almejam a acumulação de capital e a reprodução da força de trabalho”.

Santos (2006, p. 49) entende o “espaço geográfico como a soma indissolúvel de sistemas de objetos e sistemas de ações”. Os sistemas de objetos são os que controlam a forma de expressão das ações. Já os sistemas de ações “são aqueles que levam à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2006, p. 39). Desta relação que se retroalimenta é que o espaço se transforma.

Para BARRIOS (Apud NIGRO, 2007, p. 55), o espaço é uma construção social que compreende “o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriados pelas práticas políticas e construídos em significações pelas práticas culturais-ideológicas”. Como visto, a Autora entende o espaço geográfico como um produto das relações humanas. Tais relações se desenvolvem em três esferas: econômica, política e cultural-simbólica.

As práticas econômicas consistem na “produção de bens e serviços, do valor agregado ao trabalho humano” (BRAGA, 2007, p. 70). O âmbito político é o ambiente onde as disputas de poder são travadas pelos diferentes grupos sociais no sentido de ver os seus interesses prevalecendo. No âmbito das políticas públicas, por exemplo, denomina-se esse jogo de poder “arena política”. Nesse sentido, importante destacar o momento pelo qual atravessa a cidade de Salvador. A cidade

está em vias de implementação do novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano⁴, momento em que os diversos grupos sociais podem e devem atuar para fazer valer os seus interesses. Por óbvio, os atores detentores do poder econômico historicamente vêm sendo contemplados em grande medida. Por fim, o nível cultural-simbólico é resultado das relações humanas, dos significados e representações.

Para CASTELLS (2005), segundo a teoria social, o espaço pode ser visto como “o suporte material de práticas sociais de tempo compartilhado”, mas propõe a visão do espaço enquanto um sistema de fluxos.

O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos dos mais variados, como os fluxos de capital, de informação, de interação organizacional. Representam os processos que dominam a vida econômica, política e simbólica. Finalmente, todo esse fluxo está voltado a instrumentalizar o espaço como veículo político e ideológico de dominação das elites organizadas (CASTELLS, 2005).

Com orientação marxista, Lefebvre (*apud* DELGADO, 2015) concebe o espaço como resultado da relação entre o capitalismo e a urbanização, assim como dos conflitos sociais. Esses fatores atuam tanto na produção do espaço, quanto na sua transformação. Mais ainda, atribui uma dinâmica dialógica do espaço, uma vez que afirma ser o espaço um ambiente que além de ser um espelho da sociedade serve de fonte para as dinâmicas sociais.

A visão de espaço socialmente produzido se contrapõe à noção de espaço na sua forma pura, que existe em si, bem como do espaço como produto da sociedade. (BRAGA, 2007)

Ainda, dentro da sua teoria do espaço social, propõe a conceituação tripartida do espaço. Estabelece, portanto, distinções entre o que denominou práticas espaciais ou espaço percebido, espaços de representação e representações de espaço.

As práticas espaciais podem ser vistas como “produção e reprodução social numa relação dialética com o espaço” (BRAGA, 2007, p. 70). Também denominadas de espaço percebido, dizem respeito à vida cotidiana, às experiências mais concretas da relação com o espaço, os usos dados aos espaços (DELGADO, 2014).

⁴ <http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/>

Já os espaços de representação ou espaços vividos *agregam* “a experiência e a cultura, o corpo e o imaginário de cada um de nós” (DELGADO, 2014). Aqui se está diante de uma dimensão conceitual de maior sensibilidade na percepção do espaço pelas pessoas. Para DELGADO (2014)

[...] É, com certeza um espaço de usuários e habitantes, mas próprio de artistas, escritores e filósofos que crêem apenas descrevê-lo. É o espaço qualitativo das submissões às representações dominantes do espaço, mas também onde se bebem e se inspiram as deserções e desobediências”.

As representações do espaço ou espaço concebido, são o campo de atuação do poder, dos detentores dos modos de produção, dos planejadores. A sua relação com as duas modalidades conceituais anteriores é intrínseca, uma vez que a dimensão de poder sempre procura se impor sobre as demais. Usa o conhecimento científico e a linguagem como forma primária de atuação, mas sem descartar o eventual uso da força, simbólica ou concreta.

Pensando pela ótica sistemática, é o espaço de atuação do sistema social dominante que faz concessões pontuais, iludindo o que se lhe opõe para a manutenção do *status quo*. “Esse é o espaço dos planejadores, dos tecnocratas, dos urbanistas, dos arquitectos, dos desenhadores, dos administradores e dos administrativos” (DELGADO, 2014).

A interação de natureza dialética entre esta “tríade espacial” é o que conforma a produção social do espaço que será vista mais adiante, pois constantemente renova e gera relações, fornecendo elementos para a resistência social dos “usuários” do espaço.

Pela perspectiva espacial, a cidade pode ser caracterizada como “um espaço construído constituído por espaços públicos, abertos a todos e espaços privados, de acessibilidade limitada” (MATOS, 2010, p. 18).

Em que pese o constante avanço da ocupação do território pelos espaços privados, inclusive com a “privatização” de alguns espaços públicos, como praças administradas e mantidas pela iniciativa privada, cujo acesso acaba sendo restringido em determinadas horas do dia, o que confere certa identidade a uma cidade são os seus espaços públicos (MATOS, 2010).

Mas o que se pode entender como espaço público?

Para o Direito Civil brasileiro (Lei nº 10.406/2002), por exemplo, o espaço público físico, pode ser entendido a partir dos artigos 98 a 103 do Código Civil. Para

o referido diploma legal, “são públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem”. A compreensão se dá, portanto, a partir da noção de bens e de propriedade.

O dispositivo seguinte procura ilustrar, em seus incisos, o que seriam esses bens públicos:

I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Vale ressaltar que o inciso I não possui um rol exaustivo, mas sim exemplificativo, ou seja, os bens de uso comum do povo não se limitam aos que ali foram indicados.

O objetivo aqui, entretanto, não é enveredar na conceituação de espaço público para a esfera jurídica, pois além de não estar devidamente consolidada no ordenamento jurídico nacional, não se harmoniza plenamente com os fundamentos e objetivos deste trabalho.

Nesse sentido, CASTRO (2015) assinala dois sentidos distintos, embora inter-relacionados, no aspecto gramatical, apenas pelo número.

No singular, "espaço público" refere-se à esfera pública, ao domínio dos processos propriamente políticos, das relações de poder e das formas que estas assumem nas sociedades contemporâneas (...) No plural, o termo "espaços públicos" compreende os lugares urbanos que, em conjunto com infraestruturas e equipamentos coletivos, dão suporte à vida em comum: ruas, avenidas, praças, parques.

Na acepção singular de espaço público é que acontecem os conflitos sociais que alimentam as dinâmicas do sistema social que é a cidade. Vale ressaltar que esse ambiente também é o virtual, mas que não será abordado aqui por estar fora do objeto de pesquisa. É neste ambiente que se materializam as representações de espaço do pensamento de Lefebvre.

Aqui, os dois sentidos se interpenetram e devem ser percebidos a partir das relações com os atores sociais, como as pessoas, grupos, corporações, etc (CASTRO, 2015).

MATOS (2010, p. 18) afirma que o conceito de espaço público começou a ser construído de forma incipiente nos séculos XVII, XVIII e XIX, “quando se fala em vida familiar, em vida privada, ou no alojamento, nunca se lhe opõem uma noção

genérica de espaço público, mas sim a rua, a praça, as igrejas, os jardins, os mercados, as feiras, as festas e as manifestações”.

Mesmo fundadores do urbanismo, como Georges-Eugène Haussmann, não utilizavam a noção de espaço ou espaços públicos quando se referiam aos espaços de interações sociais, como as ruas, praças, etc. A Carta de Atenas de 1933 menciona as instalações comunitárias, locais de lazer e superfícies verdes, mas sem fazer alusão ao espaço público (MATOS, 2010). Segundo ASCHER (Apud MATOS, 2010), o termo “espaço público”, aparece na França na metade da década de 1970, no âmbito de uma nova forma de abordagem da cidade.

Pensar os espaços públicos constantemente é importante para atender às demandas geradas pelas dinâmicas sociais que afetam diretamente o espaço. As práticas urbanas ensejam mudanças ao longo do tempo, transformando a própria concepção de urbanização e as relações dos atores sociais com o espaço. As distinções entre o público e o privado, o exterior e o interior, bem como entre o coletivo e o individual são mutáveis no tempo e no local, haja vista serem suscetíveis às questões culturais, às sociabilidades, às inovações tecnológicas, à desagregação social do espaço, entre outros diversos elementos (MATOS, 2010).

O conceito mais tradicional de espaço público não se revela suficiente nos tempos atuais, pois está assemelhado à ideia de bem público já enunciada aqui. Conduz ao entendimento de que é um “ambiente concreto de trocas de experiências, vivências e conhecimentos por meio do exercício da política” (STAHLHÖFER; GRAWUNDER, 2014).

No entendimento de SCHMIDT (Apud STAHLHÖFER; GRAWUNDER, 2014), a noção de espaço público físico deve abranger o conteúdo dos bens públicos, mas incluir os âmbitos de discussão política travada entre os atores sociais, entendidos como agentes governamentais e não governamentais. Os agentes governamentais são aqueles que atuam na Administração Pública, direta ou indiretamente, enquanto que não governamentais são a sociedade civil, os partidos políticos, os acadêmicos, etc. Esse âmbito envolve também o meio virtual, como já mencionado anteriormente.

Para atender aos fins propostos nesta pesquisa, será adotada essa última concepção de espaço público físico, pois serão discutidas as relações que resultam na sua formação e apropriação, bem como os usos e as interações nos locais definidos como “bens públicos”, caracterizados aqui como espaços abertos, acessíveis a todos.

Conforme a noção contemporânea da cidade, os espaços públicos devem atender a funções sociais e a elas devem corresponder usos pelos atores sociais. No caso aqui estudado, os usos que os habitantes do Nordeste de Amaralina dão aos espaços públicos localizados no interior do bairro e de que forma a comunidade local atua no sentido de criação de novos espaços de convívio social e/ou na melhoria daqueles já existentes.

Para MATOS (2010, p. 20),

num bairro ou quarteirão residencial, os jardins, as ruas, “pracetas”, quadras esportivas, etc., limitam-se a ser usados e a acolher as práticas, sobretudo, dos seus residentes, enquanto que ao nível da cidade ou do conjunto metropolitano, existem espaços com uma área de atracção maior, uma vez que são usados, não só, pela população que aí reside, como também por outros que vêm do exterior, que a visitam.

Por fim, quanto à sua tipologia, o espaço público pode ser classificado em espaços de circulação ou de passagem e espaços de permanência. Espaços de circulação são aqueles por onde transitam as pessoas, não configurados originariamente para a realização de atividades sociais, como as calçadas ou passeios (PERSON, 2006).

Os espaços de permanência podem ser definidos como “cenários de actividade e comportamento, (...) que estimulam acções e comportamentos espontâneos e a assistência ou participação nestes acontecimentos” (MATOS, 2010, p. 21). São caracterizados por uma estrutura própria que atenda aos seus fins, como mobiliários. Exemplos são os bancos das praças, as traves numa quadra de futebol e equipamentos específicos de ginástica ou parques infantis.

Já os espaços de circulação ou passagem, a despeito de não terem finalidade de permanência, podem se converter, a partir das dinâmicas sociais de uma comunidade, em espaços de permanência (MATOS, 2010).

No entender de ROMERO (Apud PERSON, 2006, p. 3),

os espaços de passagem não necessitam obrigatoriamente da adequação ambiental para beneficiar a permanência mais prolongada no espaço, mas sim elementos que sejam únicos ou inesperados, suficientemente atrativos para que se transformem em objetos de visitação.

Atualmente, em razão do aumento dos índices de criminalidade, há uma sensação de insegurança muito grande, mas até poucos anos atrás era comum em alguns bairros da cidade de Salvador que no final da tarde as famílias levassem cadeiras para as calçadas e ficassem até a noite conversando e observando o fluxo

de movimento da rua. Trata-se de forma inequívoca de adaptação da finalidade dos espaços de passagem em permanência.

Examinar essas questões será o objeto das próximas linhas.

Para BARRIOS (apud NIGRO, 2007), a concepção de produção social do espaço leva em consideração três dimensões: práticas econômicas; práticas políticas; e práticas culturais.

Em relação às práticas econômicas, o seu produto é o valor. Assim, o espaço físico modificado é produto das práticas econômicas. “A forma pela qual se efetua a transformação do meio físico só pode ser compreendida mediante exame dos interesses dos grupos sociais que dirigem a produção, e que modificam o espaço” (BARRIOS apud NIGRO, 2007, p. 53).

As práticas políticas dizem respeito diretamente ao embate entre os interesses conflitantes dos grupos sociais com o objetivo de impor a sua supremacia, de dominação. Materializa-se “como ações sociais cujo objetivo é conquistar ou permanecer com o poder” (BARRIOS apud NIGRO, 2007, p. 53).

Por fim, a dimensão das práticas culturais-ideológicas, cujo objeto é o “significado”, o âmbito das representações porque as práticas culturais se valem das modalidades espaciais como veículo de transmissão de mensagens de apoio ou negação da ordem vigente (BARRIOS apud NIGRO, 2007).

Seguindo linha de entendimento aproximada, BORTOLO (2010, p. 40) diz que o espaço produzido exprime as dimensões indicadas por Sônia Barrios, na medida em que

[...] a análise do processo de produção do espaço urbano requer a justaposição de vários níveis da realidade, momentos diferenciados da reprodução geral da sociedade, como o da dominação política, o da acumulação do capital e da realização da vida humana.

Como fruto do modelo de produção do espaço urbano brasileiro, em que é visível a influência das classes dominantes, há um processo contínuo de exclusão e segregação socioespacial (BORTOLO, 2010). É imperativa, portanto, a atuação do Poder Público na promoção das funções sociais da cidade, com vistas a garantir a universalização do acesso aos benefícios urbanos e promovendo a justiça social.

Na produção de eventuais intervenções urbanísticas, deve o Estado considerar certas premissas para melhor compreensão do espaço. São elas:

a) A produção do espaço possui natureza híbrida, pois é, ao mesmo tempo, um fato técnico aparente, por exemplo, a construção de uma quadra de basquete, mas

simultaneamente possui essência social, haja vista a sua significação, a sua finalidade;

b) a sociedade está estruturada com base numa relação de dominação e submissão decorrentes do processo de trabalho;

c) a dinâmica social é resultado dos conflitos entre os grupos sociais. Os que dominam desejam a manutenção do *status quo* e o fortalecimento da sua posição, enquanto os grupos submissos pressionam no sentido de ascender ou neutralizar parte da influência dos grupos dominantes; e

d) esse sistema de natureza político-ideológica tem uma base econômica para que haja o “funcionamento do todo social” (BARRIOS, 2014).

Propõe a Autora uma nova metodologia voltada à análise regional da produção social do espaço, a partir das premissas acima, que visam à compreensão da atuação dos diferentes atores sociais e seus objetivos (BARRIOS, 2014).

Vista a dinâmica de produção do espaço, é importante entender o que são e de que forma acontecem as apropriações do espaço pelas comunidades.

O processo de apropriação dos espaços possui grande componente subjetivo, que é um dos objetos de estudo de um campo do conhecimento chamado Psicologia Ambiental. Ele “estuda o significado do espaço e a compreensão dos processos psicossociais acionados nas interações entre as pessoas, grupos, comunidades e entornos sociofísicos” (JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008).

Nesse sentido, o que se entende por “apropriação é toda prática pela qual o homem deixa a sua marca” (SANSOT, apud JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008). Há aí uma correlação com o conceito de identidade de lugar (PROSHANSKY, apud JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008), que significa o vínculo subjetivo que gera a sensação humana de pertencimento a determinada comunidade ou localidade. No campo mencionado, a autoestima do indivíduo possui grande influência para a consolidação do processo de apropriação dos espaços (JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008)..

Para MALDONADO (apud JERÔNIMO; GONÇALVES, 2008), é partindo do sentimento de autoestima que o ser humano “aprende a colocar em prática os valores fundamentais do convívio: gentileza, respeito, consideração, cooperação e solidariedade.” A sua compreensão, portanto, passa pela esfera afetiva de suas relações, sejam elas familiares, escolares, laborais, culturais, socioespaciais. Nesse

sentido, a construção dos laços afetivos com o lugar depende de como aquelas relações serão desenvolvidas no espaço.

Aqui é possível fazer uma associação com o pensamento de Lefebvre. O processo de apropriação do espaço tem início na esfera vivencial (espaço de representação) e continua na contestação do espaço concebido (representação do espaço), dando-lhe uma nova significação para aquela comunidade. Na mesma linha de entendimento, VOGEL (apud MENDONÇA, 2007) enxerga na apropriação dos espaços públicos a função de “mecanismos de defesa e superação da população aos modelos urbanísticos impostos pelos planejadores”.

As apropriações podem acontecer de forma originária, num espaço sem destinação ou infraestrutura específica para as interações comunitárias. Um terreno baldio, ou em áreas degradadas, por exemplo. Mas podem ser também apropriações que provoquem uma ressignificação de um espaço já existente e mesmo com toda a estrutura, uma vez que o seu planejador pode estar desconectado dos anseios da comunidade local.

Compreendida a noção de apropriação do espaço e o seu elemento de desencadeamento, que é o vínculo subjetivo de pertencimento, é preciso entender a sua dinâmica. Para NISHIKAWA (apud MENDONÇA, 2007, p. 297), tais “apropriações, em muitos casos, inesperadas, constituem-se, já, de fato, em reestruturações do espaço, como elementos explícitos da possibilidade de flexibilidade de uso”.

Assim, impõe-se aos “planejadores”, ou, dito de forma mais concreta para as finalidades da presente dissertação, ao Poder Público, a adoção de mecanismos mais participativos para a produção dos espaços públicos físicos voltados à promoção da sociabilidade.

Dando suporte a essa linha de argumentação, MENDONÇA (2007, p. 297) assinala:

[...] no trato de procedimento empírico, considera-se recomendável, não só o mapeamento e as análises das estruturas formais que caracterizam o uso do espaço público, mas considera-se de especial relevância, o mapeamento das apropriações alternativas do espaço público, independente da existência de infraestrutura específica para tal, seja para o exercício de atividades coletivas, seja para apropriação particular.

Daí a relevância da sintonia entre o Poder Público e os anseios da comunidade na esfera urbanística. De nada interessa a produção de espaços que não atendam à sua finalidade de uso por completa dissonância das necessidades

comunitárias. Não haverá interações ou a área poderá degradar-se rapidamente e servir para fins outros, como o desenvolvimento de atividades ilícitas, crimes.

2. DAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E CRIMINALIDADE

2.1. A TEORIA ECOLÓGICA DA ESCOLA DE CHICAGO E A NOÇÃO DE CIDADE CRIMINÓGENA

Antes de adentrar no pensamento criminológico da Escola de Chicago e a sua evolução, é preciso compreender a complexidade em torno da noção de crime. Nesse sentido, impõem-se algumas observações preliminares.

Para a criminologia, ideal é a busca por critérios que possam ser adaptados no tempo e no espaço, ou seja, “adaptáveis segundo o desenvolvimento histórico e social de cada povo” (SHECAIRA, 2014, p. 47).

Considerando a sua incidência pré-penal em relação aos “atos humanos” e percebendo-o como um problema social, SHECAIRA (2014) aponta a necessidade da Criminologia quanto ao estabelecimento de critérios para que seja possível uma compreensão coletiva de crime.

O primeiro deles é a “incidência massiva na população”. Significa dizer que fatos isolados não devem ser considerados como crimes. É preciso que haja reiteração do comportamento entre a população para que se justifique o tratamento da conduta como crime (SHECAIRA, 2014).

Outro elemento é que o fato cause, necessariamente, alguma aflição, dor, à vítima ou à coletividade. É a relevância social, sem a qual não há que se falar em punição na esfera penal (SHECAIRA, 2014).

O “terceiro elemento do conceito criminológico de crime” é o que se entende como “persistência espaço-temporal do fato”. A repercussão ou a prática do fato precisa ser dispersada em termos espaciais, assim como ser reiterada no tempo, persistente (SHECAIRA, 2014). Não pode ser considerado crime um fato ou fenômeno que seja comum apenas em determinada localidade do país ou que tenha ocorrido apenas em determinado lapso de tempo. É preciso que o fato ocorra em todo território nacional e que seja reiterado no tempo.

Por fim, o último elemento conceitual é a ausência de consenso inequívoco acerca da sua etiologia ou das suas causas, bem como das técnicas de intervenção voltadas à prevenção e combate ou repressão (GARCIA-PABLOS DE MOLINA; GOMES, 2007). Significa dizer que o crime, enquanto fenômeno complexo, não possui uma causa apenas e que tampouco há fórmulas prontas para a sua solução.

Como sintetiza TANGERINO (2007, p. 35), o crime, pela perspectiva da moderna criminologia,

é um problema social e comunitário e, portanto, caracterizado pelos seguintes componentes: incidência massiva na população, que a incidência desse problema seja dolorosa e aflitiva, que haja uma determinada persistência espaço-temporal do problema em tese e que, finalmente, não haja um inequívoco consenso a respeito da sua etiologia, bem como de eficazes técnicas de intervenção neste.

Visto o conceito mais atual de crime, em especial o último dos seus elementos caracterizadores, a ausência de consenso, é importante reproduzir uma advertência feita por SHECAIRA (2014, p. 127):

Não raro, autores identificados com uma teoria apresentam contribuições sólidas que asfaltam o caminho de teorias que lhes sucedem. De outra parte, toda classificação, por mais rigor científico que contemple, não deixa de ter alguma discricionariedade. Autores de diferentes perspectivas convivem e se influenciam mutuamente. Uma ideia nunca é resultado de um gênio criativo, mas sim um produto de seu tempo. As condições de existência de um pensamento decorrem das múltiplas relações humanas condicionantes daquele momento. Não é por outra razão que, como ondas sucessivas, alguns temas serão tocados por alguns autores e posteriormente serão revisitados por outros que lhes sucedem. Muitas vezes as teorias têm uma concepção provisória, para só adquirirem seu quadrante definitivo depois da crítica que recebem.

E assim não foi diferente sob a perspectiva criminológica, que antes da predominância do viés sociológico tinha o seu objeto de estudo mais centrado no indivíduo, enxergando o crime como “elemento sintomático da personalidade do autor dirigindo sobre tal elemento a pesquisa para o tratamento adequado” (BARATTA, 2013, p. 39). É o que foi denominado de pensamento biopsicológico, erigido pela escola positiva italiana.

Feitas as ressalvas necessárias, a visão criminológica aqui abordada levou em consideração o problema da pesquisa, de viés preventivo. Para algumas vertentes da criminologia, o crime guarda relação direta com as condições urbanas, econômicas e sociais das unidades de área ou do meio ambiente urbano.

Como bem ressalta BATISTA (et al, 2015, p. 162),

a Escola de Chicago não produziu respostas policiais para a questão criminal, mas intervenções urbanas, culturais e comunitárias na contramão do segregacionismo genocida desenvolvido pelo positivismo no nazi-fascismo.

Consideram que em razão do crescimento urbano intenso e desenfreado, sobrevêm problemas sociais graves, que modernamente se entende como exclusão social. As áreas ditas criminais são áreas de transição e de invasão, desorganizadas socialmente, onde o controle social informal é mais diluído, o que acaba propiciando

o avanço da criminalidade (SHAW apud BATISTA et al, 2015). A forma como o crime e as questões urbanas estão relacionados é o que será visto nas próximas linhas através da teoria ecológica, a partir da concepção originária da Escola de Chicago e algumas das suas derivações.

A teoria ecológica surge num contexto histórico de grande expansão urbana, com massiva industrialização, construções, movimentos migratórios e explosão populacional (EUFRÁSIO, 2013).

A partir da segunda metade do século XIX, os Estados Unidos viveram um período de intenso crescimento econômico, resultando na consolidação de classes empresariais, como a industrial, a financeira e a comercial, assim como a ampliação da classe trabalhadora e conseqüente expansão da classe média (SHECAIRA, 2014). Nesse contexto, a cidade de Chicago foi um dos expoentes do desenvolvimento, pois se tornou entroncamento de grandes linhas férreas, o que atraiu armazéns, indústrias, grandes comerciantes, etc (EUFRASIO, 2013).

Devido aos fatores indicados acima, houve uma explosão populacional no período entre 1840 e 1930. De acordo com dados apontados pela Agência de Recenseamento dos Estados Unidos, a população de Chicago saltou de 4.470 habitantes, na década de 1840, para mais de 1 milhão no período entre 1850 e 1890. Nas quatro décadas seguintes, a população mais do que triplicou de tamanho, chegando a aproximadamente 3,4 milhões de habitantes (BURGESS; NEWCOMB, apud EUFRASIO, 2013).

O papel destacado da cidade de Chicago naquele momento favoreceu os movimentos migratórios, resultando na migração interna e na imigração, com a chegada de grande contingente de pessoas oriundas da Europa (SHECAIRA, 2014, p. 135). O movimento de imigração também trouxe a Chicago uma grande diversidade étnica, com cerca de metade da população nascida fora dos Estados Unidos e cerca de 7% (sete por cento) da população formada por negros vindos da região sul do país (BULMER apud EUFRASIO, 2013). Havia, àquela época, uma expectativa de que Chicago se tornaria a grande metrópole estadunidense por todo o seu poderio industrial (EUFRÁSIO, 2013).

O já mencionado crescimento exponencial da cidade trouxe consigo problemas até então desconhecidos como fenômenos de massa: surgimento de bairros degradados, criminalidade, prostituição, desemprego (TANGERINO, 2007). O cenário, a esta altura, já era de desorganização da estrutura social. As diferenças

e o adensamento populacional, associados ao fato de que os mecanismos de controle social e/ou cultural não evoluíram na mesma proporção dessas questões socioambientais, acabaram por gerar conflitos, potenciais causadores de crimes (SHECAIRA, 2014).

Fazendo um paralelo com a situação social brasileira, nos termos do que já foi dito no capítulo inicial do presente trabalho, ao final do século XIX a sociedade vivia um momento de transição do modelo agrário para o urbano. Havia um tímido processo de industrialização no país (MORAES, 2008).

Já no século XX, o movimento de industrialização e expansão das cidades foi acelerado ao extremo na sua primeira metade, acarretando aglomerados urbanos desordenados. O crescimento não foi acompanhado de planejamento e, portanto, a infraestrutura era insuficiente para atender à demanda (SANTOS, 2013).

Para este autor, entre 1940 e 1980 é que se dá a definitiva inversão do lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás, em 1940, a taxa de urbanização era de 26,35%. Já em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia (SANTOS, 2005).

Retornando à origem do pensamento ecológico, tal crescimento populacional tem como marca a desigualdade social, marcada pelos salários reduzidos e péssimas condições de trabalho da massa trabalhadora. Esse processo vai resultar na exclusão social das pessoas pertencentes às camadas mais pobres, refletindo-se também no ambiente urbano. A essa altura, a segregação socioespacial começa a ser notada (MARICATO, 2003), ensejando a atenção de parte da elite industrial e da academia, nos Estados Unidos, sobre a questão da expansão urbana e a degradação do tecido social.

Como marco dos estudos sobre sociologia urbana, a atual Universidade de Chicago surgiu em 1890, financiada por John Rockefeller, da indústria petrolífera, após a garantia de que a instituição seria acolhida, sobretudo financeiramente, pela comunidade industrial local (BECKER, 1996; EUFRÁSIO, 2013). A política inicial de altíssimos salários para os docentes, autonomia plena para o desenvolvimento de pesquisas, a publicação desses estudos e a facilidade de conclusão dos créditos favoreceu a rápida ascensão da Universidade, notadamente em relação às Ciências Sociais (SHECAIRA, 2014). A Escola de Chicago surge a partir dos estudos do departamento de Sociologia da Instituição. Com relação à produção científica,

autores estabelecem o pensamento da Escola de Chicago em duas fases: de 1915 a 1940 e de 1945 a 1960 (pós-guerra). O ciclo inicial ficou marcado pela fundação da ecologia criminal, em que o crime passa a ser visto como produto da urbanização (EVANGELISTA, 2012).

A ecologia criminal é decorrente de um pensamento maior, o da ecologia humana, que teve a sua estrutura sistematizada a partir da obra *The City*⁵, de Robert Ezra Park, em 1915 (TANGERINO, 2007). No estudo, o Autor afirma que a ecologia humana está alicerçada em dois princípios centrais: o da dominância e o da sucessão, ambos com noções adaptadas da biologia (TANGERINO, 2007).

A dominância corresponde aos processos de competição, que no âmbito da cidade se materializa em diversas disputas, políticas, sociais, territoriais, econômicas. Assim, por exemplo, ocorre quando há disputa pela ocupação de determinadas áreas, geralmente as de maior valor econômico, ou pela capacidade de influenciar as decisões governamentais, as políticas públicas (TANGERINO, 2007).

A sucessão consiste na sequência evolutiva pela qual passa uma comunidade até chegar ao seu ápice de desenvolvimento. Exemplo do ciclo que representa a sucessão é o processo de deterioração física de prédios de determinada área, causando uma desvalorização dos imóveis, atraindo população menos abastada e, conseqüentemente, modificando o tipo de povoamento, até que sobrevenha, através da especulação imobiliária, um processo que promova novas alterações, devolvendo o seu perfil inicial ou que altere substancialmente o seu uso (TANGERINO, 2007).

Nesse sentido, no Brasil há diversos projetos dessa natureza. Para citar uma iniciativa na Cidade de Salvador, Bahia, está em curso um processo denominado de revitalização do Centro Antigo da Cidade, especificamente na região que abrange a Praça Castro Alves, a Rua Chile, rua mais antiga do país, construída por Tomé de Souza em 1549⁶. Além de ações de infraestrutura urbana, que estão sendo implementadas pelo Poder Público⁷, empresários começam a investir na aquisição de imóveis históricos, tombados, mas que foram substancialmente desvalorizados pela degradação socioambiental ao longo das últimas décadas.

⁵ “A cidade”. Tradução nossa.

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/06/1648531-grupo-compra-123-imoveis-e-pretende-revitalizar-o-centro-historico-de-salvador.shtml>

⁷ <http://www.sedur.ba.gov.br/2015/09/632/Obras-de-requalificacao-avancam-nas-ruas-do-Centro-Historico.html>

Diante da complexidade e multiplicidade de fatores que envolvem a questão urbana, o objeto da ecologia humana está consignado em quinze áreas de interesse que passam direta ou indiretamente pelos dois grandes princípios aqui enunciados. São elas: I - o equilíbrio biótico ou ambiental; II - a agregação, que é a formação de grupos de indivíduos; III - a transformação desses grupos de indivíduos em comunidades organizadas funcionalmente, mas que possuem relação de interdependência e estão em constante mutação; IV – a progressiva divisão social do trabalho; V – a especialização das atividades; VI - aglomeração ou concentração de seres humanos; VII – a centralização, entendida como o desenvolvimento das atividades humanas em torno de um ponto central; VIII – a descentralização, que é o fenômeno oposto; IX – a segregação, que diz respeito à localização de determinados grupos humanos ou atividades em áreas peculiares; X – a invasão, que consiste na penetração de uma área por grupo populacional ou instituição distintos daqueles que a ocupavam anteriormente; XI – a sucessão, aqui compreendida como a consolidação do processo de invasão; XII – a dispersão, vista como a migração de um grupo populacional com fixação em outra área; XIII – a mobilidade populacional; XIV – a rotinização ou o movimento populacional sem alteração de sua posição ecológica. Os deslocamentos de rotina, dos afazeres diários e característicos de cada pessoa ou comunidade; e o XV – a dominância, cuja noção já foi exposta algumas linhas atrás (PIERSON, 1970).

Park (apud TANGERINO, 2007) insere, ainda, o elemento de competição sobre os citados processos, pois segundo ele é através da competição que se dá a distribuição ecológica da cidade, com os grupos mais fortes, mais influentes, ocupando as melhores regiões. Da mesma forma, as comunidades se organizarão a partir da identidade dos seus membros, que podem ser de natureza cultural, política ou meramente ecológica. Também a competição determinará a divisão social do trabalho, interferindo diretamente na posição social que o indivíduo ocupa na comunidade.

A partir de alguns dos processos acima listados é que a Escola de Chicago centrará a sua compreensão acerca da criminalidade (TANGERINO, 2007). Para Davi Tangerino, a centralidade da Escola de Chicago para a criminologia moderna decorre de três aspectos fundamentais. Inicialmente por ter sido o primeiro conjunto de produções científicas que rompeu a concepção etiológica do delinquente, ou seja, a ideia do “homem delinquente”. O segundo, pela metodologia, com o método

empírico baseado na utilização sistemática dos *surveys*, recém-criados (TANGERINO, 2007). Por fim, o foco na prevenção do crime, visto como produto social e, portanto, passível de algum tipo de interferência. Abandonou, como se pode notar, as questões inerentes à repressão do crime, como a imposição de penas ou o “tratamento” das pessoas infratoras, como propunha a Escola Italiana de matriz biopsicológica.

Em termos metodológicos, a estruturação do pensamento da Escola de Chicago partia da base de dados empíricos para a posterior teorização. Os seus pesquisadores foram a campo para obter dados sobre a distribuição territorial do crime em Chicago para posteriormente traçar os diagnósticos possíveis (TANGERINO, 2007).

Com base nas constatações propiciadas pelo seu método de investigação, a teoria da ecologia criminal foi alicerçada na ideia de uma cidade criminógena, ou seja, os processos e dinâmicas sociais da Cidade como gênese do crime. Para SHECAIRA (2014), esta ideia está estruturada na compreensão de dois conceitos: o de áreas de delinquência e o de desorganização social.

Não há uma uniformidade quanto aos conceitos necessários à compreensão do fenômeno criminal urbano, pois o jurista português Figueiredo Dias (apud TANGERINO, 2007), entende que são três os conceitos basilares da ideia de cidade criminógena. São eles: as áreas naturais criminais; a desorganização social; e a tradição delinvente.

Batista *et al* (2015), seguem a mesma linha de pensamento dos autores nacionais. De acordo com esta Autora, a noção de cidade criminógena “aparece como problema social e comunitário, a partir da incidência massiva de crimes, dolorosa e aflitiva com persistência espaço-temporal” (BATISTA et al, 2015, p. 162). Encerra a sua análise mencionando que “os dois conceitos básicos de sua teoria são a desorganização social e áreas de delinquência” (BATISTA et al, 2015, p. 162).

Será adotada aqui a leitura dos juristas brasileiros a respeito dos conceitos básicos para compreensão da teoria ecológica, qual seja, o de que são dois os conceitos, a desorganização social e as áreas de delinquência.

A visão sobre as áreas de delinquência foi delineada a partir das dinâmicas de ocupação e expansão da cidade. BURGESS (apud OLIVEIRA, 2009) elaborou a teoria das Zonas Concêntricas, com base no que já foi visto sobre o processo de urbanização e industrialização da cidade de Chicago.

A teoria é denominada de zonas concêntricas em razão do formato radial de crescimento, no qual a cidade se expande, em zonas circulares, a partir de um centro administrativo, cada qual com a sua destinação específica.

A zona 1, por exemplo, seria a de atividade econômica, uma vez que a grande parte da população se deslocou para outras regiões em razão da industrialização e conseqüente atração da cadeia produtiva de base (OLIVEIRA, 2009). Era exatamente a zona que continha o ponto central da Cidade. As duas zonas seguintes eram predominantemente residenciais, habitadas pela classe operária e média, mas foram posteriormente ocupadas por atividades produtivas e pelos novos moradores que trabalhavam nas indústrias, o que alterou o ambiente, degradando as redes de sociabilidade. Nas zonas 2 e 3 é que foram registrados os maiores índices de crimes e atividades de menores infratores (OLIVEIRA, 2009). A zona 4, mais afastada em razão das descaracterizações do espaço, era habitada pelas pessoas pertencentes à classe econômica mais elevada (OLIVEIRA, 2009).

Foi observado que, na zona 2, situada imediatamente após a zona central, a população se caracterizava pela transitoriedade ou, como já mencionado anteriormente, pela “mobilidade”. A região acabava funcionando como uma espécie de zona de transição ou “ponto de passagem” para os seus habitantes. Isto porque com a melhoria das condições socioeconômicas a tendência era a mudança para as zonas 3 e 4 (OLIVEIRA, 2009). A mobilidade, portanto, pode ser entendida no sentido de ascensão social. Percebeu-se que a zona 2 acabava funcionando como ponto de passagem de moradores, ou seja, local escolhido para viver enquanto não houvesse melhoria nas condições sociais e econômicas. Considerando que no início da expansão da cidade de Chicago os bairros próximos ao centro “mantinham caráter essencialmente familiar e residencial, a chegada de imigrantes e trabalhadores de setores manuais da economia transformou o perfil dos lugares”, uma vez que havia profundas diferenças nos “códigos morais”, na cultura e nos costumes dos diferentes perfis de moradores (OLIVEIRA, 2009).

A partir de intensa análise dos dados obtidos, o estudo de SHAW e MCKAY, (apud OLIVEIRA, 2009) constatou que áreas tinham como marca os problemas de natureza social e econômica, causadores de conflitos pelas diferenças culturais, morais e sociais, resultando num ambiente mais fértil para o envolvimento dos seus moradores em delitos, uma vez que o controle exercido pela comunidade estaria

fragilizado pela ausência de identidade entre os membros da comunidade (OLIVEIRA, 2009).

Foi então observada, pelos referidos autores estadunidenses, a distribuição geográfica do local de residência dos habitantes menores de 17 anos envolvidos em atividade denominada “delinquente”, em três períodos distintos: entre 1900-06; 1917-23; e 1927-33. A sua conclusão foi no sentido de que as áreas mais próximas ao ponto central foram as que apresentaram maiores taxas de crimes (OLIVEIRA, 2009).

Infere-se, portanto, que o conceito de área de delinquência diz respeito à região em que a ocorrência de crimes tem maior incidência. No caso do estudo em Chicago, correspondia à zona residencial mais próxima do centro econômico. A explicação para esta situação decorre do que se entende por desorganização social, que será vista a seguir.

Segundo KONZEN (2011, p. 82), para a teoria ecológica,

o conceito de desorganização social retrata o declínio da influência exercida sobre os indivíduos por parte do conjunto de convenções, regras e valores coletivos de uma dada sociedade. O risco de declínio da organização social surgiria sempre que transcorressem mudanças repentinas e profundas, a exemplo de um súbito adensamento urbano ou de uma crise política.

Então a desorganização social é expressão do processo não planejado de urbanização, geralmente fruto de um contexto de industrialização ou desenvolvimento econômico marcado por intensa desigualdade socioeconômica, cultural, entre os grupamentos humanos que coabitam a cidade. E que faz com que haja uma “decadência da solidariedade comunal” e a fragilização ou desaparecimento do controle social informal (BATISTA et al, 2015).

Como assevera KONZEN (2011), os sociólogos da Escola de Chicago entendiam que a desorganização social era transitória, até mesmo pela influência de um dos elementos da teoria ecológica, a sucessão. Sendo assim, seria possível a superação dos problemas sociais pela própria sociedade, através da reorganização. Transplantando o pensamento para a esfera criminológica, seria o reestabelecimento dos laços sociais, a ponto de fazer funcionar o controle social informal.

A Ecologia Criminal partia, portanto, da análise do crime a partir de mapas sociais, apresentando em resposta uma série de intervenções urbanísticas voltadas

à redução da degradação local e “determinante” para a retomada dos vínculos sociais entre os membros da comunidade (KONZEN, 2011).

A proposta de intervenção espacial como medida de prevenção ao crime marca a mudança na abordagem do crime, pois desconsidera o aspecto patológico do pensamento criminológico anterior, propondo intervenções comunitárias voltadas a promover as interações sociais. Assim, iniciativas de fomento ao esporte, à criação de parques, ao estabelecimento do comércio, fazendo aumentar a vigilância informal através de “mediações comunitárias, num esforço feito junto às cortes juvenis de transferir a gestão da "delinquência" para conselhos comunitários baseados no sistema educacional” (BATISTA et al, 2015, p. 164).

Já na segunda metade do século XX, ao final da década de 1960, o paradigma ecológico da sociologia urbana começou a sofrer temperamentos. No próximo item serão examinadas as alterações de pensamento no tratamento da criminalidade urbana, com a predominância do enfoque na questão da segregação socioespacial, assim como a configuração contemporânea das teorias de prevenção do crime a partir do espaço, por meio de interferências urbanísticas e arquitetônicas. Assim, será visto de que forma são estruturadas algumas vertentes, como a *eyes on the street*⁸, de Jane Jacobs, e a *crime prevention through environmental design – CPTED*, de C. Rey Jeffery.

2.2. A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL, O ENFRAQUECIMENTO DOS LAÇOS SOCIAIS E A CRIMINALIDADE

A teoria ecológica tem como marca a prioridade conferida às medidas preventivas de ação sobre a criminalidade. Tais medidas, no dizer de GARCÍA-PABLOS DE MOLINA (apud TANGERINO, 2007, p. 111), não podem ser dissociadas da comunidade, ou seja, devem ser pensadas à luz da participação comunitária. Para o referido Autor espanhol, “a prevenção é prevenção comunitária, prevenção “na” comunidade e prevenção “da” comunidade”. Reclama uma mobilização de todas as forças vivas, uma dinamização social e uma atuação ou compromisso de todas elas no âmbito local”.

⁸ “olhos na rua”. Tradução nossa.

No entanto, apesar desta preocupação com a prevenção do crime, da superação da análise do crime como manifestação individual, bem como das propostas de intervenções urbanas para o fortalecimento dos laços sociais, o pensamento ecológico do crime não está imune a críticas e a temperamentos. Aqui, inclusive, vale reiterar a advertência de SHECAIRA (2014) sobre a impossibilidade de se adotar somente uma teoria criminológica para explicar o crime, bem como da constante evolução das teorias já existentes.

Foi nesse sentido que a sociologia urbana caminhou no sentido da transcendência do que se pode entender como paradigma ecológico para o socioespacial, segundo KONZEN (2011). Diz o referido Autor que

até o momento em que tiveram início as radicais rupturas epistemológicas das décadas de 1970 e 1980, o paradigma ecológico fazia-se sinônimo de sociologia urbana. Contudo, os eventos transcorridos neste período evidenciaram a crise de um modelo de cientificidade a serviço do urbanismo moderno, que se tornara incapaz de oferecer respostas teóricas aos desafios postos por uma era de pobreza urbana, profunda segregação social e racial, intensa mobilização comunitária, demandas coletivas pelo direito à moradia e agitação político-social nas ruas de diversas metrópoles do planeta. Para muitos pensadores parecia cada vez mais claro que o urbanismo moderno, antes que uma solução para os males de um supostamente caótico fenômeno natural de urbanização, era parte integrante dos problemas que prometia combater (KONZEN, 2011, p. 85).

As respostas originalmente fornecidas pela teoria ecológica não são plenamente suficientes na explicação dos novos conflitos. Boa parte deles, por exemplo, resultado da tensão provocada pela injustiça racial associada à crescente exclusão socioeconômica. WACQUANT (2005) relata alguns dos episódios mais marcantes, ocorridos na década de 1990, em países distintos do bloco economicamente mais desenvolvido.

O primeiro deles ocorreu na França, em outubro de 1990, numa pequena cidade operária chamada *Vaulx-en-Velin*. Um adolescente faleceu após um acidente de motocicleta provocado por uma viatura da polícia. Os jovens da cidade partiram para o enfrentamento com a polícia, sendo necessário o envio de unidade de policiamento de choque pelo governo.

O enfrentamento durou três dias completos, com intensa convulsão por conta dos diversos saques, destruição de veículos e reprimenda violenta por parte da polícia. O evento trouxe inúmeros prejuízos, estimados em 120 (cento e vinte) milhões de dólares e se tornou elemento de grande importância na pauta política francesa (WACQUANT, 2005).

O segundo evento aconteceu na borda sul da cidade de *Bristol*, Inglaterra, em um distrito industrial pobre chamado *Hartcliffe*, em julho de 1992. O conflito teve início após dois jovens locais serem mortos por uma colisão com um carro da polícia que tinha placa “fria”, ou seja, sem registro no departamento de trânsito. Os jovens estavam dirigindo uma motocicleta roubada da polícia (WACQUANT, 2005).

Por óbvio, à polícia não é dada a possibilidade de atuar dessa forma. Os policiais são agentes estatais, pertencentes ao sistema de justiça criminal e não podem, em hipótese alguma, agir como justiceiros, sendo acusadores, julgadores e executores à margem do que preconiza a Lei.

A insatisfação da população jovem explodiu em um tumulto iniciado no *shopping center* da região, não demorando a se espalhar pelas demais áreas próximas, sendo necessário o envio de contingente policial de elite para conter o distúrbio (WACQUANT, 2005).

Por fim, o terceiro conflito marcante aconteceu na Cidade de Los Angeles, Estados Unidos, em 1992, após a absolvição de quatro policiais envolvidos no espancamento de um motorista negro após uma perseguição de automóvel (WACQUANT, 2005). Vale ressaltar que a sessão de agressões foi gravada em vídeo. Houve uma onda de agressões a motoristas brancos, que eram “arrancados de seus carros e espancados, lojas depredadas, carros da polícia virados e incendiados” (WACQUANT, 2005, p. 25). Além disso, centenas de prédios foram incendiados. Nem polícia e nem bombeiros foram capazes de conter a convulsão social, de modo que foi necessário decretar o estado de emergência, propiciando o envio de efetivo federal, incluindo 1.220 fuzileiros navais. Ao final, o prejuízo estimado foi orçado em 1 bilhão de dólares (WACQUANT, 2005).

O referido Autor adverte que a questão foi tratada como se fossem conflitos por questões raciais e de imigração. Trata-se, na sua visão, de um olhar superficial do problema. Para este autor,

tais desordens, em proporções diversas, conforme o país, combinaram duas lógicas: a do protesto contra a injustiça racial com raízes no tratamento discriminatório a determinados grupos sociais ou étnicos, e a dos pobres que se levantam contra a privação econômica e as desigualdades sociais crescentes com a arma mais efetiva, quando não a única de que dispõem, notadamente a ruptura da vida civil com o recurso direto à força (WACQUANT, 2005, p. 27).

Sobre os eventos relatados acima, WACQUANT os compreende como uma resposta de natureza sociológica à “violência estrutural liberada sobre eles por uma

série de transformações econômicas e sociopolíticas que se reforçam mutuamente”. Tais transformações tiveram como resultado a polarização de classes. Por sua vez, esta polarização, uma vez mesclada com a segregação racial e étnica, acaba produzindo uma dualização da Cidade, que tem como efeito, na visão do Autor, a marginalização dos pobres e sua condenação à “redundância social e econômica direta” (2005, p. 29).

Esse processo é fruto do conflito entre os detentores das forças produtivas, que possuem maior influência e ditam grande parte dos rumos da Cidade, fazendo operar inclusive a seletividade do sistema (KUNZLER, 2004). Em determinado momento, a insatisfação dos grupos segregados, marginalizados, pressionará a estrutura social, forçando mudanças ou a sua própria ruptura (CORDOVA, 2007). Os eventos da década de 1990 são bastante pertinentes a essa linha de pensamento.

A violência estrutural, que WACQUANT denomina acertadamente de “violência vinda de cima”, possui três elementos cruciais:

a) desemprego em massa, persistente e crônico, de segmentos específicos da classe trabalhadora, acarretando grande privação material; b) exílio em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e privados à medida em que a competição por eles aumenta, devido à imigração; c) crescente estigmatização na vida cotidiana e no discurso público, tudo isso ainda mais terrível por ocorrer em meio a uma escalada geral de desigualdade (2005, p. 29).

É possível notar que a saída para todos os elementos que concorrem para a violência estrutural não passa pelos postulados da teoria ecológica, dada a complexidade do fenômeno. Entretanto, no que se refere ao segundo elemento, qual seja, o “exílio em bairros decadentes, onde escasseiam os recursos públicos e privados à medida em que a competição por eles aumenta”, alguns dos fundamentos ecológicos, devidamente atualizados e norteados por uma visão socioespacial, podem subsidiar políticas públicas e intervenções voltadas à reestruturação do ambiente urbano com o viés de prevenção da criminalidade.

A visão socioespacial a que nos referimos decorre do pensamento marxista, que foi desconsiderado pela Escola de Chicago. Esta abordagem dá ênfase à compreensão das dinâmicas urbanas a partir do conflito “entre grupos com interesses opostos como um aspecto que historicamente permeia as sociedades” (KONZEN, 2007, p. 86).

Como já visto no Capítulo I, quando da análise sobre a produção e apropriação dos espaços públicos, as lutas sociais estão ao centro do processo de

transformação espacial. Nessa linha está o pensamento de Henry Lefebvre (2013), que desenvolveu grande parte dos seus estudos sobre os conflitos sociais no espaço urbano e às relações entre capitalismo e urbanização.

A relação entre organização do espaço e exclusão social é bem ilustrada por CALDEIRA (2011). Diz a referida Autora:

As regras que organizam o espaço urbano são basicamente padrões de diferenciação social e de separação. Essas regras variam cultural e historicamente, revelam os princípios que estruturam a vida pública e indicam como os grupos sociais se inter-relacionam no espaço da cidade (CALDEIRA, 2011, p. 211).

O estudo feito por CALDEIRA (2011) na cidade de São Paulo traz a sua forma de expansão urbana separada em três fases no período que compreende o final do século XIX e o início dos anos 2000. De fato é possível perceber a aplicação ecológica no que concerne à divisão dos espaços e à sua organização.

No período denominado “primeira fase”, que durou até 1940, havia a concentração numa pequena área, mas o espaço era organizado pelo agrupamento de moradias similares, conforme a classe social dos seus habitantes (CALDEIRA, 2011). A ocupação nas quatro décadas seguintes, até 1980, foi caracterizada pela grande expansão territorial, distanciando muito os grupos sociais. As classes média e alta se fixaram nas regiões centrais, dotadas com infraestrutura urbana. Já os mais empobrecidos foram deslocados para as regiões periféricas, em condições precárias de habitação e de estrutura (CALDEIRA, 2011). Desde 1980, contudo, o padrão tem sido de aproximação territorial cada vez maior entre as regiões ocupadas pelos distintos grupos sociais. O fenômeno examinado por CALDEIRA (2011) é o surgimento dos grandes condomínios-clubes, condomínios fechados, que ela denomina de enclaves fortificados, que isolam os moradores da vida pública tradicional.

As suas principais ponderações dizem respeito à modificação das relações sociais e da vida cotidiana que tal modelo parece provocar. Assim é que indica a modificação substancial da “acessibilidade e da livre circulação” (CALDEIRA, 2011), que estão entre os princípios da concepção moderna de cidade, como já visto no Capítulo I do presente trabalho. Um dos efeitos dos “enclaves” é a forma nova como o cidadão participa da vida pública, em que predominam o anonimato e o individualismo em detrimento do convívio com as diferenças, os diferentes. Há um simulacro de espaço público aberto e igualitário, com a livre circulação dos seus

habitantes pelos espaços, mas com marcante desatenção às diferenças (CALDEIRA, 2011).

A concepção ideal de espaço público pressupõe

a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente destinados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições) (CALDEIRA, 2011, p. 302).

Para YOUNG (2002), o aumento dos índices de crimes gera uma sensação de insegurança que resulta no que ele chama de privatização do espaço público. Nesse âmbito está o controle de segurança, de vigilância eletrônica de espaços como os *shopping centers*, estações de metrô, de ônibus, além das já mencionadas fortificações residenciais, como os enclaves. Assim é que vão sendo ampliadas cada vez mais as barreiras ou filtros para a circulação das pessoas e grupos sociais pela cidade.

Como se pode notar, os espaços públicos da cidade devem estar disponíveis para a fruição por todos, propiciando as trocas sociais, o olhar sobre o outro, o convívio e o respeito às diferenças.

E de que forma a segregação socioespacial, a desorganização social podem concorrer para o aumento da criminalidade? A resposta passa pelo que se entende como controle social.

Segundo BOBBIO (1998, p. 283),

por controle social se entende o conjunto de meios de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo.

Na visão de ANDRADE (2012, p. 133) controle social, em sentido amplo,

são as formas com que a sociedade responde, formal ou informalmente, difusa ou institucionalmente, a comportamentos e a pessoas que contempla como desviantes, problemáticos, ameaçantes ou indesejáveis, de uma forma ou de outra e, nesta reação, demarca (seleciona, estigmatiza ou classifica) o próprio desvio e a criminalidade como uma forma específica dele.

Na visão de SHECAIRA (2014, p. 55), o controle social pode ser compreendido como “o conjunto de mecanismos e sanções sociais que pretendem submeter o indivíduo aos modelos e normas comunitários”.

Percebe-se, pelos conceitos acima, que o controle social é um instrumento importante de estabilização da ordem social, seja no aspecto amplo, seja no estrito. Nesse sentido, há uma distinção no que concerne ao pólo ativo do exercício do controle. Para ANDRADE (2012), o controle social pode ser diferenciado em “controle social informal ou difuso” e “controle social formal ou institucional”.

O controle social formal é aquele realizado pelo “aparelho político do Estado”, que é constituído pelo sistema de justiça criminal, como por exemplo a polícia, o Ministério Público, o Poder Judiciário, entre outros (SHECAIRA, 2014).

Já o controle social informal é aquele realizado pela própria sociedade civil, através de instituições como família, escola, profissões ou mesmo pela comunidade (SHECAIRA, 2014). O controle informal opera de forma sutil, permanentemente sobre o indivíduo, buscando que sejam assimilados os valores e normas de uma comunidade (SHECAIRA, 2014). O viés, como se pode notar, é preventivo, enquanto o controle formal, estatal, atua em regra após o cometimento do crime, repressivamente.

Em sede de controle social, é notório que as políticas de segurança pública predominantes no Brasil enfocam muito na repressão. Concentram os investimentos em elementos simbólicos, como o aumento de efetivo policial, o aumento de viaturas e de equipamentos, além do expansionismo penal, marcado pelo recrudescimento das penas e o aumento do número de encarcerados e estabelecimentos prisionais (SILVA JÚNIOR, 2010).

As medidas repressivas podem até funcionar num curto espaço de tempo, mas isoladamente são insuficientes para responder adequadamente aos problemas sociais e espaciais de caráter criminogênico. Desse modo, estratégias preventivas deveriam merecer maior atenção dos gestores, até mesmo pelo aspecto custo-benefício (SILVA JÚNIOR, 2010).

Como já assinalado pela teoria ecológica, há certa influência do ambiente urbano em relação à criminalidade, notadamente se combinado aos conflitos sociais alimentados pela injustiça social, pelo isolamento social entre os grupos e indivíduos, bem como pelo abandono do Estado, como bem disseram WACQUANT (2005) e YOUNG (2002).

Por óbvio, não se pode atribuir ao ambiente um papel crucial ou determinante, mas há fortes indícios de que um ambiente desestruturado, populoso, constitui meio propício à existência de conflitos e à prática de crimes.

Alguns estudos apresentados a seguir apresentam exemplos de como pode se dar a correlação entre a desorganização social, a exclusão socioespacial e a criminalidade.

Um dos trabalhos analisa a questão do aumento da violência urbana, especificamente homicídios, no município de Belém, no Pará. Vale ressaltar que, em termos territoriais e número de habitantes, trata-se do maior centro metropolitano da Amazônia Brasileira (BRANDÃO, 2009). A autora procura compreender em qual medida a eventual criação de “infraestrutura e equipamentos urbanos em áreas de urbanização desordenada está relacionada com a alteração dos índices de violência urbana nos grandes centros metropolitanos” (BRANDÃO, 2009, p. 17).

Apoiada em dados do IBGE, demonstra que, em si, a exclusão social ou a situação de pobreza extrema não é geradora de crime ou violência (BRANDÃO, 2009). Estar-se-ia diante de conclusão inverídica e preconceituosa se assim o fosse. Contudo, no entendimento de GOMES (2002, p. 32), entretanto, a “miséria”,

se aliada à urbanização desordenada (condições de vida precárias, falta de policiamento, falta de segurança, de saúde, de educação, de lazer, falta de expectativa na vida etc.), que se deve à quase total e absoluta ausência do Estado, torna-se naturalmente causa determinante da violência (dos homicídios, roubos, seqüestros, estupros etc.)

Em complementação a esta associação, CARNEIRO (2012) explica o impacto que a desordem física e social gera na economia municipal e também nos usos dos espaços públicos, propiciando a maior incidência de crimes, uma vez que as áreas degradadas e pouco frequentadas tendem a ser negligenciadas por todos, Poder Público e comunidade, tornando a atuação criminosa menos visível e menos suscetível ao controle social.

Na contextualização da cidade de Belém, BRANDÃO (2009) apresenta dados do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Nos municípios de Belém e Ananindeua, de acordo com os dados do PRONASCI, a taxa de homicídio do município de Belém foi de 32 por 100.000 habitantes. Dado mais grave foi percebido quando analisados os índices de homicídios na população jovem, que está na faixa etária de 15 a 29 anos. A taxa de vitimização na cidade de Belém chegou aos 52,6 por 1000.000 habitantes. A população jovem de Belém, portanto, estava muito mais exposta aos homicídios.

A Cidade de Belém, segundo BRANDÃO (2009), é estruturada em oito distritos administrativos, por sua vez compostos por bairros. A análise comparativa

se deu em duas localidades: o bairro de Nazaré, no Distrito Administrativo de Belém, e o bairro do Guamá, no Distrito Administrativo do Guamá.

O bairro de Nazaré, que está situado em região central, dotada de boa infraestrutura, baixa densidade demográfica e alto nível de escolaridade, teve registrados, durante o período de 2004 a 2005, “apenas quatro homicídios segundo o Anuário Estatístico do Município de Belém”. De outro lado, a análise feita no bairro do Guamá, cuja região está situada em local periférico e caracterizada pela carência de infraestrutura, uma alta densidade demográfica e o baixo nível de escolaridade, registrou 38 homicídios no mesmo período (BRANDÃO, 2009).

Em suas considerações finais, aponta que

o mapeamento da violência urbana permite o melhor entendimento do fenômeno uma vez que é possível a sua relação direta com o território, apontando os espaços alienados tendo a anomia estatal como uma realidade, onde a violência prevalece. Através do mapeamento se fez claro que as áreas que surgem fora do cinturão institucional, áreas que compreendem as franjas da cidade, são marcadas pela violência. Entretanto a solução do fenômeno da violência urbana não recai sobre ações que visem apenas o desenvolvimento bélico da polícia, mas sim a retomada da cidadania (BRANDÃO, 2009, p. 96).

É possível inferir, portanto, a necessidade de pensar a questão do ordenamento espacial urbano associada à prevenção social. Por óbvio não se pode desprezar a necessidade do enfrentamento, das medidas repressivas, mas estas não se afiguram como possível solução do problema, sim como paliativos ou meros remédios que atuam no sintoma e não nas possíveis causas. Assim é que medidas de enfrentamento da vulnerabilidade socioeconômica, da segregação socioespacial, juntamente com intervenções de planejamento urbano poderiam ter maior atenção de quem está responsável pela segurança pública no país.

Por fim, a Autora ressalta que a simples realização de obras de infraestrutura e equipamentos urbanos elementares, sem a devida participação popular, não obterá os fins desejados. Para ela, é necessário para o alcance do objetivo que haja a inserção da instituição deliberativa, onde os debates e intercâmbios públicos são seu princípio (BRANDÃO, 2009).

Outro trabalho relevante para analisar a questão da criminalidade urbana sob a ótica socioespacial é o desenvolvido por LIMA (2010) em uma localidade da Cidade de Belo Horizonte.

Inicialmente faz a ressalva de que os índices criminais de Belo Horizonte estão dispersos pelo espaço da cidade, havendo certa concentração pelo tipo de

crime. Assim é que aponta a “concentração de crimes contra o patrimônio nas áreas mais centrais e de mais alta renda, e de crimes contra a pessoa, notadamente os homicídios, nas áreas homogeneamente pobres, havendo evidências de que grande parte dessa violência está associada ao tráfico de drogas” (LIMA, 2010).

Reputa que as distintas distribuições espaciais do crime ocorrem em função de múltiplos fatores, quais sejam:

os problemas sociais; os diferentes retornos esperados para o crime; os diferentes tipos de espaço, de apropriações desse espaço - seja pela ocupação, seja pelo movimento, que variam de acordo com o lugar e com o horário -, e também das relações sociais que neles se formam; tudo isso decorre não só em diferentes oportunidades para os criminosos, mas também em diferentes possibilidades de controle social do espaço (LIMA, 2010, p. 10).

Em Belo Horizonte, através da sua atuação enquanto arquiteta da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, observou em campo que no interior das favelas a criminalidade também não é distribuída de forma homogênea. A sua “localização não é estática: particularmente no caso do tráfico e da violência dele decorrente, observa-se o deslocamento dos grupos ligados ao tráfico e da violência a partir de alterações no espaço, sobretudo quanto à acessibilidade” (LIMA, 2010, p. 12).

A constatação reforça a ideia de que a ocupação dos espaços pelas pessoas, seja pelo trânsito contínuo, seja pela permanência para o desenvolvimento de atividades esportivas, ginástica ou mesmo para encontros de sociabilidade pode surtir efeito no sentido de afastar do local certo de tipo de criminalidade. Nesse sentido é que caminha o estudo, apresentando como seus fundamentos teóricos as abordagens relacionadas à vigilância natural, “que considera as possibilidades e limitações que o espaço oferece, através de seus atributos e das possíveis apropriações, aos indivíduos e grupos na prevenção de crimes” (LIMA, 2010, p. 12).

O espaço onde se desenvolveu o estudo foi a localidade chamada Vila Santa Rosa, que é descrito como um “pequeno assentamento localizado na Região da Pampulha, e seu entorno imediato” (LIMA, 2010, p. 13). Em termos de criminalidade, a vila não apresentou elevados índices, mas ficou marcada pela incidência da criminalidade violenta e letal. Boa parte dos delitos relatados foi de homicídios, sendo a maioria relacionada à atuação do tráfico de drogas (LIMA, 2010).

A Vila Santa Rosa está situada a aproximadamente 6 km do centro da cidade, “próximo à interseção do Anel Rodoviário com a Av. Presidente Antônio Carlos, importantes artérias de circulação da cidade que lhe proporcionam uma ótima

macroacessibilidade” (LIMA, 2010, p.76), ou seja, o acesso até a localidade é simples e não possui dificuldades sensíveis.

Sobre a região onde está inserida, relata que é caracterizada por uma grande heterogeneidade de uso e ocupação do solo. A autora a descreve da seguinte forma:

Além dos grandes galpões e lojas típicos do bairro São Francisco - onde estão instaladas indústrias, serviços e comércio sofisticado, sobretudo relacionado à revenda de automóveis -, no entorno imediato da vila encontram-se também pontos de comércio e serviços locais de pequeno porte, equipamentos de grande porte, como o Hospital Paulo de Tarso e o Campus da Universidade José do Rosário Vellano (UNIFENAS), além de muitas residências, uni e multifamiliares, havendo dois conjuntos habitacionais de prédios nos limites da vila (LIMA, 2010, p. 76-7).

A Vila Santa Rosa, que encontrava-se em expansão à época do estudo,

ocupava uma área de 2,75ha, onde viviam 1.401 habitantes, distribuídos em 423 domicílios, havendo ainda 34 unidades não residenciais, correspondentes a equipamentos coletivos e pontos de comércio e serviços. A ocupação é muito consolidada, com becos e ruas pavimentados, ainda que com trechos estreitos ou com escadarias inadequadas, edificações de alvenaria, em geral com um bom padrão construtivo, atendimento por redes de água, esgoto e energia elétrica, e por coleta de lixo porta a porta, havendo pouquíssimas situações de risco geológico. No entanto, o nível de renda e de escolaridade dos moradores é, em geral, muito baixo (LIMA, 2010, p. 77).

Como características de ocupação do espaço, a Autora pontua que

as favelas normalmente apresentam uma configuração espacial bastante orgânica, própria de ocupações espontâneas, onde subjaz uma grande aleatoriedade na apropriação e ocupação do espaço, além de um processo mais livre de adaptação à morfologia do sítio (LIMA, 2010, p. 64).

Com relação aos espaços públicos de interação social, em regra os becos e as ruas do seu interior possuem “grande vitalidade e apropriações bastante ricas”, não apenas servindo como via de escoamento do fluxo de pessoas e veículos (LIMA, 2010). Assim é que atividades como um jogo de futebol, atividades lúdicas ou mesmo afazeres domésticos ocorrem na rua.

Na pesquisa de campo, em especial as entrevistas, constatou que “a maioria dos entrevistados (68%) disse gostar de viver na vila” e entre os principais aspectos de influência sobre tal sentimento estavam a boa localização e as relações de vizinhança (LIMA, 2010). Entretanto, identificou alguns problemas de vizinhança devido ao uso comum dos espaços públicos, em especial nos casos em que o espaço é destinado à realização de atividades domésticas, como lavagem de roupa ou o preparo de alimentos, assim como outras atividades que não conseguem ser solucionadas pelos ajustes informais entre os vizinhos (LIMA, 2010).

Alguns desses problemas relacionados às atividades diversas que incomodam as pessoas, na visão da Autora, decorrem da deficiência de serviços públicos, por vezes decorrentes da ausência de acessibilidade ao interior do bairro ou localidade e também à falta ou ao enfraquecimento do controle urbano formal, incluindo aí o disciplinamento dos espaços públicos e dos seus usos. Tais fatores acabam gerando diversos conflitos dentro da comunidade (LIMA, 2010)

Relatou, ainda, a apropriação de determinados espaços por grupos de adolescentes e de criminosos, o que inibe a livre circulação e utilização pelos demais moradores, deixando-os suscetíveis à prática de atos ilícitos, como diversas modalidades de crimes (LIMA, 2010).

Em relação aos dados criminais, a Vila Santa Rosa possuía dados criminais relativamente baixos comparados às demais comunidades da região. Porém, os poucos registros dizem respeito a “crimes violentos - crimes contra a vida e ameaças de morte - e, com menor frequência, a roubos a residências” (LIMA, 2010, p. 92). No caso, a Autora apurou que a maior parte dos registros estava relacionada ao tráfico de drogas.

Quanto à sensação de segurança, a pesquisa realizada não identificou um morador sequer que se sentisse completamente seguro, ao passo que 43% disseram sentir-se seguros, ainda que cerca de um terço deles o tenha dito “momentaneamente seguros”, fazendo referência a uma redução dos índices nos quatro meses que antecederam o levantamento. Em que pese o índice dos que se sentiam seguros, o percentual de moradores inseguros atingiu 46% dos entrevistados (LIMA, 2010).

Em sede de conclusão do estudo, reforçou o que já foi dito ao longo deste trabalho quanto à complexidade do fenômeno criminal e suas causas. Para ela, no caso do tráfico de drogas, a questão da segregação socioespacial e a necessidade de integração da comunidade parecem ter mais relevância do que a vigilância natural exercida pelos habitantes (LIMA, 2010). Em suma, diz que a acessibilidade voltada às pessoas externas à comunidade, inclusive a polícia, tem maior impacto no que se refere a repelir o tráfico de drogas do que a circulação dos moradores.

Nesse sentido, relata os efeitos de intervenções viárias que alteraram de modo significativo o acesso a uma localidade próxima daquela onde realizou o seu estudo, chamada Vila Cabana do Pai Tomás. Tais intervenções propiciaram uma melhoria substancial quanto à “integração socioespacial interna e externa, tornando

algumas áreas mais acessíveis e favoráveis à presença de pessoas de outras áreas da vila e de fora da vila, e também o policiamento” (LIMA, 2010, p. 122). Completa dizendo que houve relatos de moradores sobre o resultado das intervenções na percepção da violência, do crime, aparentemente reduzindo os índices e provocando o deslocamento da zona de tráfico de drogas para locais menos acessíveis, mais profundos e restritos da comunidade (LIMA, 2010). É por essa razão que se fala na mobilidade ou ausência de estática do tráfico de drogas.

Já no que se refere aos crimes contra o patrimônio, como furtos e roubos, a pesquisa realizada em Belo Horizonte parece indicar o bom funcionamento da vigilância natural ou do controle social informal exercido pela comunidade interna, pois foram poucos os relatos de crimes dessa natureza (LIMA, 2010). Os relatos que ocorreram demonstraram contextos de “oportunidade”, quando não havia presença de moradores. Apontou que “em relação a esse tipo de crime, os moradores em geral se sentem seguros, fato que é atestado pelo reduzido uso de dispositivos de segurança, como grades, e também pelo costume de deixarem portas e janelas abertas” (LIMA, 2010, p. 123).

2.3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS PARA POLÍTICAS DE PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Em relação às medidas preventivas, o cenário de subsídios teóricos é a importação do pensamento de alguns autores para aplicação no país. Há um grande problema em relação a esta mera importação de teorias, pois estas levam em consideração uma realidade muito distinta da brasileira. Com isto em vista é que foram filtradas aqui algumas das teorias que dizem mais respeito a medidas de urbanização, podendo ser implementadas à realidade local com adaptações mais simples.

Em comum, os trabalhos que serão vistos nas próximas linhas propõem que a segurança não fique adstrita à polícia. Defendem a atuação das pessoas que usam e se movimentam pelo espaço em seu cotidiano na vigilância (JACOBS, . Denominam esse processo de “vigilância natural”. Com base nisso, os trabalhos que serão apresentados aqui dizem respeito à configuração ou reconfiguração do espaço com essa finalidade, “na medida em que afeta as possibilidades de uso e de

movimento, e, conseqüentemente, de interações sociais, pode influenciar também na criminalidade (LIMA, 2010).

A primeira delas, denominada *eyes on the street*, ou “olhos na rua”, foi desenvolvida por JACOBS (2014). A proposta original da Autora é de “introduzir novos princípios no planejamento urbano e na reurbanização” voltados à promoção do que chama de revitalização socioeconômica das cidades (JACOBS, 2014, p. 01). Critica o urbanismo atual por entender que este atua fazendo com que as cidades sejam um grande laboratório de iniciativas baseadas no método de tentativa e erro, reproduzindo estigmas e seus padrões urbanísticos.

Parte do princípio de que as cidades possuem uma diversidade de usos muito complexa e densa que dá sustentação econômica e social permanente. Os projetos urbanísticos devem contemplar essa complexidade (JACOBS, 2014).

JACOBS (2014) entende que as cidades devem ser planejadas ou pensadas de modo a propiciar a diversidade, viabilizando o contato entre desconhecidos pela circulação nos diversos espaços públicos, em especial as ruas e calçadas. Isto, na sua visão, permite o que denomina permeabilidade entre os espaços e suas vizinhanças. É o que confere a vitalidade urbana e tem como uma de suas conseqüências a melhoria da segurança.

Nesse sentido, para ela há quatro aspectos necessários à geração dessa diversidade nas grandes cidades e que devem ser considerados no planejamento urbano. São elas:

o comportamento social da população urbana; o desempenho econômico da cidade; a decadência e revitalização à luz de como as cidades são usadas e como elas e sua população se comportam, na vida real; mudanças nas suas práticas de habitação, trânsito, projeto, planejamento e administração (JACOBS, 2014, p 13).

Como síntese desse pensamento, RICARDO (2013) aponta que devem ser preservados os usos complexos da cidade, que se manifesta pelo movimento, pela circulação de pessoas pelas suas ruas. Resume a teoria extraindo como fundamentos para o equilíbrio de um espaço urbano: a delimitação nítida entre o espaço público e o privado, com vistas a definir as responsabilidades sobre o privado e o coletivo; a “vigilância natural”, que é nada mais do que a manifestação do controle social informal, exercido pelos moradores, comerciantes, transeuntes e instituições da sociedade civil; e a utilização contínua de espaços como calçadas e

passeios como forma de propiciar a vigilância natural e, em consequência, a segurança dos locais.

JACOBS (2014) considera as ruas e calçadas os elementos vitais da sua proposta, pois são os espaços públicos onde acontece a maior parte das interações sociais entre conhecidos e desconhecidos, ou estranhos, como prefere denominar. Em relação aos efeitos do crime na sociabilidade, afirma que

não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas mais inseguras (JACOBS, 2014, p. 30).

Outro aspecto importante da sua teoria é a rejeição aos estigmas que costumam incidir sobre bairros e comunidades de baixo desenvolvimento socioeconômico, bem como os grupos minoritários, associando-os à prática de atividades criminosas. Assim, reflete que “há males sociais profundos e complexos por trás da delinquência e da criminalidade, tanto nos subúrbios e nas cidades de pequeno porte, quanto nas metrópoles” (JACOBS, 2014).

A sua abordagem sobre a violência, seja nos locais públicos, seja nos privados, como os conjuntos habitacionais ou enclaves, ocorre num contexto de uma rede intrincada, quase inconsciente, de controles e padrões de comportamento espontâneos presentes em meio ao próprio povo e por ele aplicados” (JACOBS, 2014).

A dinâmica funciona de forma cíclica. A vida pública nas ruas é, nessa linha de pensamento, essencial para a manutenção da segurança, mas por outro lado, as pessoas precisam sentir-se seguras para frequentar as ruas, uma vez que o “temor as leva a evitá-las, tornando-as ainda mais inseguras” (LIMA, 2010, p. 36).

A sensação de segurança em meio a desconhecidos pode ser vista como atributo de prosperidade em um bairro, uma celebração da diversidade e da permeabilidade do ambiente ao outro (JACOBS, 2014). Uma política que favoreça o isolamento social ou a impermeabilidade da comunidade ou das ruas aos desconhecidos está fadada ao fracasso, na visão de JACOBS (2014).

Isto porque, segundo ela, a política de dispersão descaracteriza a cidade, conferindo características inerentes aos subúrbios, que nos Estados Unidos são as áreas habitadas pelas classes mais abastadas (JACOBS, 2014). Uma das características das ruas de uma metrópole como Salvador é a predominância de desconhecidos circulando em suas ruas.

O desafio da segurança está aí, permitir uma sensação de segurança aos cidadãos que circulam pelas ruas repletas de pessoas desconhecidas e de diversas classes sociais.

Entre as propostas urbanísticas formuladas para dar efeito à teoria dos olhos na rua, indica a necessidade de maior diálogo entre os espaços públicos e privados, propondo edificações voltadas para a rua, com o fim de exercer a vigilância natural. Por outro lado, para que seja promovida a circulação das pessoas pelas vias é necessária a presença de “estabelecimentos e lugares atrativos” o suficiente para que haja o estímulo à frequência e observação constantes por pessoas de perfis diversos (JACOBS, 2014).

Com os “olhos” da comunidade “voltados para os espaços públicos, a vigilância é feita naturalmente, e tentativas de crimes e delitos são muitas vezes frustradas por transeuntes, comerciantes e por pessoas nas janelas” (LIMA, 2010).

Cabe enfatizar aqui, como percebido no estudo de LIMA (2010) na Vila Santa Rosa, em Belo Horizonte, que a vigilância natural não se aplica a todos os tipos de crime. Da mesma forma deve ocorrer em relação ao Nordeste de Amaralina, cuja disposição socioespacial e infraestrutura são dotadas de maior complexidade, até mesmo pelas diferenças culturais e dimensionais. Sendo assim, é imperativo pensar a respeito da combinação entre as proposições teóricas aqui examinadas na elaboração de políticas e iniciativas voltadas ao tratamento preventivo da criminalidade.

Considerando tal necessidade é relevante a análise do programa *Crime Prevention Through Environmental Design* – CPTED (<http://www.cpted.net/>), que pode ser compreendido no sentido de “comportamento criminal e ambiente físico” (LIMA, 2010) ou, literalmente, “prevenção do crime através do desenho ambiental” (RICARDO, 2013). A teoria, cunhada pelo estadunidense C. Rey Jeffery, trabalha com a premissa de que “o desenho do meio ambiente pode contribuir para a redução de certos tipos de crime e para o aumento da sensação de segurança das pessoas”. Inicialmente o seu conceito estava estruturado sobre dois elementos: o lugar onde ocorre o crime; e a pessoa que o comete (RICARDO, 2013).

Já mais recentemente, em 1999, Timmothy Crowe aperfeiçoou o conceito CPTED com a publicação do estudo “*Crime prevention through environmental*

*design: applications of architectural design and space management concepts*⁹, Com a perspectiva mais prática, fez o detalhamento das suas possíveis aplicações aos espaços urbanos, também no sentido de promover a “vigilância natural” pelas pessoas.

Trabalhando com a noção, já vista, de apropriação dos espaços públicos, o programa utiliza a “dimensão social” como fator de estímulo à sensibilização da comunidade local quanto à fruição e defesa dos espaços. Prescreve, inclusive, a realização de atividades sociais voltadas a favorecer a apropriação desses espaços (RICARDO, 2013).

Assim, foram erigidos quatro princípios norteadores do CPTED, que devem ser adaptados às peculiaridades socioambientais de cada comunidade: a “vigilância natural”, como já visto na proposta de JACOBS (2014); a “territorialidade”, que consiste no “sentimento de propriedade” que se desenvolve ou é solidificado a partir da apropriação dos espaços ou o sentimento de pertencimento pelos moradores (RICARDO, 2013); o “controle social dos acessos”, com o objetivo de desencorajar o eventual infrator por conta do risco de captura, pois a circulação acaba direcionada “para determinados locais por meio da utilização de passeios, portões, iluminação e árvores”; e a “manutenção do espaço público”, a cargo do poder público ou da comunidade (RICARDO, 2013).

Na aplicação das ideias contidas no CPTED é preciso o cuidado de não isolar a comunidade, tornando-a menos acessível às pessoas de outras áreas da cidade. Ademais, para que se obtenha algum grau de êxito, impõe-se o diálogo com a comunidade.

Iniciativas que visem ao isolamento, à formação de enclaves urbanos, de qualquer padrão socioeconômico, por opção deste trabalho, não serão abordadas porquanto desalinhadas com o propósito de abrigo da diversidade, da participação popular nos projetos e no favorecimento à interação social nos espaços de natureza pública. Assim a teoria do ‘espaço defensável’¹⁰, de Oscar Newman, bem como eventuais adaptações nacionais, por defender “territorialidades mais restritas, espaços mais impermeáveis, nos quais os habitantes são os responsáveis pela

⁹ Prevenção do crime através do desenho ambiental: aplicação do desenho arquitetônico e dos conceitos de administração do espaço urbano.

¹⁰ *Defensible space*: tradução nossa

vigilância natural e os estranhos são vistos mais como fonte de insegurança” (LIMA, 2010, p. 34), não serão examinadas em nosso estudo.

No âmbito brasileiro, a temática passou a ser discutida recentemente. Com a instituição do PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública, pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, em 2007, foi introduzida a dimensão socioambiental ou socioespacial (SOUZA; COMPANS, 2009), que, como visto nos itens antecedentes deste Capítulo, focaliza o “espaço” não somente como o local onde ocorre o crime, mas “também como objeto de intervenção direta, visando o combate à criminalidade e ampliação dos níveis de segurança” (SOUZA; COMPANS, 2009, p. 09).

A base legal no Brasil iniciou pela Lei nº 11.530, de 24/10/2007, que instituiu o PRONASCI no Brasil e decorreu da percepção da necessidade de institucionalização de um novo modelo de abordagem à questão da segurança pública do país, baseado no princípio de que a segurança pública não poderia se limitar à mera atuação policial, mas pela implementação de medidas que possibilitassem a circulação das pessoas em espaços urbanos seguros, também as soluções pacíficas para os conflitos, bem como a integração de distintas comunidades (SOUZA; COMPANS, 2009).

A sua materialização pode se dar por meio de intervenções físico-urbanísticas do “desenho urbano”. Como fundamento, a premissa da qual parte o programa brasileiro é a de que os comportamentos humanos em termos gerais, são condicionados de uma forma direta ou indireta pelas configurações físicas do espaço. A partir desse norte é que são feitas as propostas visando à ampliação do “grau de segurança” nos espaços residenciais das cidades (SOUZA; COMPANS, 2009).

A noção de *segurança cidadã* é adotada por agências internacionais, pressupondo que a “polícia repressora do passado estaria sendo “flexibilizada”, cedendo lugar a práticas mais inclusivas e de respeito ao “cidadão”” (SOUZA; COMPANS, 2009). Transparece o objetivo de modificar o conceito vigente de segurança pública, então baseado nas ações repressivas e limitado à ação da corporação policial e do sistema Prisional. A proposta original era articular políticas de segurança com ações sociais, prioridade na prevenção e a busca por atingir as causas que levam à violência (SOUZA; COMPANS, 2009).

O PRONASCI, portanto, surge dessa dupla influência do

anseio e necessidade de revisão das políticas de segurança pública, cobrados pela sociedade, e de outro, por força do alinhamento às políticas modelizadas pelas agências internacionais como o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e o BIRD – Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se adiantaram na proposição destas reformas em países latino-americanos propondo técnicas amadurecidas na Europa e no Canadá (SOUZA; COMPANS, 2009, p. 11).

Após a fase de diagnóstico, extraída do “Projeto de Segurança Pública para o Brasil”, foram definidas cerca de 90 medidas norteadas por duas prioridades: “ações estruturais, que consistiram em medidas de modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional; e *programas locais*, ações de natureza social e normativa, desenvolvidos nas regiões indicadas pelo PRONASCI” (SOUZA; COMPANS, 2009, p. 11).

Os eixos fundamentais do Programa são: “a valorização dos profissionais de segurança pública, a reestruturação do sistema penitenciário, o combate à corrupção policial e o envolvimento da comunidade na prevenção da violência” (SOUZA; COMPANS, 2009, p. 11).

No que se refere à atenção do referido Programa às áreas com elevados índices de criminalidade, a abordagem indicou uma certa influência da teoria ecológica, uma vez que se utiliza da denominação “territórios de descoesão social” (SOUZA; COMPANS, 2009). Houve muitas propostas decorrentes da noção de segurança cidadã, mas o que acabou predominando foi a política de territorialização, com a implementação dos policiamentos comunitário e de proximidade, que no Rio de Janeiro foi chamado de Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, e em Salvador Base Comunitária de Segurança – BCS.

No Rio de Janeiro, entre o final de 2008 e início de 2012, foram instaladas 19 Unidades de Polícia Pacificadora – UPP’s, em diversas comunidades (BORGES et al, 2012). Porém, somente em 2011 é que o Governo do Estado do Rio de Janeiro regulamentou as UPP’s através do Decreto nº 42.787 de 06 de janeiro de 2011.

Pelo teor do art. 1º, a sua referência teórica é o policiamento de proximidade, como se pode perceber da leitura do referido dispositivo:

As Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), criadas para a execução de ações especiais concernentes à pacificação e à preservação da ordem pública, destinam-se a aplicar a filosofia de polícia de proximidade nas áreas designadas para sua atuação.

O policiamento de proximidade surgiu na Europa Continental, em especial países como França e Espanha, como uma adaptação do policiamento comunitário

(BRASIL, 2013), rompendo um pouco os sistemas policiais centralizados da Europa Continental. A ideia de proximidade com a comunidade

reflete uma necessidade de descentralização e aproximação aos cidadãos, por parte das instituições estatais, caracterizadas por uma estrutura de cariz vertical, com o poder de decisão a emanar diretamente do Estado, ficando reservado aos cidadãos um papel de “receptores” das políticas públicas em matéria de segurança (FERREIRA, 2014, p. 3).

Tem como essência, enfim, o trabalho próximo da comunidade, com elevado grau de interação e atuação preventiva, buscando a antecipação aos fatos (BRASIL, 2013).

No caso da política fluminense, os critérios utilizados para a escolha dos locais de instalação da UPP's foram estabelecidos no diploma legal já citado, art. 1º, § 1º, sendo eles: comunidades pobres; de baixa institucionalidade e alto grau de informalidade; e com a presença de grupos criminosos ostensivamente armados.

Os principais objetivos declarados, nos termos do art. 1º, § 2º, são:

a. consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranquilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico.

Sintetizando o conteúdo do dispositivo acima, o relatório “Os donos do morro” sentencia que “as metas centrais são a recuperação por parte do estado de territórios dominados por grupos criminosos e o fim dos confrontos armados”. (BORGES et al, 2012, p. 19)

No que se refere ao policiamento comunitário, este tem a sua origem a partir da reestruturação das organizações policiais em países anglo-saxônicos, como Estados Unidos e Inglaterra. Para BAYLEY e SKOLNICK a “premissa central” do policiamento comunitário “é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança” (2006, p. 18).

Verifica-se, portanto, que a sua diferenciação em relação ao policiamento de proximidade é justamente o papel da população no plano de segurança. Enquanto na concepção de proximidade a configuração é vertical, com as decisões emanando do Estado, na concepção de polícia comunitária a disposição está horizontalizada, devendo ocorrer uma participação efetiva da comunidade no planejamento da segurança pública (FERREIRA, 2014; BAYLEY; SKOLNICK, 2006).

Os autores estadunidenses são bastante enfáticos quanto a esta premissa, pois defendem que “só se considere a existência efetiva de um “policiamento comunitário” quando forem realizados novos programas para elevar o nível de

participação do público na manutenção da ordem pública” (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 18).

Nesse sentido, elencam 4 normas do policiamento comunitário, identificadas a partir da observação do policiamento em quatro continentes. São elas:

1. organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade; 2. reorientar as atividades de patrulhamento para enfatizar os serviços não emergenciais; 3. Aumentar a responsabilização das comunidades locais; 4. Descentralizar o comando (BAYLEY; SKOLNICK, 2006, p. 19).

No Brasil, o modelo de policiamento comunitário foi introduzido timidamente ao final da década de 1980, com o advento da Constituição Federal de 1988, que marcou a saída do regime de ditadura militar para a democracia, demandando um outro perfil das forças de segurança BRASIL, 2013).

No ano de 1991 é que “a Polícia Militar do Estado de São Paulo promove o I Congresso de Polícia e Comunidade, sendo este considerado o marco inicial da discussão sobre o tema” (BRASIL, 2013, p. 138). Ainda naquele mesmo ano, a Polícia Militar do Rio de Janeiro dá início a um programa piloto de Polícia Comunitária no bairro de Copacabana. Já no Estado de São Paulo, especificamente em Ribeirão Preto, iniciativa semelhante é implantada (BRASIL, 2013).

A iniciativa ganha mais solidez a partir da edição dos Programas Nacionais de Direitos Humanos, sendo o primeiro deles em 1996, ainda sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, e o mais recente, em 2003, o PNDH-3, primeiro ano do governo de Luís Inácio Lula da Silva. Ainda buscando a consolidação de um modelo preventivo de atuação das polícias, nos programas havia metas voltadas à melhoria do seu desempenho, assim como da relação com a sociedade (BRASIL, 2013).

Sobre os desdobramentos desse novo modelo de policiamento, inclusive na Bahia, será dedicado item específico no próximo Capítulo.

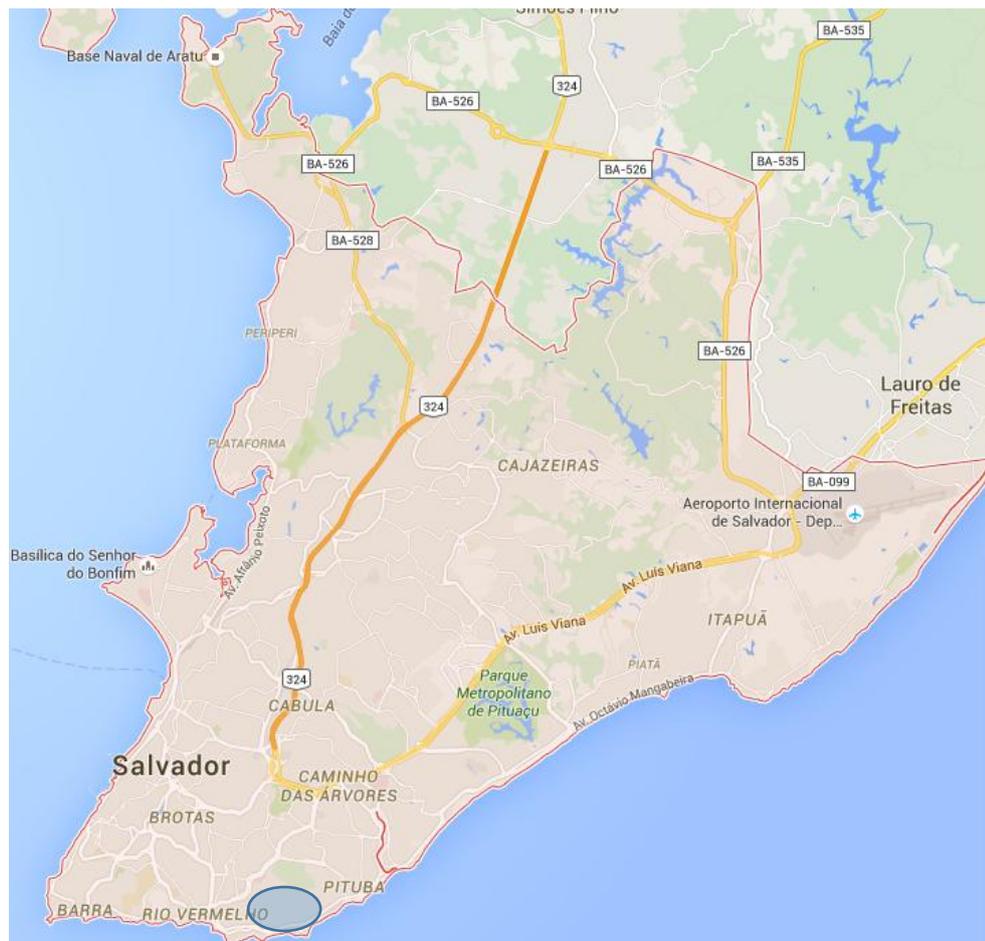
3. O NORDESTE DE AMARALINA, ESPAÇOS DE INTERAÇÃO E A BASE COMUNITÁRIA DE SEGURANÇA

3.1. O NORDESTE DE AMARALINA

No século XVIII, a atual região do Nordeste de Amaralina corresponde a parte do que foram terrenos agrícolas, onde estavam localizadas diversas fazendas, em especial a Paciência, a Santa Cruz, a Ubaranas e a Pituba. Estas, por sua vez, foram “divididas entre diversos proprietários, que, a partir da segunda metade do século XIX, as fracionaram à sua volta em lotes menores” (BREBION; LALLIAS, 2005).

O nome do bairro original, Amaralina, decorreu da família que detinha a propriedade da maioria das terras daquela região, destinadas à produção agrícola: a família Amaral (BREBION; LALLIAS, 2005).

Figura 1 – Mapa de Salvador: Região Nordeste de Amaralina em elipse



Fonte: Google Maps

O bairro do Rio Vermelho, vizinho a Amaralina, desde o século XIX foi habitado por uma comunidade de pescadores, que passou a sofrer a pressão

intensa sobre o território devido ao deslocamento das famílias mais abastadas da região central de Salvador rumo à orla atlântica (BREBION; LALLIAS, 2005).

Pouco a pouco, diante da pressão exercida pelo poderio econômico dos novos interessados nas suas terras, o Rio Vermelho passou a ser ocupado pelos integrantes da aristocracia local, provocando o deslocamento das residências dos pescadores para os arredores, as terras situadas na região nordeste do bairro de Amaralina (BREBION; LALLIAS, 2005).

As terras, já loteadas, foram sendo vendidas a baixo preço. Ao mesmo tempo, um dos terrenos que não havia sido vendido sofre uma invasão, com a instalação de pequenos barracos na Fazenda Ubaranas, mas que não provoca qualquer reação do proprietário, constituindo o embrião do que viria a ser o novo bairro (BREBION; LALLIAS, 2005).

Já na década de 1950, a colina de Santa Cruz começa a ser ocupada após a divisão das terras em pequenos lotes, por diferentes proprietários e locatários. A expansão definitiva de Santa Cruz acontece por meio de invasões coletivas ocorridas no final da década de 1960 e início de 1970, realizadas por “numerosos pescadores e suas famílias, expulsos de seus terrenos pelos proprietários, que aí realizavam loteamentos de luxo” (BREBION; LALLIAS, 2005).

O Vale das Pedrinhas não teve origem a partir das propriedades da família Amaral. O seu atual território corresponde ao que foi a “fazenda de Nasser Borges”. O acesso não era fácil como o do Nordeste de Amaralina e Santa Cruz e por isso era “habitado apenas por pequenos lavradores, que praticavam a cultura de legumes e a criação de porcos” (BREBION; LALLIAS, 2005). Ao contrário dos demais bairros aqui indicados, a sua ocupação se deu unicamente pelas invasões. Nesse sentido, elas tiveram início em 1968, também a partir das famílias de pescadores, mas estas vindas de outras invasões (BREBION; LALLIAS, 2005).

A título de ilustração, a residência dos Amaral e a Igreja Nossa Senhora dos Mares, erguidas lado a lado e em frente ao mar, nos dias atuais pertencem ao Exército, onde foi erguido o quartel de Amaralina (BREBION; LALLIAS, 2005). Ver a figura abaixo.

Figura 2 - Igreja e antiga residência dos Amaral (visão interna do quartel)



Fonte: wikimapia –

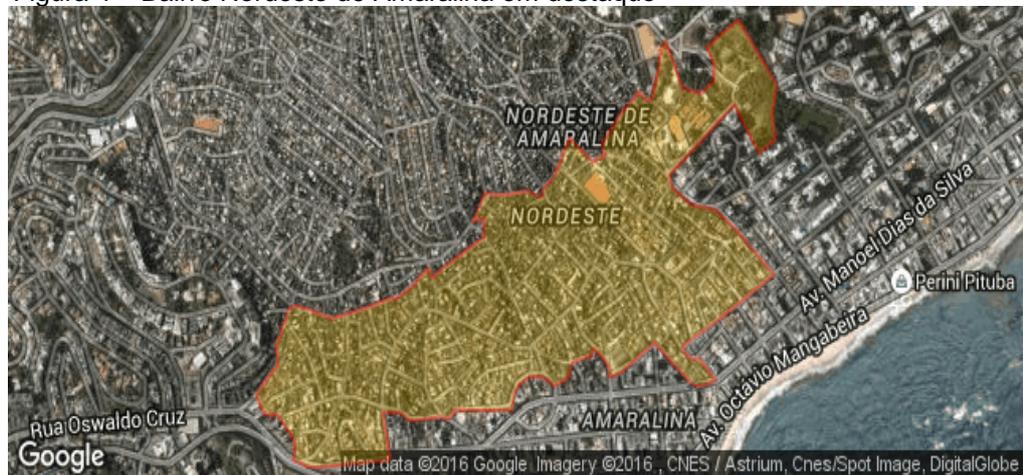
Durante a pesquisa foi constatado que a maioria dos dados encontrados diz respeito ao que se denomina de Região Nordeste de Amaralina – RNA. Esta área está contida na Região Administrativa VII da cidade do Salvador, sendo composta pelos bairros Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz (SOUZA, 2008). Logo abaixo, na Figura 3 é possível ter uma noção das delimitações entre os bairros citados, bem como da disposição espacial das ocupações. Em seguida, a delimitação exclusiva do bairro Nordeste de Amaralina, na Figura 4.

Figura 3 – Limites dos bairros que compõem a RNA



Fonte: Secretaria de Segurança Pública, 2011.

Figura 4 – Bairro Nordeste de Amaralina em destaque



Fonte: Google Maps

O reconhecimento oficial da Região Nordeste de Amaralina e consequentemente dos bairros que a compõem, sobreveio com o Decreto-Lei nº 5.403/78, em 17 de junho de 1978. A denominação técnica foi “Zona Homogênea Nordeste de Amaralina” (SOUZA, 2008). Um dos principais objetivos do decreto foi o de criar “uma reserva ambiental, possibilitando um melhor planejamento urbano” da

área (SOUZA, 2008). Obviamente que não teve o efeito previsto, como se pode verificar nos dias atuais.

Materializando os contrastes de Salvador, a RNA tem divisas com quatro bairros de classe média alta: Pituba, Itagira, Amaralina e Rio Vermelho, como pode ser visto logo abaixo nas Figuras 5 e 6.

Figura 5 – Foto aérea RNA, Itagira, Pituba, Amaralina e Rio Vermelho



Fonte: www.skyscrapercity.com

À esquerda, logo após a faixa de vegetação que toca a praia, está situado o bairro do Rio Vermelho. Da área verde até a faixa da praia situada no centro, com sombreiros amarelos e as construções na “ponta” da faixa litorânea, está o bairro de Amaralina. À direita, surgindo os primeiros edifícios, está a Pituba. E atrás do aglomerado de residências populares, logo após o cinturão de vegetação, está o bairro do Itagira.

O contraste da ocupação dessa parte da orla atlântica, com o bairro da Pituba em primeiro plano, fica ainda mais evidente na Figura 6.

Figura 6 - Foto aérea 2, Itaigara, Pituba, RNA e Amaralina



Fonte: www.skyscrapercity.com

Como já indicado quando do histórico da ocupação, a RNA possui uma “topografia acidentada, caracterizada por morros e vales”. Com a ocupação realizada de forma difusa, sem planejamento, atualmente a região padece de problemas urbanísticos, tais como ruas estreitas, ausência de áreas livres e de espaços de convivência coletiva (SOUZA, 2008).

Quanto às habitações, as casas possuem padrão simples, não raro com mais de um pavimento. Em algumas localidades as instalações residenciais são bastante precárias. Apesar disso, há asfaltadas e saneamento básico (SOUZA, 2008). Cerca de 99,5% dos imóveis dos bairros Nordeste de Amaralina e Santa Cruz, pelo Censo 2010, estavam inseridos na rede oficial de abastecimento de água, Já em relação ao esgotamento sanitário, na mesma base territorial 98,3% dos domicílios estava na rede (VIEIRA, 2016). A rede elétrica estava ainda mais presente nas residências, como 99,8% cobertas.

Há espaço central que agrega algumas atividades comerciais locais, como quitandas, lojas, mercearias e serviços. Na mesma área central está o “final de linha” de ônibus, que em regra não tem grandes ramificação por conta das vias muito estreitas e terreno acidentado (SOUZA, 2008).

Em razão dessa peculiaridade, é muito comum o deslocamento longo dos moradores para pontos de ônibus. O local central geralmente é um largo, onde os moradores acabam se apropriando em determinados dias da semana para interagir,

realizar festas e outras atividades sociais. Importante fazer uma ressalva nesse caso. A circulação dentro das regiões não é totalmente livre, pois há fronteiras invisíveis impostas pelo tráfico de drogas, por exemplo (SOUZA, 2008).

Tais características espaciais podem ser melhor compreendidas pelas imagens da RNA sob duas perspectivas: a borda atlântica da região, que tem à sua frente os bairros de Amaralina e Rio Vermelho, antes do mar. Já na borda voltada para a região mais central tem como limite o Parque da Cidade e o bairro do Itaipara.

Figura 7 – foto aérea RNA – borda atlântica



Fonte: Associação de Moradores do Nordeste de Amaralina

Figura 8 – Foto aérea RNA borda centro



Fonte: www.malaguetainterativa.com.br – Borda centro

É possível confirmar a descrição das vias estreitas, a topografia bastante acidentada, o padrão simples dos imóveis, assim como a existência de mais de um pavimento. Quanto a áreas para interação social, apenas uma delas indica uma possível quadra de futebol, em barro.

Este cenário dificulta a aproximação entre as pessoas, em especial as desconhecidas, prejudicando a sociabilidade entre os moradores das diversas áreas do mesmo Bairro. Com o perfil descrito, o controle social informal possivelmente não se aperfeiçoa na comunidade, ao menos de maneira efetiva. Também a vigilância natural parece ter diversos obstáculos ambientais. Isto pode sugerir a maior incidência de alguns tipos de crime, mas o exame da questão acontecerá em mais algumas linhas.

Em relação ao perfil populacional, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE, em 2000 a população da RNA foi estimada em 82.976 moradores e ocupava uma área de 203 hectares, configurando uma densidade demográfica de 408hab/ha¹¹. Há predominância do perfil afrodescendente e jovem (SOUZA, 2008). Ainda com base nos dados do IBGE, 88% da população é parda ou negra, 49% das pessoas têm idade abaixo dos 25 anos e somente 9% da população possui idade superior a 55 anos (SOUZA, 2008).

¹¹ Habitantes por hectare

Com relação ao gênero, o percentual de mulheres é sensivelmente superior, formando 57% da população da RNA. Mesmo considerando cada um dos bairros isoladamente, o número de mulheres permanece maior em todos eles. A faixa mais populosa concentra-se entre os 10 e 19 anos (SOUZA, 2008).

Um dado interessante sob a perspectiva da teoria ecológica e a desorganização social é um estudo realizado em pela Escola de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, em 1974, que indicava cerca de 30% da população da região Nordeste de Amaralina era oriunda do Recôncavo Baiano (SOUZA, 2008). Esse componente de migração populacional, que contribui para o enfraquecimento dos laços sociais internos em razão da ausência de identidade cultural entre os moradores. Além disso, no sentido socioespacial, a ausência do sentimento de pertencimento é uma marca característica de boa parte dos migrantes, como foi visto no Capítulo anterior.

Com relação à escolaridade, a situação da população merece especial atenção. Somente 38% dos moradores estão na escola, sendo que 61% sequer completou o Ensino Fundamental, ou seja, os oito anos de estudo. Cerca de 24% sequer terminou as séries iniciais (SOUZA, 2008). Segundo dados apresentados por SOUZA (2008), colhidos junto à Secretaria Estadual de Educação do Estado da Bahia, de Educação e ao IBGE, municipal, o número de crianças e adolescentes da RNA atendidos pela rede pública, em 2003, foi de 7.039, segundo dados estaduais (SOUZA, 2008).

Feito um comparativo com as informações do Censo 2000, foi verificado que apenas 23% das crianças e adolescentes da Região estavam matriculadas na escola pública. Deste percentual, apenas 5% das crianças em idade pré-escolar eram atendidas pelo Poder Público. Das crianças do ensino fundamental, 34% possuíam a idade de 1ª à 4ª série e 31% dos jovens com idade para 5ª a 8ª séries frequentavam a escola pública (SOUZA, 2008). Já em relação aos jovens do ensino médio, apenas 25% do universo de matriculados frequentavam as escolas públicas.

Os números acima não querem dizer que demais crianças e adolescente estavam fora da escola, pois há estabelecimentos de ensino particulares, de baixo custo, assim, como escolas e creches comunitárias, embora os dados sobre quantidade não sejam precisos e de fontes seguras. Por outro lado, reflete inicialmente uma insuficiência de vagas na rede pública de ensino. Em segundo lugar, é preciso examinar os índices de evasão escolar e propostas para a sua

redução. Assim como acontece no ensino superior, não é suficiente garantir o acesso ao ensino público de base. É preciso pensar em políticas que assegurem a permanência, pois os obstáculos são muitos em ambientes como o vivenciado na RNA e vão desde a acessibilidade, como já vimos pelos aspectos topográfico e viário, ao poder de atração e intimidação do tráfico de drogas. Há ainda, em muitas famílias, a necessidade de trabalhar para auxiliar no sustento familiar.

Em termos econômicos, foi identificado que a população economicamente ativa, com ocupação formal ou informal, estava em cerca de 39%, em 2000 (SOUZA, 2008). Considerando que este índice abrange tanto as pessoas empregadas formalmente, com registro em carteira de trabalho, quanto aquelas que desenvolvem atividades informais, prestando serviços variados ou empreendendo na atividade comercial, o índice de ociosidade da população é muito elevado.

Abaixo, a título ilustrativo, o quadro comparativo da taxa de ocupação no bairro Nordeste de Amaralina e nos demais componentes da RNA. Dados coletados a partir de SOUZA (2008), extraídos do Censo IBGE de 2000.

Quadro 1: Taxa de ocupação – RNA

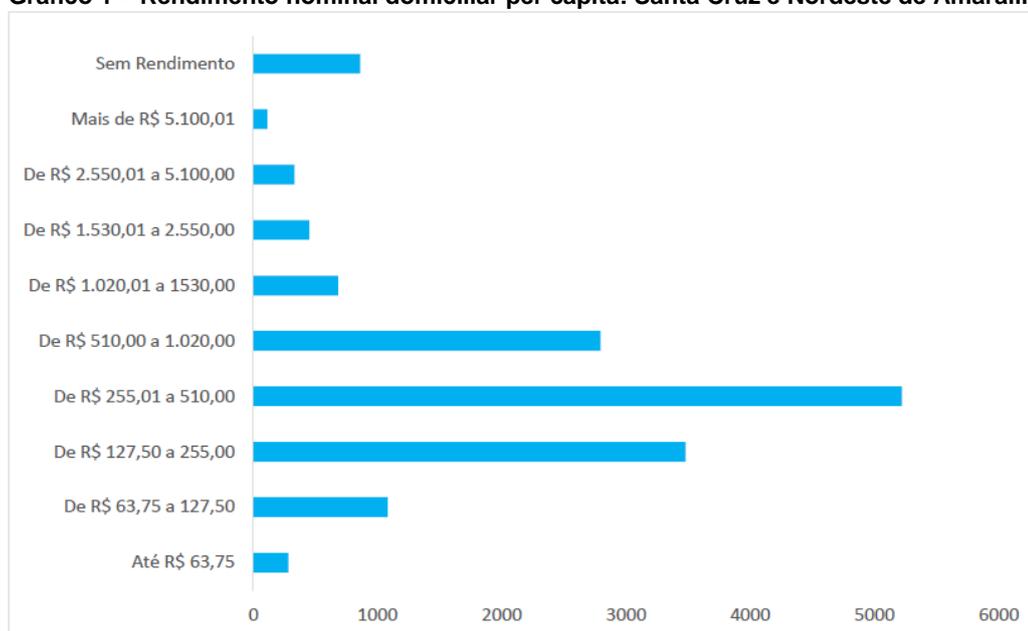
BAIRRO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA	POPULAÇÃO OCUPADA	TAXA DE OCUPAÇÃO
Nordeste de Amaralina	25.466	21.683	9.950	39%
Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho	57.510	46.877	22.677	39%
TOTAL	82.976	68.560	32.627	39%

Fonte: IBGE – amostra censitária por área de ponderação, 2002. (SOUZA, 2008)

Na Região, em 2008, 36% dos chefes de família com atividade econômica recebiam, mensalmente, menos de um salário mínimo. Expandindo para três salários mínimos, o percentual subia para 73% das famílias economicamente ativas. A média da cidade de Salvador estava em 29% dos chefes ou responsáveis pelas famílias recebendo remuneração mensal inferior a um 1 salário mínimo em valores da época (SOUZA, 2008).

Ainda sobre a renda média dos seus habitantes, considerando o critério de “rendimento domiciliar per capita”, utilizado em “pesquisas domiciliares e programas oficiais de distribuição de renda” (VIEIRA, 2016), há um grande desequilíbrio entre as faixas de referência, além da demonstração do quão empobrecida estava a comunidade à época do Censo IBGE/2010. No Gráfico 1, que será visto a seguir, é feita a correlação entre do rendimento mensal médio dos moradores do Nordeste de Amaralina e Santa Cruz, que foi elaborado pelo economista João Gabriel Rosas Vieira para o Centro Avançado de Empreendedorismo do Nordeste de Amaralina – CAENA¹².

Gráfico 1 – Rendimento nominal domiciliar per capita: Santa Cruz e Nordeste de Amaralina



Fonte: Resultados do Universo – CENSO 2010 (VIEIRA, 2016)

Considerando a estimativa populacional dos bairros Nordeste de Amaralina e Santa Cruz, que para o ano de 2014 foi de 52.046 habitantes (VIEIRA, 2016), verificou-se a configuração de renda *per capita* com base no valor do salário mínimo da época, que era R\$ 510,00, conforme dados do DIEESE¹³.

A faixa inicial, até R\$ 63,75 *per capita*, abrange 283 domicílios ou 1,8% do total. Trata-se de 12,5% de um salário mínimo da época. Equivaleria hoje a R\$ 110,00. A segunda faixa vai até R\$ 127,50 ou 25% do salário mínimo *per capita*. Nela estão contidos 1.083 domicílios, correspondentes a 7,1% do total. Após, na faixa que vai até meio salário mínimo, cerca de 22,7% do total de domicílios

¹² <http://www.caena.org.br/index.php/o-projeto/area-de-atuacao>

¹³ <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>

(VIEIRA, 2016). Para o IBGE, “domicílios que auferem meio salário mínimo per capita são considerados pobres” (VIEIRA, 2016). Como consequência, cerca de 31,7% dos domicílios dos bairros de Santa Cruz e Nordeste de Amaralina são considerados pobres.

No parâmetro considerado de rendimento nominal médio pelo IBGE, cerca de 34,1% dos domicílios auferiam rendimentos de meio até 1 salário mínimo. A faixa subsequente apresenta rendimento nominal domiciliar *per capita* de 1 a 2 salários mínimos e abrange 18,3% do total de domicílios. As faixas superiores a 2 salários mínimos correspondem a 10,3% do total de domicílios dos bairros. No lado oposto, cerca de 6% dos domicílios reportaram ausência de renda pelos seus responsáveis, ou seja, aproximadamente 862 domicílios dos bairros já mencionados (VIEIRA, 2016).

Aqui é importante retornar à ideia de desorganização social e também da existência de desigualdade mesmo dentro dos bairros, pois ao passo em que há 6% de domicílios indigentes, há uma quantidade maior de domicílios com renda nominal per capita superior a 2 salários mínimos, conforme se depreende do gráfico.

As condições de extremo déficit socioeconômico, somadas à desagregação do ambiente, acaba segregando pessoas, afetando a sua autoestima e conseqüentemente a sociabilidade. Tudo isto, à luz das teorias vistas ao longo do trabalho, contribui para o enfraquecimento dos laços sociais na comunidade, da vigilância natural, influenciando no decréscimo de efeito de um controle social informal, que por seu turno pode contribuir, em dada medida, para a prevenção de determinados tipos de crimes. A seguir serão verificados os tipos mais frequentes de delitos cometidos na região.

Inicialmente é preciso sinalizar que a divulgação dos levantamentos estatísticos criminais no Estado da Bahia não era regra. A transparência é medida recente, de modo que não há muitos dados disponíveis ao público.

Daqueles disponíveis, foi identificado que no 2000, das 116 mortes por causas violentas ocorridas na RNA, 34% delas ocorreram por homicídio e em escala que indicava crescimento, pois evoluiu para 52 homicídios em 2001 (SOUZA, 2008).

Atualmente, a Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia dá ênfase, estatisticamente, a dois grupos de crimes, os quais denomina de “Crimes Violentos Letais Intencionais” – CVLI, que são os crimes em que a violência empreendida pelo agente resulta na morte da vítima, e “Crimes Violentos contra o

Patrimônio” – CVP, aqueles em que a violência do agente é destinada à subtração do patrimônio alheio. Também dividiu a cidade de Salvador em Áreas Integradas de Segurança Pública – AISP visando a otimizar os recursos e estruturar a atuação repressiva do Estado sobre os delitos de maior incidência, bem como a organização da informação. A RNA recebeu a denominação AISP 15 – Nordeste.

A noção de CVLI engloba três tipos de delitos: homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio, que é o roubo que resulta na morte da vítima. Em ambos há o dolo do agente, ou seja, a intenção de provocar a lesão.

Importante dizer que os dados a seguir foram obtidos diretamente da Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial, em colaboração com esta pesquisa. Os dados fornecidos dizem respeito ao período a partir de 2012, quando passou a ocorrer o levantamento nos novos moldes. Coincide também com a implementação das Bases Comunitárias de Segurança – BCS na Região Nordeste de Amaralina, em 27 de setembro de 2011¹⁴. Os dados de 2015 estão consolidados.

Quadro 2: CVLI - AISP 15 NORDESTE

CVLI	2012	2013	2014	2015
HOMICÍDIO DOLOSO	25	13	15	10
LESÃO CORPORAL SEGUIDA DE MORTE	2	0	0	2
ROUBO COM RESULTADO MORTE	1	0	0	2

Fonte: SGE - Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial

Nota-se uma expressiva redução dos homicídios ao longo dos últimos anos na RNA, em especial quando comparadas aos dados do início da década anterior, que chegaram a 52 homicídios em 2001 (SOUZA, 2008). As demais ocorrências têm baixa incidência, deixando indícios de que a instalação das BCS's pode ter surtido algum efeito inibitório sobre a criminalidade violenta letal.

No caso do que se convencionou chamar de CVP, os crimes patrimoniais cometidos com o emprego de violência por parte do agente, os dados consolidados ficaram restritos ao período de 2012 a 2014, pois como não havia esse conceito em período anterior, a sua compilação e sistematização se deu a partir de 2012. Os

¹⁴ <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>

dados de 2015, para a maior parte das espécies indicadas, foi coletado até abril de 2015. No sítio da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia, os dados são pouco variados e dizem respeito apenas aos anos de 2014 e 2015.

Quadro 3: CVP - AISP 15 NORDESTE

CVP	2012	2013	2014	2015	ATÉ ABRIL/15
ROUBO DE VEICULO	17	15	20	17	-
ROUBO A ONIBUS	14	17	40	67	-
ROUBO A ESTABELECIMENTO COMERCIAL /SERVIÇOS	20	7	13	-	2
ROUBO A RESIDENCIA	4	2	1	-	1
ROUBO DE VEICULO COM RESTRICAO DA LIBERDADE DA VITIMA	0	1	0	-	0
EXTORSAO MEDIANTE SEQUESTRO	0	0	0	-	0
ROUBO A TRANSEUNTE	320	346	409	-	80
ROUBO DE VEICULO COM SAQUE EM CAIXA ELETRONICO	0	0	0	-	0
SEQUESTRO RELAMPAGO COM SUBTRAÇÃO DE VEICULO	0	0	0	-	0

Fonte: SGE - Superintendência de Gestão Integrada da Ação Policial

Da leitura dos dados acima, é possível extrair uma conclusão inequívoca: transitar nas ruas da RNA representa um alto risco. Em termos de roubos a transeuntes, há cerca de um por dia. Também chama atenção o número crescente de roubos a ônibus. Pensando à luz da base teórica deste trabalho, os principais elementos de reforço dos laços sociais parecem ameaçados, uma vez que as duas principais formas de circulação possuem os índices mais elevados da região, em termos de CVP.

Com tais índices, é possível que as pessoas da comunidade sintam-se intimidadas a circular livremente pelas vias do bairro. Até mesmo sair da comunidade sujeita as pessoas a risco por conta do elevado número de assaltos a ônibus. Além disso, a permeabilidade aos desconhecidos, às pessoas de fora da comunidade parece estar severamente prejudicada, seja pelas vias muito estreitas, como já visto, seja pela quantidade de ocorrências, gerando uma intimidação. É essencial que as pessoas possam circular pelas ruas, criando as interações que fortalecem os mecanismos de controle social informal.

Nesse sentido, o funcionamento da política de territorialização do Estado, materializada nas Bases Comunitárias de Segurança será objeto de exame.

3.2. O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E AS BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA NA RNA

No que concerne à proposta ou ao planejamento de atuação da Polícia Militar - PM, através das BCS's, é imprescindível acentuar que esta deve ser norteadada para a atuação solução de problemas, evitando os eventuais excessos. Nesse sentido, a sua diretriz decorre do Eixo Orientador IV – Segurança Pública, Acesso à Justiça e Combate à Violência, contido no PNDH-3 – Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2010).

Neste eixo, o Programa reconhece a dificuldade histórica de relacionar o tema segurança pública com direitos humanos, como se estivessem em oposição ou se fossem incompatíveis. É como se ainda pairasse a imagem do regime de exceção que durou pouco mais de duas décadas no país, marcado pela violência e arbitrariedade do aparato policial, bloqueando as discussões no meio acadêmico e na própria sociedade.

Também há o reconhecimento de que houve pouco investimento na capacitação das polícias brasileiras sobre as modernas técnicas de policiamento, bem como das reflexões criminológicas que avançaram muito nos países desenvolvidos (BRASIL, 2010).

Sob influência exterior, o Governo brasileiro da época tentou o fortalecimento do diálogo entre setores da sociedade civil com as forças policiais, tendo como escopo o seu envolvimento no processo de discussão das políticas públicas voltadas à prevenção e a cultura da paz. O policiamento comunitário é uma forma de materialização desta tentativa (BRASIL, 2010).

O eixo IV do PNDH-3 contempla sete diretrizes, sendo cada uma delas implementada através de objetivos estratégicos e ações programáticas.

A primeira diretriz aponta para a democratização do sistema de segurança pública, a partir de três objetivos estratégicos (BRASIL, 2010).

O primeiro dos objetivos, até o presente momento, não evoluiu. A desmilitarização das PM's e a conseqüente revisão das estruturas, treinamento, controle e emprego da força policiais; entre outras medidas como a instituição do ciclo completo de polícia, que significa concentrar, na mesma Instituição, as funções de policiamento ostensivo e de investigação (BRASIL, 2010).

O segundo objetivo estratégico é a modernização da gestão do sistema de segurança pública, entendida como o “controle dos processos de determinada organização”, mas o Eixo apresenta um modelo a ser implantado, deixando a responsabilidade para cada um dos Estados e colocando a União como o ente responsável pelo repasse dos recursos financeiros (BRASIL, 2010).

O último objetivo estratégico desta Diretriz é a promoção dos direitos humanos dos profissionais do sistema de segurança pública, assegurando sua formação continuada e compatível com as atividades que exercem (BRASIL, 2010). Uma das ações é a capacitação dos agentes de segurança que participam das BCS's, com enfoque em formação mais humanizada.

A proposta de integração entre polícia e comunidade expressa uma nova concepção trazida pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 144, quando diz que a segurança pública é responsabilidade de todos. Assim é que uma polícia voltada à solução de problemas, mais próxima da comunidade acaba facilitando a resolução dos conflitos por gerar reciprocidade de confiança entre policial e comunidade (SALES et al, 2009). Trata-se, ainda, de uma tentativa de fazer convergir o controle social formal, exercido pelo Estado e seu aparato de segurança, e o controle social informal, cuja noção já foi vista no Capítulo II deste trabalho.

Importante destacar aqui o pensamento de COSTA (2005, p. 109) sobre o papel histórico da polícia de “garantir a manutenção das condições de existência do emergente poder dessa forma de relações entre os homens”, e justamente por isso tem se revelado “incapaz de enfrentar tanto a criminalidade comum violenta, quanto o crime organizado” Eis a amplitude do desafio nacional ao tentar congrega polícia e sociedade num esforço voltado à segurança pública.

Por esta razão é que a redefinição do perfil do policial nesse novo contexto da segurança impõe a necessidade de uma formação alicerçada na compreensão dos direitos humanos, que propiciará ao agente de segurança a percepção de que também é protegido pela dignidade da pessoa humana e como consequência, passará a perceber o outro, o cidadão, sob a mesma perspectiva (SALES et al, 2009).

Na Bahia, a política teoricamente inspirada no policiamento comunitário resultou na implementação das BCS's, criadas no contexto do “Programa Pacto pela Vida”, instituído pela Lei Estadual nº 12.357 de 26 de setembro de 2011. Está

vinculado ao Sistema de Defesa Social do Estado, tendo como objetivo principal a promoção da paz social¹⁵.

Mas o que são as BCS's? Para o Estado, são “pontos de gerenciamento da operacionalidade policial com o objetivo de conferir segurança às comunidades, focando na prevenção”. A sua implementação se deu em regiões ditas “críticas” em termos de violência¹⁶.

A primeira BCS foi inaugurada em 27 de abril de 2011, no bairro do Calabar, situado muito próximo a bairros nobres de Salvador, como Barra e Ondina. O efetivo policial foi de 110 policiais militares, sistema de videomonitoramento com nove câmeras, três viaturas. Como se pode ver, ainda há demasiado foco sobre o policiamento, ainda que o programa desenvolva algumas iniciativas visando à interação com a comunidade. Essa dinâmica será observada no Capítulo final desta dissertação.

A Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, através do Programa Pacto Pela Vida e do Plano Estadual de Segurança Pública – PLANESP 2012/2015, assumiu o compromisso para o fortalecimento e consolidação da filosofia de Policiamento Comunitário, tendo como um dos objetivos a implantação de 28 (vinte e oito) BCS até o fim do período (BAHIA, 2012). Entretanto, o sítio institucional do Pacto pela Vida está desatualizado, de modo que não é possível identificar quantas BCS foram implementadas até o momento¹⁷.

É possível entender a natureza de uma Base Comunitária de Segurança sob duas perspectivas ou dimensões: a funcional e a física. A dimensão funcional, oficial, reporta a BCS como um “ponto de gerenciamento da operacionalidade policial com o objetivo de conferir segurança às comunidades, focando na prevenção¹⁸”. Já na sua dimensão física, consiste em

edificação policial-militar fixa, instalada segundo os critérios de acessibilidade, visibilidade e existência de comunidade que necessite de atendimento diuturno, servindo como ícone de referência da Polícia Militar para prestação do policiamento comunitário, melhorando a integração das instituições de segurança pública com a comunidade local (BRASIL,2013).

Para a instalação de uma Base Comunitária de Segurança, devem ser considerados os seguintes aspectos, peculiares de cada localidade: o levantamento

¹⁵ <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/pacto-pela-vida/o-que-e/>

¹⁶ <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>

¹⁷ <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>

¹⁸ <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>

dos índices criminais, a população fixa e flutuante, o número de estabelecimentos de ensino, áreas comerciais, órgãos públicos e privados, obstáculos físicos e naturais, como acidentes geográficos, vias, pontes, entre outros (BAHIA, 2011).

Após a primeira BCS, situada no Bairro do Calabar, mais bases comunitárias de segurança foram implantadas nos bairros do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho, em 27 de setembro de 2011. Em termos de estrutura operacional, contam, segundo dados oficiais, com 360 policiais, distribuídos igualmente entre as mencionadas BCS. Como equipamentos auxiliares, há 16 viaturas e 25 câmeras de monitoramento¹⁹.

A que está situada no Nordeste de Amaralina tem sede na Rua do Bomboche e atende ao Nordeste de Amaralina e ao Vale das Pedrinhas. Já a base de Santa Cruz fica na Rua do Futuro, enquanto a da Chapada do Rio Vermelho tem sede na Rua Coréia do Sul. Abaixo, na Figura 9, estão destacadas a localização e prédios que abrigam as referidas unidades.

Figura 9 – Locais das BCS's na RNA

ONDE SERÃO INSTALADAS AS BASES



Fonte: Editoria de Arte/Correio

Seguindo a filosofia do policiamento comunitário, são agregados projetos sociais às BCS, a exemplo de centro digital de cidadania, situado no Centro Social Urbano do Nordeste de Amaralina, situado no “Beco da Cultura”. As ações sociais são promovidas conjuntamente para toda a RNA e estão estruturadas em eixos

¹⁹ <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/>

temáticos. São eles: Educação, cultura e formação profissional; Saúde; Assistência social; Infraestrutura social; Geração de trabalho e renda; e Assistência jurídica. Contudo, os relatos contidos no sítio do Programa Pacto pela Vida dizem respeito apenas ao período até dezembro de 2012, de modo que não há documentação disponível ao público sobre a continuidade das ações²⁰.

Segundo o sítio da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado da Bahia, Centros Sociais Urbanos são locais voltados à promoção de “atividades de lazer, cultura, inclusão digital, informação, formação e qualificação profissional, educação infantil, atenção à saúde e apoio a grupos de convivência”. Entre os seus objetivos, estão o fomento à “organização e fortalecimento de vínculos nas comunidades”, consequentemente consolidando os CSU’s como centros públicos voltados para o desenvolvimento, inclusão social e redução da violência²¹.

Vale destacar que além da promoção das diversas atividades aqui indicadas, os Centros devem assegurar o acesso aos bens e serviços de assistência social, a exemplo do Conselho Tutelar, das Unidades de Saúde e de Educação Infantil²². Não há, contudo, dados públicos acerca da atuação dos CSU’s.

O Centro Social Urbano – CSU do Nordeste de Amaralina é um equipamento público administrado pela Secretaria de Segurança Pública, situado na Rua Alto da Alegria, no Beco da Cultura, indicado na Figura 10.

Figura 10 – Foto aérea região do CSU



Fonte: Google Maps

Nota-se do que foi exposto até aqui, que há certa preocupação em reformular o conceito de policiamento, voltando-o a uma atuação preventiva e conjugada com

²⁰ <http://www.pactopelavida.ba.gov.br/base-comunitaria-de-seguranca/bcs-nordeste/>

²¹

²² <http://www.justicasocial.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=93>

ações sociais que têm como finalidade o estabelecimento de laços sociais dentro da comunidade, voltados a reforçar o controle social informal, que servirá de suporte à própria ação estatal de repressão e controle preventivo que é representado pela BCS. Mas como será que acontece a dinâmica interna da comunidade no que se refere à circulação pelas vias do bairro, da vigilância natural, das interações nos raros espaços públicos propícios à sociabilidade? É o que se pretende responder a partir da visão dos moradores.

3.3 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS COM A COMUNIDADE

A proposta era realizar 20 entrevistas semi-estruturadas com moradores do Nordeste de Amaralina, mas alcançar essa quantidade se revelou mais difícil do que o projetado. Houve grande resistência em relação aos encontros presenciais, por diversos motivos. Dois deles, em especial, predominaram: o pouco tempo disponível por conta das atividades profissionais ao longo da semana; e o receio de falar com alguém de fora do bairro sobre questões ligadas à violência local.

Sendo assim, foi necessário modificar o tipo de entrevista, ainda buscando viabilizar a coleta de dados direta. Foi então proposta a entrevista estruturada a partir das questões previamente formuladas pelo pesquisador, encaminhadas e respondidas por email. Nesse sentido foram empreendidas algumas tentativas de contato por meio do Centro de Empreendedorismo do Nordeste de Amaralina – CAENA²³, o Conselho de Cultura Popular do Nordeste de Amaralina - CONCULT²⁴, além de funcionários da Faculdade Baiana de Direito, vizinha ao Nordeste de Amaralina. Os retornos, quando aconteceram, no caso do CAENA, foram no sentido de reiterar a recusa das pessoas por medo de responder às questões, ainda que lhes fosse assegurado o sigilo das identidades no corpo deste trabalho.

O resultado foi a obtenção de apenas 10 entrevistas, cujos aspectos serão apresentados e examinados a seguir.

A quase unanimidade das pessoas entrevistadas relatou morar no Nordeste de Amaralina há mais de 30 anos, à exceção de uma delas, que reside no bairro há

²³ <http://www.caena.org.br/index.php>

²⁴ <http://conculnordeste.blogspot.com.br/>

18 anos. Não há, portanto, como afirmar se o Bairro sofre com a intensa migração da sua população.

O segundo questionamento teve como objetivo identificar a quantidade e quais seriam os espaços públicos disponíveis para os encontros as interações sociais da comunidade, a exemplo de praças, calçadas, quadras esportivas, campo de futebol, largos, entre outros. O local assinalado em todas as respostas foi o largo onde está situado o final das linhas de ônibus que atendem ao Bairro.

O Entrevistado 1 fez uma descrição mais clara de como se dá a interação, demonstrando certo incômodo em relação aos impactos para a circulação do trânsito. Disse ele: “Geralmente as pessoas se reúnem no final de linha do Nordeste onde geralmente tem “festa” carro de som, espetinho, lanches e etc. no meio da rua, inclusive congestionando o trânsito”.

No total, foram indicados pelos entrevistados: 2 largos, ambos finais de linhas convencionais de ônibus urbano; 3 campos de futebol; 1 quadra poliesportiva; e 1 praça situada na Avenida Vale das Pedrinhas.

Em uma região com cerca de 83.000 habitantes, uma inferência plausível é a de que a quantidade de espaços parece insuficiente. Dado o perfil empobrecido da população, que dificulta o seu deslocamento para locais externos à comunidade, a configuração dos espaços de interação pode acabar contribuindo para que as pessoas fiquem mais tempo dentro das suas casas, sem maiores interações com pessoas desconhecidas.

O terceiro questionamento buscou identificar se os entrevistados frequentam os locais indicados ou, alternativamente, quais os espaços de interação buscados com as mesmas características.

As respostas foram, em boa parte, evasivas. Dos entrevistados, 4 pessoas responderam que não costumam frequentar este tipo de local e não deram maiores informações sobre os seus hábitos de interação. Entre os demais, as respostas variaram. Houve uma pessoa que respondeu preferir os *shoppings*, por se sentir mais segura. Uma das pessoas respondeu que o local frequentado habitualmente é a praia do bairro de Amaralina, onde vai duas vezes por mês. Os demais disseram frequentar de duas a quatro vezes ao mês os locais situados dentro do próprio bairro.

Se por um lado é salutar a frequência a *shoppings*, pois há certa interação com pessoas desconhecidas, com grupos marcados pela diversidade em vários

aspectos, por outro há que se notar a motivação indicada pela entrevistada, relativa à sensação de segurança. Os enclaves urbanos, como já falado, acabam sendo a “opção segura” em detrimento das praças, largos, ruas e calçadas “desordenadas e inseguras”.

Outro aspecto que chamou a atenção foi a baixa frequência aos locais. Apenas um dos entrevistados afirmou frequentar um dos locais semanalmente. Fica o indicativo de que a interação com pessoas desconhecidas aparenta ser bem eventual.

Tentando compreender a motivação, ou ausência dela, foi perguntado se o acesso a esses locais teria algum obstáculo, se ficavam distantes das residências.

Todas as pessoas entrevistadas responderam que os locais eram acessíveis e razoavelmente próximos às suas residências. Duas respostas se destacaram pelo conteúdo da informação. O Entrevistado 4 disse que tais locais “tem sempre uma relativa proximidade em relação a minha residência além de estarem em sua maioria nos pontos mais movimentados dos bairros”. O Entrevistado 3 afirmou que “sim, ficam próximos, só não são seguros”.

Quando questionados se utilizavam os espaços à noite, 3 dos entrevistados responderam que sim. Os demais responderam negativamente, sendo que dois falaram abertamente da questão da insegurança. O entrevistado 1 falou “Não, não me sinto segura transitando no bairro à noite”. Este dado pode refletir que a presença das pessoas nos espaços públicos de circulação e interação está relacionada, em algum grau, à sensação de insegurança no Bairro.

Seguindo esta linha de investigação, a pergunta seguinte foi sobre um dos efeitos que as Base Comunitárias de Segurança, inspiradas no conceito de policiamento comunitário, deveria produzir na comunidade, a sensação de segurança.

Aqui as respostas passaram quase integralmente por um padrão, que foi o sentimento de que tudo continua como antes, ou seja, muita insegurança na região. Assim foram os depoimentos dos Entrevistados 1 e 8. O Entrevistado 1 falou: “Tenho a sensação de que nada mudou, pois não me sinto segura para frequentar esse local e circular pelas ruas à noite”. Já o Entrevistado 8 foi mais contundente em sua manifestação, afirmando que “essas tais bases, são só de aparência não faz um combate efetivo da criminalidade e do tráfico de drogas, que continua a operar e reinar na comunidade”.

Somente o Entrevistado 5 apontou um sentimento diametralmente oposto aos demais, pois afirmou que “Andar pelo bairro sempre foi seguro, encontrar conhecidos na rua é facilimo, de fato roubo ou coisas dessa magnitude não são o problema”. A afirmação contrasta também com os dados obtidos junto à Secretaria da Segurança Pública do Estado da Bahia, em especial no que se refere aos roubos a transeuntes e ônibus das linhas que servem a Região Nordeste de Amaralina, como visto algumas linhas atrás, no Quadro 2 deste trabalho.

No que se refere à relação entre os policiais da Base Comunitária de Segurança e a comunidade, a maior parte das respostas foi no sentido de desconhecimento de situações de desrespeito a moradores da comunidade, mas houve ênfase de alguns quanto à ausência de rondas em locais mais afastados da Base, como disseram o Entrevistado 1: “Não sou a melhor pessoa para opinar sobre esse assunto, pois não moro perto da Base comunitária e nem convivo com as pessoas que moram próximas a ela” e o Entrevistado 8: “não sei opinar, pois não os vejo com frequência as rondas, como desabafei na resposta acima, são só aparência”.

Em relação a esse tema, é importante destacar que até recentemente houve incidentes envolvendo Policiais Militares e pessoas da comunidade. O fato mais notório foi a morte de um garoto de 10 anos de idade, que se aproximou da janela de seu quarto durante uma operação policial e foi alvejado com um tiro no rosto²⁵. O caso gerou intensa comoção não apenas na Região do Nordeste de Amaralina, mas em toda a sociedade baiana, em especial pelo destaque dado pela mídia local em razão do garoto ter estrelado uma campanha do Governo do Estado pelo turismo na Bahia.

Fatos como este se repetem ao longo dos anos²⁶ e podem gerar uma perda de credibilidade quanto à atuação da PM e à própria política de policiamento comunitário do Estado da Bahia.

Foi buscando compreender a atuação do Poder Público dentro da Região Nordeste de Amaralina que a questão 8 foi formulada. Considerando a implementação das três BCS's da Região, em setembro de 2011, foi perguntado se

²⁵ <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/11/morte-de-menino-baiano-atingido-por-tiro-da-pm-completa-um-ano.html>

²⁶ <http://webradiobrytsfm.com/home/2015/12/nordeste-de-amaralina-continua-sem-onibus-apos-tiroteio/>

a Prefeitura Municipal ou o Governo do Estado criaram ou reformaram algum espaço público de convivência voltado à comunidade desde 2011.

O espaço reconhecido pela maior parte dos entrevistados foi o Centro Social Urbano – CSU. Nesse sentido, merecem transcrição as palavras do Entrevistado 1:

Não sei dizer ao certo qual o órgão foi o responsável pela criação do centro social urbano do nordeste, (não frequento), mas já ouvi falar muito bem do local, lá funcionam alguns projetos sociais voltados para a comunidade, como por exemplo: natação, cursos profissionalizantes, Balcão de Justiça e Cidadania, cursos pré-vestibular, quadras esportivas dentre outros.

Outro entrevistado mencionou reformas executadas em escolas públicas estaduais situadas no Bairro, mas que não foram mencionadas por qualquer dos demais.

Por fim, buscando identificar de que forma as pessoas se apropriam dos espaços dentro ou no entorno da comunidade, foi questionado se já foi criado ou se utilizam algum outro espaço para convívio sem qualquer auxílio da Prefeitura Municipal ou do Governo do Estado.

Aqui, o Entrevistado 3 falou que sabe que existe, “mais não sei falar sobre, ando muito pouco em meu bairro, quando não estou em casa procuro ir pra outros lugares, que me ofereça mais segurança, como shopping, cinema, não me sinto seguro onde moro”.

Foram apontados dois espaços produzidos ou apropriados pela comunidade para as suas interações sociais: a “sede de moradores do areal e da ladeira do quartel de amaralina”, segundo o Entrevistado 2.

Um fato que também chamou atenção foi a resposta dada pelo Entrevistado 4, transcrita a seguir:

Que eu me recorde não, embora se fale muito sobre Nordeste, cada área é uma área diferente, Santa Cruz, Nordeste, Vale são bairros diferentes para nós moradores desse aglomerado que chamam “Nordeste”, então é um pouco complicado ter conhecimento total.

Aquele sentimento de pertencimento ao local, a identidade da comunidade, se manifesta em respostas assim. O Estado, parte da mídia, tratam o Nordeste de Amaralina como uma região. Por mais que se compreenda a visão de que os bairros do Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinhas, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz constituem uma região, esta não possui uma identidade homogênea, como se pode notar.

Se cada uma destas comunidades pode ser entendida como um sistema dentro de outro maior, que é a Cidade de Salvador, quaisquer medidas devem ter

em vista essa questão, as peculiaridades de cada bairro e não a Região Nordeste de Amaralina como um todo. Trata-se de contemplar a forma como as comunidades se identificam.

Por fim, a questão final pretendeu identificar algo que já teve um indicativo em algumas das respostas à segunda pergunta. Pensando na necessidade de interação no ambiente externo à comunidade, aquilo que já foi visto como permeabilidade, o convívio ou a interação com pessoas desconhecidas, de culturas e classes sociais diversas, os entrevistados foram questionados sobre quais os lugares prediletos de interação social, excetuando os espaços públicos já indicados na pergunta anterior.

Talvez não tenha ficado muito claro para os entrevistados, mas as respostas mais frequentes foram bares, eventos de igrejas e a casa de amigos. Houve quem respondesse pizzarias, *shoppings*, cinema e a praia de Amaralina. É possível que este seja o indicativo de um certo isolamento da comunidade em relação a pessoas de fora do seu território.

Apesar da quantidade restrita de entrevistados, foram identificados alguns indicativos importantes no que concerne à apropriação dos espaços, à quantidade de equipamentos públicos e à percepção geral sobre a segurança no Bairro. Também é possível estabelecer certas conexões com o substrato teórico visto nos capítulos anteriores, em especial quanto ao planejamento urbano e a realização de atividades que permitam a melhor circulação dentro da RNA e através dela, reforçando ou fomentando os laços sociais de modo a impulsionar o controle social informal e mesmo o formal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere à questão central desta pesquisa, se os habitantes do Nordeste de Amaralina passaram a frequentar mais os espaços de convívio social da comunidade após a implementação da Base Comunitária de Segurança, cabem algumas ponderações e reflexões.

Em primeiro lugar, os dados estatísticos em regra disseram respeito a uma base territorial conjugada por quatro bairros: o Nordeste de Amaralina, Chapada do Rio Vermelho, Vale das Pedrinhas e Santa Cruz. É um reflexo da forma pela qual o Estado enxerga o “complexo” Nordeste de Amaralina, retirando a identidade de cada bairro e classificando-os como se fossem um todo. Tanto o faz que as estatísticas criminais publicadas abrangem a AISP 15 – Nordeste de Amaralina. Obviamente que o estabelecimento de zonas territoriais favorece a gestão pública ou ao menos deveria favorecer.

Acontece que a divulgação dessa visão para a sociedade, potencializada pelos veículos de mídia, contribui para a consolidação desta despersonalização dos bairros perante as pessoas do ambiente externo. O respeito a essa identidade parece fundamental para o desenvolvimento de projetos sociais e intervenções urbanísticas, que não podem ser destinadas a beneficiar a RNA, mas sim a cada um dos quatro bairros.

Quanto aos espaços públicos disponíveis, o Poder Público não possui informações precisas sobre os equipamentos urbanos situados nos bairros. Somente através dos moradores é que foi possível obter alguma informação, descobrindo a existência de 3 campos de futebol, 1 quadra poliesportiva e 1 praça maior, situada no Vale das Pedrinhas. Considerando a população que beirava os 83 mil habitantes, em 2010, e o fato de que a área corresponde a 4 bairros, tais espaços podem se revelar insuficientes para o estabelecimento de interações sociais em larga escala, prejudicando atividades de lazer cotidianas, encontros e contato com pessoas desconhecidas, de características distintas.

Há, entretanto, apropriações de espaços como o final de linha dos ônibus e a ladeira voltada para o quartel do Exército, em Amaralina. Na ausência de espaços voltados à promoção da sociabilidade, os moradores passaram a utilizar determinadas ruas nos finais de semana.

Em matéria de atuação estatal, pelas indicações dos entrevistados apenas o Centro Social Urbano foi reconhecido como um local que desenvolve atividades esportivas, culturais e profissionalizantes.

Considerando os elementos que configuram um estado de desorganização social, em termos de infraestrutura urbana, em que pese a presença de água, luz e esgotamento sanitário em mais de 95% dos domicílios, segundo o Censo do IBGE 2010, há carência em outros aspectos. Primeiramente no que diz respeito às características dos imóveis, construídos de forma muito desordenada e igualmente precária, muitas vezes sem permitir uma melhor condição de salubridade, haja vista a topografia bastante acidentada do bairro. São também muito concentrados e não raro anexados uns aos outros, como se pode notar das Figuras 6 e 7, o que pode dificultar uma circulação apropriada do ar, a iluminação natural pela luz do sol, esquentando ou resfriando demasiadamente os imóveis.

As condições de escolaridade e taxa de ocupação também refletem um quadro preocupante no cenário de desorganização social. Cerca de 60% da população sequer concluiu o Ensino Fundamental. Para que as pessoas ingressem num mercado de trabalho cada vez mais competitivo, seja pela incorporação de novas tecnologias, seja pelo cenário de crise econômica, que vem gerando o decréscimo dos postos de emprego no país, a escolaridade é de crucial importância. O cenário revela-se ainda mais desolador quando se percebe que a população com idade abaixo dos 25 anos corresponde a 49% dos habitantes da RNA. A esse dado deve ser somado o índice de 39% na taxa de ocupação da população economicamente ativa aferida na RNA, como se pode verificar pelo Quadro 1. Isto considerados os números de ocupação formal e informal declarados. Em leitura inversa, é possível afirmar que 61% da população declarou não exercer atividade remunerada cotidiana.

A situação de vulnerabilidade extrema pode contribuir decisivamente para a cooptação dos jovens sem perspectiva profissional, sem escolaridade, pelo tráfico de drogas.

Como visto pelos dados oficiais, o número de roubos a transeuntes e a ônibus municipais na comunidade é bastante elevado. Não foram informados e nem identificados nos órgãos oficiais quaisquer dados relacionados ao tráfico de drogas, mas por algumas respostas dos entrevistados é possível verificar que ainda há uma presença marcante, em especial nos locais mais isolados da comunidade, onde há

pouca circulação de veículos, onde os policiais das BCS's não circulam frequentemente. Fica o indicativo de que a mera instalação das 3 Bases não teve o condão de refrear a atuação do tráfico de drogas, que deveria ser objeto de ações de inteligência e repressão mais efetivas, assim como medidas sociais de redução das vulnerabilidades, em especial das crianças e adolescentes da RNA. Não foi possível aferir se a partir da instalação das Bases, em setembro de 2011, houve redução expressiva das estatísticas criminais, uma vez que a compilação dos dados e sua publicização sistemática se deram após a sua implementação.

Aliás, é importante ressaltar que a concepção de policiamento comunitário, no qual são declaradamente inspiradas as BCS's, não contempla a formação voltada precipuamente ao confronto, em especial com a criminalidade mais violenta e muito bem armada que consiste o tráfico de drogas no país. Ela é voltada originalmente a um convívio harmônico com a comunidade, voltado à resolução de delitos mais leves e para dar suporte e servir de estímulo ao controle social informal, à vigilância natural da própria comunidade. Não parece, em absoluto, ser isto o que está acontecendo. Pelos incidentes noticiados pela imprensa, aqui mostrados, e pelos depoimentos dos entrevistados, nota-se que há um considerável distanciamento entre a atuação dos policiais da Base e os moradores da comunidade. A relação não raramente é marcada por incidentes, alguns deles fatais para moradores. Será necessária uma profunda reflexão do Poder Público sobre a formação dos policiais para as Bases Comunitárias de Segurança e a forma como as unidades se relacionam com as pessoas das comunidades onde estão inseridas.

Quanto às teorias de prevenção da violência abordadas neste trabalho, "olhos na rua" e CPTED, para que funcionem nos Bairros que compõem a Região Nordeste de Amaralina serão necessárias intervenções urbanísticas de grande porte visando à promoção da acessibilidade, interna e externa, com vias e calçadas mais largas, iluminadas, que favoreçam a circulação das pessoas e a vigilância natural dos acessos, desencorajando eventuais infratores, em especial aqueles que furtam ou roubam os transeuntes. As ruas e calçadas também precisarão conduzir as pessoas a espaços de sociabilidade, como praças, quadras, campos de futebol, espaços voltados para as crianças, entre outros equipamentos urbanos que propiciem a interação social.

Entretanto, para que esta proposta de reestruturação urbanística dos Bairros tenha efeito, o Poder Público, que representa a esfera máxima de controle do

sistema social, precisa ouvir as comunidades desde a fase de diagnóstico até a execução do projeto, pois é necessário estabelecer o sentimento de territorialidade, de pertencimento, abordados nos pensamentos de Jeffery e Lefebvre (2013). É através desse sentimento que os espaços serão apropriados pelas comunidades, inclusive com a sua manutenção, já que teriam participado da sua concepção e materialização. Propostas impositivas, desconectadas do perfil e das necessidades dos moradores de uma comunidade tendem a não surtir o efeito desejado.

Até então os investimentos nos Bairros ficaram a cargo, predominantemente, dos governos estaduais, mas o governo municipal precisa olhar com maior atenção para a situação da RNA, cercada de bairros nobres, estigmatizada e cada vez mais segregada pelo seu entorno. Talvez a instituição da região como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS venha a permitir algum grau de desenvolvimento da comunidade, mas isto apenas não bastará. A proposta de reestruturação urbana será dispendiosa sob o ponto de vista financeiro, mas possivelmente fará com que a RNA seja menos fechada e conseqüentemente sofra menos os efeitos da segregação socioespacial e aperfeiçoe os seus mecanismos de controle social informal.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 2. ed. Trad. coordenada e rev. por Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1982.
- ABIKO, Alex Kenya et al. **Urbanismo: história e desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.pcc.usp.br/publicacoes/busca/&titulo=URBANISMO%3A+HIST%C3%93RIA+E+DESENVOLVIMENTO&autor=&palavras=&ano=&veiculo=&tipos=>> Acesso em: 10 out. 2015.
- ADORNO, Sérgio. Insegurança *versus* direitos humanos: entre a lei e a ordem. **Tempo Social**, v. 11, n. 2, p. 129-153. São Paulo: USP, fev/2000.
- ALVES, Fernando Brandão. A visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as cidades do século XXI. In: **2º Congresso Nacional da Construção. Porto/Portugal: Faculdade de Engenharia**. Disponível em <http://paginas.fe.up.pt/construcao2004/c2004/docs/SAT_02_carta%20atenas.pdf> Acesso em: 07 ago. 2015.
- ANDRADE, Vera Regina P. de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Florianópolis: REVAN, 2012.
- BAHIA. **Plano Estadual da Segurança Pública – PLANESP: Governo da Bahia – 2012 a 2015**. Secretaria da Segurança Pública. Salvador: 2011, 110 p.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do Direito Penal: introdução à sociologia do Direito Penal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Revan/Instituto Carioca de Criminologia, 2013.
- BARRIOS, Sonia. Dinâmica social e espaço. **Boletim Campineiro de Geografia**, n.2, v.4, p.351-368, Campinas/SP: ABG Campinas, 2014.
- BATISTA, Vera Malaguti et al. **Rio de Janeiro: lugar e controle social**. In: BÈZE, Patrícia Mothé Glioche Bèze (org.). **Direito Penal**. 1ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2015, v. 1, p. 161-168.
- BECKER, H. A escola de Chicago. In. **Mana** [online], vol.2, n.2, pp.177-188, 1996.
- BERNARDI, Jorge Luiz. **Funções sociais da cidade: conceitos e instrumentos**. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2006.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de política I**; trad. Carmen C, Varriale et ai. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONINI, R. Polis. In: BOBBIO N.; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G (Org.). **Dicionário de Política**. 11.ed. Brasília: UNB, 1998.
- BORGES, D. et al. **Os donos do morro: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro**. São Paulo/Rio de Janeiro: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, LAV/UERJ, 2012.
- BORTOLO, Carlos Alexandre de. Do espaço produzido ao espaço consumido: a produção e apropriação do entorno do Lago Igapó – Londrina – PR. **GEOATOS**, n.10, v.2, p.36-53, Presidente Prudente/SP: Departamento de Geografia da FCT/UNESP, jul./dez. 2010.
- BRAGA, Rhalf Magalhães. O espaço geográfico: um esforço de definição. **GEOUSP: espaço e tempo**, n.22, p.65-72, São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, 2007.
- BRANDÃO, Ericka Vicente. **Urbanização e Violência: uma reflexão sobre a anomia estatal e a alteração dos índices da violência urbana em Belém do Pará**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano) - Universidade da Amazônia. Belém, 2009.

- BRASIL, Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Curso Nacional de Multiplicador de Polícia Comunitária**, 5º ed., Brasília: Ministério da Justiça, 2013, 504p.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. rev. e atual. Brasília: SDH/PR, 2010.
- BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 jan. Disponível em <[2002http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm)>. Acesso em 13 de outubro de 2015.
- BREBION, Marie; LALLIAS, Sophie. **Cidade da Baía - Cidade do Oceano**. (projet de fin d'étude) - Ecole Nationale Supérieure d'architecture de Clermont-Ferrand. Clermont-Ferrand/França, 2005.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3 ed. São Paulo: Ed. 34; EDUSP, 2011.
- CARTA DE ATENAS DE 1933. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2015.
- CARVALHO, Alexandra Maria de. **Pós-Modernismo: passado ou presente**. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa/POR, 2009.
- CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - A Era da Informação**. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- CASTRO, Lola Aniyar de. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: REVAN, 2005.
- CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Education, 2006.
- CASTRO, Luiz Guilherme Rivera de. **O que é espaço público?** Disponível em: <<http://au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/232/o-que-e-espaco-publico-292045-1.aspx>> Acesso em: 07 out. 2015.
- COLIN, Silvio. CIAM. **O movimento moderno na academia**. Disponível em: <<https://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2010/07/28/ciam-o-movimento-moderno-na-academia>>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- CORDOVA, Maria Julieta W. Talcott Parsons e o esquema conceitual geral da ação. **Revista Emancipação**, v.7, n.2, p.257-276, Ponta Grossa/PR: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2007.
- COSTA, Fábio Rodrigues da. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. *Revista Percurso*, v. 6, n. 1, p. 63-79. Maringá/PR: NEMO/Universidade Estadual de Maringá, 2014.
- COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade: Gestão de segurança pública, violência e controle social**. Salvador: EDUFBA, 2005.
- DELGADO, Manuel. **O espaço público como representação**. Disponível em <http://www.revistapunkto.com/2014/01/o-espaco-publico-como-representacao_9694.html> Acesso em: 06 out. 2015
- Dissertação (Mestrado em Criminologia) - Universidade do Porto/Portugal, 2014.
- ELISTA, Felipe Camelo de Freitas. A criminalidade e o planejamento urbano. **Veredas do Direito**, v.9, n.17, p.197-211. Belo Horizonte, Janeiro/Junho 2012.
- EUFRASIO, Mário A. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2013.

- FERNANDES, Claudia Monteiro; CARVALHO, Inaia Maria Moreira de. A Região Metropolitana de Salvador na transição demográfica Brasileira. **Salvador:** transformações na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática. CARVALHO, Inaia Maria Moreira de.; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrópoles, 2014.
- FERREIRA, Fernando Manuel Morim. **O policiamento de proximidade:** o caso especial do programa “Comércio Seguro” da baixa da Cidade do Porto.
- GARCÍA-PABLOS DE MOLINA, Antonio; GOMES, Luiz Flávio. [Criminologia: introdução a seus fundamentos teóricos: introdução às bases criminológicas da Lei 9.099/95, Lei dos juizados especiais criminais.](#) 5 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.
- GARCIAS, Carlos Mello; BERNARDI, Jorge Luiz. As funções sociais da cidade. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, v.4, n.4, Faculdades Integradas do Brasil, Curitiba: UniBrasil, jul./dez., 2008.
- GOMES, Luiz Flávio. Urbanização desordenada + miséria = criminalidade. **Revista Jurídica Consulex**, v. 6, n. 133, p. 32-33, Brasília/DF: 2002.
- HARVEY, David. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**, v.14, n.28, p.8-39, Rio de Janeiro: UFF, 2002.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades.** Trad. Carlos S. Mendes Rosa. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.
- JERONIMO, Rosa Nadir Teixeira; GONCALVES, Teresinha Maria. O processo de apropriação do espaço e produção da subjetividade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v.24, n.2, p. 195-200, Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília: Brasília, 2008.
- JESUS JÚNIOR, Ricardo Sousa de. **Espaço urbano e criminalidade na Região Noroeste de Goiânia-GO:** a visão dos sujeitos sociais. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2005.
- KANASHIRO, Milena. Da antiga à nova Carta de Atenas – em busca de um paradigma espacial de sustentabilidade. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.9, p.33-37, Curitiba: Editora UFPR, jan./jun. 2004.
- KATZMAN, Ruben. RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Metrópoles e sociabilidade: os impactos das transformações socioterritoriais das grandes cidades na coesão social dos países da América Latina, **Cadernos metrópole 20**, p. 241-261, 2008.
- KONZEN, Lucas Pizzolatto. A mudança de paradigma em Sociologia Urbana: do paradigma ecológico ao socioespacial. **Revista de Ciências Humanas**, v. 45, n. 1, p. 79-99. Florianópolis: UFSC, Abril/2011.
- KUNZLER, Caroline de Moraes. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**, v.9, n.16, p.123-136, Araraquara/SP: Universidade Estadual Paulista Faculdade de Ciências e Letras Departamento de Sociologia, 2004.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber:** manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Trad. Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- LIMA, Vera Cristina de Sousa. **Espaço e criminalidade em favelas de Belo Horizonte:** um estudo sob a ótica da segregação e do controle socioespaciais. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010.

- MARICATO, Erminia. Metr pole, legisla o e desigualdade. **Revista de Estudos Avançados**, v.17, n.48, p. 151-166. São Paulo: USP, 2003.
- MARSHALL, Francisco. Habita o e Cidade: ordena o do espaço no Mundo Clássico. **Revista Anos 90**, v.8, n.14, p.113-134, Porto Alegre: Programa de Pós-Gradua o em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, dez. 2000.
- MATOS, Fátima Loureiro de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades: o caso da cidade do Porto. **Observatorium: Revista Eletr nica de Geografia**, v.2, n.4, p.17-33, jul. 2010.
- MELLO E SILVA, Sylvio Bandeira de.; et al. A Região Metropolitana de Salvador na rede urbana brasileira e sua configura o interna. **Salvador: transforma es na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática** CARVALHO, Inai  Maria Moreira de.; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metr poles, 2014.
- MENDONÇA, Eneida Maria Souza. Apropria es do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.7, n.2, p.296-306, Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, ago. 2007
- MILAZZO, Bernardo Luiz M. Imperialismo e Romaniza o: Britânia Romana e Camulodunum. In: CANDIDO, Maria Regina (org.). **Roma e as sociedades da Antiguidade: política, cultura e economia**. Rio de Janeiro: NEA/UERJ, 2008, p. 9-14
- MORAES, Gustavo Valeriano. A estrutura urbana e sua interliga o social com o crime. In: **Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI**, p. 8200-8213. Brasília/DF, novembro/2008. Disponível em <
http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/07_387.pdf
 > Acesso em 28.mar.2016.
- NIGRO, Carlos Domingos. **(In)sustentabilidade urbana**. Curitiba: IBPEX, 2007.
- OLIVEIRA, Valéria Cristina de. **Revisão Sist mica da Teoria da Desorganiza o Social: Um estudo sobre vitimiza o em Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Curitiba**. Disserta o (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.
- PEREIRA, Gilberto Corso; CARVALHO, Inai  Maria Moreira de. **Salvador: transforma es na ordem urbana: metrópoles: território, coesão social e governança democrática**. CARVALHO, Inai  Maria Moreira de.; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metr poles, 2014.
- _____. Como anda **Salvador e sua Região Metropolitana**. CARVALHO, Inai  Maria Moreira de.; PEREIRA, Gilberto Corso (org.). Salvador: Edufba, 2008.
- PERSON, Elisângela. **Espaços de permanência e passagem: contribui o para a elabora o de diretrizes ambientais e de acessibilidade para o desenho urbano**. Disserta o (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de Brasília. Brasília, 2006.
- PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana** (org.). São Paulo: Martins, 1970.
- RICARDO, Carolina de Mattos et al. Estudo conceitual sobre os espaços urbanos seguros. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. v. 7, n. 1, p. 200-216. São Paulo: Fev/Mar 2013.
- SALES,L.M.M. et al. Segurança Pública, Media o de Conflitos e Policia Comunitária: uma interface. **Novos Estudos jurídicos**, v.14,n.3,p.62-83. Itajaí/SC: set-dez/2009.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emo o**. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.
- _____. **A Urbaniza o Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2005.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 6 ed. São Paulo: RT, 2014.

- SILVA, João Apolinário da. **Criminalidade nas cidades centrais da Bahia**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Universidade Salvador. Salvador, 2010.
- SILVA, José Afonso. **Direito Urbanístico Brasileiro**. São Paulo: RT, 1981.
- SILVA JÚNIOR, Dequex Araujo. Segurança pública como cultura do controle. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. ano 4, ed. 7, p. 72-85. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Ago/Set 2010.
- SOUZA, Maria Julieta Nunes de; COMPANS, Rose. Espaços urbanos seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 11, n. 1, p. 9-24. Recife/PE: ANPUR - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, maio/2009.
- SOUZA, Tatiane dos Santos. **Cultura e desenvolvimento local: reflexões sobre a experiência do Programa Viva Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, 2008.
- STAHLHÖFER, Iásin Schäffer; GRAWFUNDER, Carlos Eduardo Juruena. A ampliação do conceito de espaço público pelo desenvolvimento de novas mídias: um campo fértil à participação política In: **VII Mostra de Trabalhos Jurídicos Científicos**. Santa Cruz do Sul/RS: UNISC, 2014, n 11. Disponível em: <<http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/11759>> Acesso em: 09 out. 2015.
- TANGERINO, Davi de Paiva Costa. **Crime e Cidade: Violência urbana e a Escola de Chicago**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- TUAN, Y-Fu. **Topofilia**. São Paulo: Difel, 1980.
- VALLADARES, Lícia do Prado. A visita do Robert Park ao Brasil, o “homem marginal” e a Bahia como laboratório. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 35-49. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Jan./Abr. 2010.
- VIEIRA, João Gabriel Rosas. **Relatório de informações Censo 2010 – Bairros Santa Cruz e Nordeste de Amaralina**. Salvador: Centro Avançado de Empreendedorismo do Nordeste de Amaralina/CAENA, 2016. Disponível em <http://www.caena.org.br/images/documentos/Relatorio_SantaCruzNordesteAmaralina.pdf>. Acesso em 11.04.2016.
- WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: REVAN, 2005.
- YOUNG, Jock. **A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente**. Rio de Janeiro: REVAN, 2002.

ANEXO I – ENTREVISTA ESTRUTURADA

IDADE:

SEXO:

1 – Há quanto tempo reside no Nordeste de Amaralina?

2 – Você saberia apontar quantas e quais são as áreas abertas disponíveis para encontros entre as pessoas da comunidade, como por exemplo praças, calçadas, quadras esportivas, campo de futebol, largo?

3 – Você frequenta habitualmente esses locais ou algum outro com características parecidas, na comunidade ou em região próxima? Quantas vezes por semana?

4 – O acesso a esses locais é fácil? Eles ficam próximos à sua residência?

5 – Utiliza tais espaços à noite?

6 – Depois da instalação da Base Comunitária de Segurança, sente-se mais seguro(a) para frequentar os locais ou circular pelas ruas? Mudou algo nesse sentido?

7 – A relação entre os policiais da Base Comunitária de Segurança e a comunidade é respeitosa?

8 – A Prefeitura ou o Governo do Estado criaram ou reformaram algum espaço de convivência voltado à comunidade desde 2011?

9 – A comunidade já criou ou utiliza algum espaço para convívio sem ajuda da Prefeitura ou do Governo do Estado?

10 – Sem contar os locais já indicados no começo da entrevista, qual(is) o(s) lugar(es) que as pessoas do bairro gostam de se encontrar com as famílias, conversar, interagir?